

**Nº23 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 15 de novembro
de 2018. -----**

Aos quinze dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral.-----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de doze de outubro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por se encontrar na cidade do Porto, por motivos profissionais. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHORA ENG. PAULA FERNANDA DA MOTA CHAVES. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Eng. Paula Fernanda da Mota Chaves, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por se encontrar doente. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

III - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. NUNO VAZ RIBEIRO.

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Descomplicar as finanças para Séniores e Jovens - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo camarário da realização, no pretérito dia 02.11.2018, da iniciativa inserida, no Plano Nacional de Formação Financeira "Todos Contam" denominada "o jogo de Descomplicar as Finanças". -----

Tal plano nacional de formação financeira, visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção

de comportamentos financeiros adequados, e contou com a participação do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Região do Norte e Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. -----

b) Exposição que celebra a abolição da pena de morte em Portugal - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo camarário, da inauguração, no pretérito dia 03.11.2018, da exposição "Condenados à Pena Última, 150 anos da Abolição da Pena de Morte". -----

A exposição foi organizada, pela Secretaria Geral do Ministério da Justiça, com a colaboração da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e com a Secretária Geral da Presidência do Conselho de Ministros. -----

A Exposição tem entrada livre e encontra-se aberta ao público, até o dia 28.12.2018, na Sala Multiusos do Centro Cultural de Chaves. ----- Foi dirigido convite à visita da dita exposição a todos os Vereadores deste Executivo. -----

c) Jornadas de Internato Médico do Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo camarário, da realização, em Chaves, no pretérito dia 08 e 09 de novembro, das Jornadas de Internato Médico do Centro Hospitalar de Trás os Montes e Alto Douro, subordinadas ao tema "Na era das superbactérias". -----

A sessão de abertura contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Nuno Vaz, do Presidente do Conselho de Administração do CHTMAD, João Oliveira, da Diretora Clínica do CHTMAD, Paula Vaz Marques, do Diretor do internato médico do CHTMAD, Nelson Barros, e da representante da Comissão Regional do Internato Médico da Zona Norte, Maria da Luz Loureiro e do "ACES" Rui Capucho. -----

d) 1º Encontro de Ciência "Maria Alves Paiva" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo camarário, da realização, no pretérito dia 09.11.2018, da iniciativa, promovida pelo Município de Chaves, em parceria com a Universidade do Minho, consubstanciada no "1º Encontro de Ciência Maria Alves Paiva", que promoveu a divulgação da ciência e da literacia científica na comunidade flaviense e transmontana. -----

Tal iniciativa, contou com a presença do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira, que presidiu à sessão de abertura do encontro. -----

Durante o encontro foi, também, assinado um protocolo de colaboração, entre o Município de Chaves e a Universidade do Minho. -----

e) "V Seminário de intercâmbio de experiências, no âmbito do desporto" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo camarário, da realização, no pretérito dia 12.11.2018, do "V Seminário de intercâmbio de experiências, no âmbito do desporto", o qual teve lugar no auditório do MACNA, em Chaves. -----

Tal Seminário contou com a presença de meia centena de representantes municipais, das cidades da Galiza e do norte de Portugal, tendo sido partilhadas as experiências, no seio da eurocidade Chaves-Verin, com incidência na área do desporto. -----

f) Eurocidade Chaves-Verin apresenta projeto do cartão do eurocidadão 2020, na "Web Summit" - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo camarário, que o agrupamento europeu de cooperação territorial Chaves-Verin, esteve representado no Web Summit 2018, em Lisboa, para apresentação do projeto denominado "Governo transfronteiriço eletrónico, o cartão eurocidade 2020", enquanto exemplo de uma boa prática de governação transfronteiriça. -----

g) Bolsas de estudo ao Ensino Superior - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo camarário, da abertura do período de candidaturas, tendo em vista a concessão, pela Autarquia, de bolsas de estudo ao Ensino superior. -----
O período de candidaturas decorre até ao próximo dia 3 de dezembro do corrente ano, sendo certo que a lista definitiva dos candidatos será conhecida a 01 de março de 2019. -----

IV - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

- Horário de funcionamento do cemitério municipal - Sobre esta matéria, a vereadora interveniente, registou o desagrado de um número significativo de cidadãos que, no pretérito dia 01 de novembro, se deslocaram ao cemitério municipal, para visitar os seus entes queridos, tendo sido confrontados com o encerramento do mesmo, a partir das 15 horas. -----

Nesse dia, sendo tradição velar os nossos mortos, dever-se-á adotar um horário mais alargado do funcionamento do cemitério, sugerindo a adoção desta medida já no próximo ano. -----

- Protocolo/acordo celebrado entre o Município de Chaves e a Cruz Vermelha Portuguesa - Sobre esta matéria, a vereadora interveniente, solicitou, junto do Presidente da Câmara, esclarecimentos, sobre o ponto da situação do dossiê relacionado com a celebração do protocolo, entre o Município de Chaves e a Cruz Vermelha Portuguesa. -----
Sobre esta matéria, para além de ter transmitido as preocupações evidenciadas, pelos profissionais ligados à escola, solicitou cópia dos documentos assinados, sobre a matéria, pelas partes outorgantes, particularmente, o sobredito protocolo. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A associação promotora do ensino de enfermagem em Chaves foi a entidade que veio a outorgar, legitimamente, dando execução às deliberações tomadas, sobre a matéria, pelos respetivos Órgãos Sociais, o respetivo contrato promessa de transmissão do estabelecimento de ensino superior celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa e não o Município de Chaves, pelo facto da Escola Superior, Dr. Timóteo Montalvão Machado ser detida por aquela associação. ----

2 - O processo, em causa, está, em tramitação, aguardando-se a efetiva e definitiva transmissão do dito estabelecimento de ensino superior.

3 - Simultaneamente, dever-se-ão desenvolver todas as diligências indispensáveis à transformação desta escola, numa escola superior de saúde, e num horizonte temporal estimado de dois a quatro anos. ----

4 - O contrato promessa celebrado, entre as partes, poderá ser, sem qualquer hesitação, disponibilizado à vereadora peticionária.

5 - No que concerne às preocupações evidenciadas, relativamente aos profissionais da escola, dever-se-á salientar que foram, com total transparência, realizadas diversas reuniões de trabalho, contando as mesmas com a presença de todas as partes envolvidas, incluindo os profissionais da escola, sendo certo que, em tal sede, foram esclarecidas todas as dúvidas, sobre a condução deste relevante dossiê, o qual, diga-se, se reveste de grande complexidade. -----

I
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 30 de outubro de 2018.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----
Não participou na votação deste assunto, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CONCELHOS E MUNICÍPIOS RIBEIRINHOS DO RIO TÂMEGA. DELIBERAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 76/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e justificação -----

1. Através do ofício com a referência 12751/2018, de 9/5/2018, do Tribunal de Contas, com o registo nos serviços municipais 2018, GAPV, E,G, 3923 10-05-2018, foi o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, na qualidade de membro da Associação dos Concelhos e Municípios Ribeirinhos do Rio Tâmega - A.M.R.T. -, notificado do incumprimento da remessa tempestiva dos documentos de prestação de contas relativos à gerência do ano de 2015. -----

2. Através do ofício com a referência 2667, de 2018/05/22, o Presidente da Câmara Municipal, no prazo concedido de 15 dias, promoveu o exercício do contraditório referente à imputação de infração financeira aplicável, pela ausência de remessa tempestiva dos documentos de prestação de contas relativos à gerência de 2015, a qual declinou, com base nos fundamentos, aí, explicitados, que se dão por reproduzidos, particularmente o facto de ter sido informado da inexistência de qualquer atividade desenvolvida pela Associação dos Concelhos e Municípios Ribeirinhos do Rio Tâmega, constituída no ano de 1993, por 13 municípios, e, bem assim, de não terem sido produzidos documentos de prestação de contas, tendo, ainda, informado que outros Municípios associados manifestaram a intenção de proceder à dissolução da associação. -----

3. No âmbito do processo aberto pelo Tribunal de Contas, relativamente à não remessa tempestiva das contas de gerência referentes ao ano de 2015 da A.M.R.T., os Presidentes das Câmaras Municipais de Amarante, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e de Penafiel, em representação dos respetivos Municípios associados, subscreveram a convocatória para uma reunião extraordinária da Assembleia Geral da A.M.R.T., a realizar no dia 2 de outubro de 2018, nos Paços do concelho de Amarante, com a seguinte ordem de trabalhos: 1 - Constituição da Mesa da Assembleia Geral; 2 - Extinção da A.M.R.T. -----

4. Na referida Assembleia Geral, participaram os Municípios de Verin-Espanha; de Amarante; de Cabeceiras de Basto; de Celorico de Basto; de Marco de Canaveses; de Mondim de Basto; de Penafiel e de Chaves, este representado pelo Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro e pelo Vice-Presidente da Câmara, Francisco António Chaves de Melo, tendo deliberado: -----

4.1. Eleger, ad hoc, os membros da Mesa da Assembleia Geral, que ficou composta pelos seguintes elementos: Presidente - José Jorge, Presidente da Câmara Municipal de Amarante; 1ª secretário - Emília Basalo, Vereadora do Concelho de Verin e 2º Secretário - Nuno Vaz, Presidente da Câmara Municipal de Chaves; -----

4.2. Extinguir a Associação dos Concelhos e Municípios Ribeirinhos do Rio Tâmega-A.M.R.T. -; -----

4.3. Nomear a Comissão Liquidatária, tendo ficado a mesma constituída por José Jorge, Presidente da Câmara Municipal de Amarante, a presidir, e por Humberto Cerqueira, Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto e por Francisco Alves, presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, vogais, os quais ficaram investidos de poderes para movimentar a conta bancária nº 0087.040006.430 da Caixa Geral de Depósitos, distribuir o montante de €6.102,66, em partes iguais, pelos municípios associados e saldar essa, mesma, conta, junto da referida instituição bancária. -----

5. Através do ofício com a referência 6600/2018, datado de 03-10-2018, com o registo nos serviços administrativos municipais 2018, GAPV, E,G, 10293 08-10-18, o Presidente da Câmara Municipal de Amarante, remeteu a este Município certidão da ata da referida reunião da Assembleia Geral da A.M.R.T., realizada no dia 02/10/2018, informando, simultaneamente, que foi expedido, para o Tribunal de Contas, o ofício com a referência 6598/2018, de 03/10/2018, comunicando a deliberação da Assembleia Geral de extinguir a A.M.R.T., instruído com a correspondente prova documental. -----

6. Neste contexto, em vista à eficácia jurídica da deliberação de extinção da aludida Associação, torna-se necessário que os competentes órgãos municipais se pronunciem, expressamente, nesse sentido. -----

II - Proposta -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas e nos termos do disposto sobre a matéria nas disposições combinadas previstas no Artigo 56º e nº1 do Artigo 53º, ambos da Lei nº 50/2012, de 12 de setembro, e posteriores alterações, sugiro ao executivo camarário que adote deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar a presente proposta e decidir pela extinção da **Associação dos Concelhos e Municípios Ribeirinhos do Rio Tâmega**, sujeitando-a à apreciação, discussão e votação do órgão deliberativo municipal, na sua próxima sessão ordinária, a realizar no mês de dezembro; -----

b) Após a tomada de decisão pelos órgãos municipais competentes, que a presente proposta seja encaminhada para o Departamento de Coordenação Geral, a fim de ser operacionalizada a respetiva comunicação ao Tribunal de Contas, enviando-se prova documental da deliberação dos órgãos municipais, sobre a matéria em causa. -----

Chaves, 6 de novembro de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Nuno Vaz Ribeiro -----

Anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADE DE CHAVES, CRL. PROPOSTA N.º 81/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes -----

1. Considerando que, no pretérito dia 16/12/2014, veio a ser elaborada a informação/proposta n.º 108/DRH/2014, consubstanciada na celebração de um contrato de comodato com a associação "Geração Solidária - Associação Juvenil de Solidariedade Social", tendo o mesmo como objeto a Escola Primária de Santa Cruz da Trindade, sita em Santa Cruz, Concelho de Chaves, a fim de que a mesma fosse utilizada pela referida associação, para a prossecução dos seus programas de natureza social e fins estatutários, designadamente, para a prossecução dos seus programas de natureza social e fins estatutários, nomeadamente, para apoio social a jovens/idosos e pessoas carenciadas, campanhas de solidariedade social, atividades e prestações de serviços, nos termos do disposto na alínea f), do artigo 1135º, do Código Civil; -----
2. Considerando que tal proposta veio a ser sancionada pelo órgão executivo municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 02/01/2015; -----
3. Considerando que, através de ofício enviado no dia 24/07/2018, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta, a associação "Geração Solidária", exerceu o seu direito de resolver o contrato celebrado, nos termos anteriormente enunciados, manifestando, desde logo, a sua vontade em que o edifício fosse cedido à "Cercichaves"; -----
4. Considerando que o imóvel, em causa, se encontra desocupado, desde então; -----
5. Considerando que a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades, de Chaves (Cercichaves), através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 5168, datado do pretérito dia 19/06/2018, veio requerer a cedência, em regime de comodato, do espaço supra mencionado, em vista ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais; -----
6. Considerando que, nos termos do artigo 3º, do Estatutos da Cooperativa, supra identificada, a mesma tem como objeto social a promoção da integração, educação e valorização pessoal de cidadãos com incapacidades, reabilitando e cuidando ao longo da vida com excelência e sustentabilidade; -----
7. Considerando que, de harmonia com o Despacho n.º 3859/2016, de 8 de marco da Secretaria de Estado da Segurança Social, conforme publicação no Diário da República, 2ª Série - n.º 53, de 16/03, a "Cercichaves" foi reconhecida como equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social; -----
8. Considerando que o imóvel designado por "Escola Primária de Santa Cruz ", sito em Santa Cruz, freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, Concelho de Chaves, encontra-se inscrito na respectiva matriz através do artigo 2005º, anteriormente inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1956º, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1165/20100929, da referida freguesia. -----
9. Considerando que a necessidade por parte da Cooperativa requerente de ocupar o referido prédio se relaciona directamente com o

desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e recreativo, as quais constituem uma mais-valia para o enriquecimento dos munícipes;

10. Considerando que o comodato é o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa móvel ou imóvel para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o disposto no art. 1129º e ss, do Código Civil; -----

11. Considerando que a coisa comodatada ou emprestada deve ser aplicada ao fim a que se destina, sendo, nessa justa medida, vedado ao comodatário fazer dela o uso imprudente ou proporcionar a terceiros a sua utilização sem autorização do comodante, no caso, Município de Chaves; -----

12. Considerando, por último, que existe interesse mútuo na resolução deste problema, em benefício da população em geral deste Concelho e da região. -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. Considerando que, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 2, do artigo 23º, ao Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 14 de Setembro, os Municípios dispõe de atribuições no domínio da ação social; -----

2. Considerando que, nos termos do disposto na alín. u), do nº 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a celebração do contrato de comodato entre o Município de Chaves e a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade de Chaves, CRL, tendo como objeto o prédio designado por "Escola Primária de Santa Cruz ", sito em Santa Cruz, freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, Concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz através do artigo 2005º, anteriormente inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1956º, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1165/20100929, da referida freguesia, e para o fim em vista, conforme matriz do contrato de comodato, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias, que segue em anexo à presente proposta; -----

b) Para o efeito, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima reunião do executivo, em conformidade com o disposto na alín. u), do nº 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com vista à aprovação da mesma, legitimando simultaneamente o Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado contrato de comodato; -----

c) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade de Chaves, CRL, através da emissão da competente notificação. -----

Chaves, 8 de novembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

Em anexo: - A referida minuta de contrato de comodato; -----

- O respetivo processo administrativo. -----

MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO -----

ENTRE MUNICÍPIO DE CHAVES E A COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADE DE CHAVES, CRL -----

Entre -----

O Município de Chaves, pessoa coletiva número 501 205 551, com sede no Largo de Camões da cidade de Chaves, representado neste ato pelo Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, e com poderes para o ato, com poderes para o ato, conforme o disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, devidamente autorizado por deliberação camarária de ____ de _____ de 2018. -- e -----

A Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade de Chaves, CRL, contribuinte n.º 514270128, com sede na Rua Inácio Pizarro, 5400-693, Chaves, representada neste ato pela Presidente do Conselho de Administração, _____, e adiante designado por segundo outorgante ou comodatário, devidamente autorizado por deliberação de ____ de _____ de 2018. -----

É celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª -----

(Identificação do Imóvel) -----

O primeiro outorgante é proprietário do imóvel designado por "Escola Primária de Santa Cruz ", sito em Santa Cruz, freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, Concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz através do artigo 2005º, anteriormente inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 1956º, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n.º 1165/20100929, da referida freguesia. -----

Cláusula 2ª -----

(Objeto) -----

Considerando que o primeiro outorgante não tem, nem se prevê a médio prazo que venha a ter, necessidade daquele imóvel, e que o segundo outorgante dele necessita para seu uso, o primeiro entrega o mesmo ao segundo, a fim de que este se sirva dele para o desenvolvimento de atividades relacionadas com o respetivo objeto social, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 1135º do Código Civil, com a obrigação de o restituir assim que o primeiro outorgante o exija. -----

Cláusula 3ª -----

(Das Obrigações do Comodatário) -----

O segundo outorgante fica obrigado a fazer um uso prudente e cuidado do identificado imóvel, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----

- a)** Manter e restituir o imóvel em bom estado de conservação, ressalvadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi cedido; -----
- b)** Promover a expensas suas todas as obras de conservação ordinária que se mostrem indispensáveis à adequada utilização do imóvel; -----
- c)** Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento, designadamente, pagamento das taxas e consumos de água, eletricidade e outros da mesma natureza; -----
- d)** Disponibilizar o imóvel, a solicitação do Primeiro Outorgante, para a realização de eventos de interesse público municipal, nomeadamente, para a realização de atos eleitorais e/ou referendos, coordenados pela Comissão Nacional de Eleições. -----

Cláusula 4ª -----

(Benfeitorias) -----

1. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo segundo outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indenização, e reverterem a favor do Município. -----

2. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito de receber do primeiro outorgante, qualquer indenização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

Cláusula 5ª -----

(Prazo de Vigência) -----

1.0 presente contrato tem a duração de **10 anos**, renovável por igual período de tempo, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes. -----

2.0 exercício do direito de denúncia, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de receção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data do termo do presente contrato, incluindo as sucessivas renovações, e ou da produção dos efeitos da denúncia. -----

3. Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o presente contrato nos termos do art. 1140º, do Código Civil.

Cláusula 6ª -----

(Resolução e caducidade do Contrato) -----

1. É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento no incumprimento das obrigações do segundo outorgante prevista na cláusula 3ª. -----

2. A resolução do contrato por parte do primeiro outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja, de acordo com o disposto nos artigos 432º a 436º do Código Civil, nomeadamente mediante declaração à outra parte. -----

Cláusula 7ª -----

(Entrada em Vigor) -----

O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura.

Cláusula 8ª -----

(Disposição final) -----

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato, observar-se-á o disposto no art. 1129º e seguintes do Código Civil. -----

O presente contrato é elaborado em duplicado, sendo um dos exemplares para cada um dos outorgantes. -----

Assim o outorgaram. -----

Chaves, ____ de ____ de 2018 -----

O primeiro Outorgante: _____

O segundo Outorgante: _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. APROVAÇÃO DOS TURNOS DE FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2019 - EMISSÃO DE PARECER POR PARTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO MUNICIPAL -. PROPOSTA Nº 82/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

1 - A Portaria nº. 277/2012, de 12 de setembro, veio definir o horário padrão de funcionamento das farmácias de oficina, e regulamentar o

procedimento de aprovação, duração, execução, divulgação e fiscalização das escalas e turnos das mesmas, devendo, a Câmara Municipal territorialmente competente, emitir parecer, a pedido da Administração Regional de Saúde, nos termos do n.º.2, do art. 3º da referida Portaria. -----

2 - A Administração Regional de Saúde Norte, I.P., veio, através de e-mail, datado de 30 de outubro, e instruído com a escala de turnos de serviço para 2019, solicitar a emissão, por parte do Executivo Camarário, de parecer, conforme documento, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta. -----

3 - Considerando que, no âmbito do Procedimento Administrativo Prévio à decisão de aprovação dos turnos das Farmácias, compete às Câmaras Municipais das respectivas Sub-regiões de Saúde, emitir parecer sobre a proposta de constituição dos turnos das Farmácias, na esteira do disposto no n.º 2, do artigo 3º, Portaria n.º. 277/12, de 12 de Setembro. -----

4 - Considerando que as razões para o não cumprimento da emissão do parecer em causa, dentro do prazo estipulado pela Portaria supra identificada - até 30 outubro -, se encontram devidamente justificadas no email da Administração Regional de Saúde Norte, I.P. em anexo. ---

II - Da Proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciados, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovar a seguinte proposta: -----

a) Que seja emitido parecer favorável sobre a proposta de Turnos de Serviço Permanente das Farmácias de Serviço em Chaves, para o ano de 2019, conforme calendário em anexo; -----

b) Alcançado tal desiderato, dever-se-á dar conhecimento à Administração Regional de Saúde Norte, I.P, do teor integral da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, expedindo-se para o efeito, a competente notificação. -----

Chaves, 08 de novembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----

Em anexo: -----

- O respetivo email e mapa de turnos das Farmácias de serviço, instaladas no concelho de Chaves. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E A UNIVERSIDADE DO MINHO. DESPACHO N° 71/GAP/2018. -----

Foi presente o despacho identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

Considerando que, por despacho praticado pelo Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, datado do dia 01/10/2018, veio a ser autorizada a realização do "1º Encontro de Ciência Maria Alves Paiva", a ter lugar nos dias 09 e 10 de novembro/2018; -----

Considerando que o evento em questão resultou de uma coorganização conjunta entre o Município de Chaves e a Universidade do Minho; -----

Considerando a experiência e a atividade relevante e intensa de índole cultural e científica, desenvolvidas pela Universidade do Minho no contexto do meio académico e junto da comunidade educativa; -----

Considerando que foi manifestado o interesse, recíproco, da Câmara Municipal de Chaves e da Universidade do Minho celebrarem, entre si, um protocolo de cooperação, cujo clausulado apenas foi estabilizado, em definitivo, no dia 09 de novembro/2018; -----

Considerando que, ciente das razões acima evidenciadas, tendo como credencial legal o disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente praticar quaisquer atos da competência desta, ficando, todavia, estes, sujeitos a ratificação, na primeira reunião do executivo realizada após a sua prática; -----

Considerando que, no caso individual e concreto ora em apreciação, se encontram reunidos todos os pressupostos legais decorrentes da aplicação de tal norma, a saber: -----

- Urgência da situação em face dos factos anteriormente descritos; -----

- Impossibilidade de realização, em tempo útil, de uma reunião extraordinária do executivo municipal, tendo por referência a data da decisão administrativa consubstanciada na aprovação da minuta e autorização da outorga do protocolo de cooperação pelo Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, na sessão de abertura do 1º Encontro de Ciência Maria Alves Paiva; -----

II - Do Despacho em sentido estrito -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, considerando a urgência da situação anteriormente evidenciada, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião do Executivo Municipal, a ter lugar no próximo dia 15 de novembro, em vista à obtenção da necessária e competente ratificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Chaves, 12 de novembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E A UNIVERSIDADE DO MINHO -----

A Câmara Municipal de Chaves, adiante designada por CMC, representada pelo seu Presidente, Dr. Nuno Vaz, e a Universidade do Minho, adiante designada por UMinho, representada pelo seu Reitor, Professor Doutor Rui Vieira de Castro, celebram entre si o presente protocolo: -----

Preâmbulo -----

O concelho de Chaves oferece um elevado potencial de exploração científica e turístico-cultural dos seus recursos patrimoniais, especialmente evidenciados no notável complexo de viação romana conhecido como Via Augusta XVII, do Itinerário de Antonino sendo uma das Vias Romanas que ligava Bracara Augusta a Asturica Augusta (Astorga), passando esta por Aquae Flaviae (Chaves), da qual se destaca a Ponte Romana, e nas paisagens naturais e património termal de parte significativa do seu território. -----

A UMinho possui uma reconhecida capacidade científica e técnica na área da Arqueologia e do Património, sustentada por experiências em projetos de investigação, de valorização e de divulgação de sítios e monumentos arqueológicos e arquitetónicos. -----

Estas considerações conduziram ao desejo comum de implementar formas consolidadas de colaboração, que satisfaçam simultaneamente os interesses de investigação e ensino da UMinho e os interesses de proteção, conservação e valorização do património arqueológico de

Chaves, numa perspetiva de qualificação e promoção do desenvolvimento do concelho de Chaves. -----

Cláusula 1ª -----

Objetivos e Âmbito -----

1. O presente protocolo estabelece as formas de cooperação entre a CMC e a UMinho, tendo em vista o desenvolvimento da colaboração científica e da prestação de serviços no domínio do estudo, salvaguarda e valorização do património de Chaves. -----

2. A cooperação entre a CMC e a UMinho poderá assumir as seguintes modalidades: -----

a) Intercâmbio de especialistas, incluindo docentes, investigadores e técnicos, tendo em vista o fomento de atividades de estudo, investigação e fornecimento de serviços; -----

b) Colaboração na realização de estágios dos alunos da UMinho; ----

c) Outras realizações de interesse mútuo a acordar entre ambas as instituições. -----

3. As formas de cooperação entre a CMC e a UMinho serão objeto de propostas específicas, nas quais se estabeleçam ações concretas, quais as unidades orgânicas intervenientes e os sistemas de financiamento previstos, cujos regimes se adequarão ao tipo de ações. -----

Cláusula 2ª -----

Período de Vigência -----

O Presente Protocolo vigorará até que seja rescindido, por escrito, por qualquer uma das partes, com uma antecedência mínima de 60 dias.

Cláusula 3ª -----

Disposições Complementares -----

1. As propostas específicas de cooperação, depois de aprovadas por cada uma das instituições, constituirão adendas ao presente protocolo.

2. O presente protocolo, lavrado em duplicado, vai ser assinado pelos representantes de cada uma das partes, sendo autenticado com o selo branco em uso nas mesmas, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes. -----

Chaves, 9 de novembro de 2018. -----

Câmara Municipal de Chaves -----

Presidente -----

Dr. Nuno Vaz -----

Universidade do Minho -----

Reitor -----

Prof. Doutor Rui Vieira de Castro -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 12.11.2018. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 221/2018 - EXECUTADO: JOAQUIM FEVEREIRO BRAGA.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Joaquim Fevereiro Braga, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 10591/18, datado do pretérito dia 15/10/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em prestações de uma dívida referente a taxas devidas pela ocupação de lugar na feira semanal de Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. O requerente pretende que lhe seja autorizado o faseamento da dívida em prestações de 50€ mensais. -----

3. A dívida do requerente que se encontra, na presente data, em execução fiscal, ascende à quantia de 336.00€, acrescida dos respetivos juros de mora e custas associadas ao processo de execução fiscal em curso, nesta autarquia local. -----

4. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte:

II - Enquadramento Legal -----

1. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º 1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a 102 euros**. -----

3. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a 336,00€, acrescida de juros de mora e custas processuais associadas ao processo de execução fiscal. -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário apenas **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 3 prestações mensais, em face do valor da dívida exequenda. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em **três prestações mensais** e sucessivas, não afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento

conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196.º, do CPPT; -----

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais, o qual acresce ao valor da dívida exequenda;

d) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198.º, do CPTT, o **requerente está dispensado de prestar garantia;** -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 25 de outubro de 2018.-----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 26/10/2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.26 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: JORGE MANUEL MESQUITA MOREIRA. INFORMAÇÃO/PARECER N.º. 222/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por José Carlos Pereira Domingues, contribuinte n.º 268191930, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 6885/18, datado do pretérito dia 19/06/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em 3 prestações do valor em dívida, por parte de Jorge Manuel Mesquita Moreira, no montante de 163,19€. -----

2. A dívida é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local. -----

3. Através da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/08/09, a qual recaiu sobre a Informação n.º 147/DAF/18, produzida no dia 25 de julho de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas na referida informação.-----

4. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

5. Decorrido o prazo supra mencionado, e conforme descrito na Informação produzida pela escritã dos Processos de Execução Fiscal, no dia 17/10/2018, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação, o requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

6. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pelo requerente, com base nas razões expostas na Informação nº 147/DAF/18, produzida no dia 25 de julho de 2018, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

Chaves, 23 de outubro de 2018. -----

À consideração superior. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 26/10/2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.26 -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: DAVID VILARANDA BORGES. INF. 227/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Maria Adelaide Ferreira dos Santos Correia, contribuinte n.º 260366250, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 8670/18, datado do pretérito dia 19/07/2018, veio a ser solicitado, pelo

requerente, a autorização de pagamento em prestações do valor em dívida no montante de 558,18€. -----

2. A dívida é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local. -----

3. Através da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/09/06, a qual recaiu sobre a Informação nº 153/SHSDPC n.º 72/18, produzida no dia 20 de agosto de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas na referida informação. -----

4. Neste contexto, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

5. Decorrido o prazo supra mencionado, e conforme descrito na Informação produzida pela escritã dos Processos de Execução Fiscal, no dia 17/10/2018, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação, a requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

6. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

II - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

d) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, com base nas razões expostas na Informação nº 153/SHSDPC n.º 72/18, produzida no dia 20 de agosto de 2018, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação; -----

e) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

Chaves, 6 de novembro de 2018. -----

À consideração superior. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 07/11/2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.08 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE SINISTRO DE VIAÇÃO OCORRIDO NA RUA DOM JERÓNIMO DE ATAÍDE, CHAVES. REQ: - RUI ALEXANDRE FERREIRA MONTALVÃO - INF. 229/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 10315, de 08/10/2018, Gustavo Queirós, veio solicitar a assunção de responsabilidade, por parte deste Município, com vista ao pagamento duma indemnização no valor de 135,30€ (cento e trinta euros e trinta cêntimos) pelos danos, patrimoniais sofridos na viatura marca Ford, com a matrícula 44-42-TU, na sequência da movimentação de uma tampa de saneamento sita na Rua Dom Jerónimo de Ataíde, Chaves. -----

2. O requerente juntou ao processo participação de acidente, produzida pela PSP, no dia 28/09/2018, pela 01h03, orçamento emitido pela empresa "Carlos Silva E. Alexandra Pires, Lda", no valor de 135,30 euros, bem como registo fotográfico da viatura e da tampa de saneamento, em causa.

3. No dia 18 de outubro de 2018, a Divisão de Águas e Resíduos, produziu a Informação n.º 197/DAR/2018, relatando o seguinte, a saber: -----

"(...)Face ao relato e ouvido o setor de saneamento da Divisão de Águas e Resíduos, confirma-se a falta de cimento que segura o aro, mas que não se justificava a mesma ter saltado do lugar. Segundo o relato de uma moradora, a grande quantidade de água que saía da caixa devido à chuva fez com que a tampa saltasse." -----

4. É, pois, no âmbito dos factos acima revisitados que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Do direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito(positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas;
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".

5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----
Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados na sequência do levantamento de uma tampa de saneamento, instalada na via pública, provocando os danos agora peticionados. -----

10. Ora, a Autarquia Local, enquanto entidade gestora do domínio público municipal, incluindo passeios e vias de trânsito, tem a responsabilidade de garantir a segurança das pessoas e bens que circulam em tais espaços. -----

11. É evidente, portanto, que recaem sobre esta Autarquia Local deveres de regular vigilância, manutenção e conservação das vias sob a sua esfera de aceção. -----

12. Sendo certo que a presunção de culpa prevista no n.º 1, do artigo 493º, do Código Civil, é extensível à responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos culposos praticados no exercício de gestão pública. -----

13. Partindo destas premissas, poder-se-á concluir que compete à entidade pública, desde que o interessado faça prova da factualidade por ele invocada, bem como do nexo de causalidade existente entre a mesma e os prejuízos sofridos, provar que, no caso individual e concreto, deu cumprimento aos deveres referidos supra ou, alternativamente, que os prejuízos se ficaram a dever a causas estranhas à mesma e de força maior e que ocorreriam independentemente do escrupuloso cumprimento de tais deveres. -----

14. Ora, do teor da Informação n.º 197/DAR/2018, produzida pela Divisão de Águas e Resíduos, no dia 18 de outubro de 2018, retira-se, desde logo, que a deslocação da tampa de saneamento se ficou a dever a um excesso de caudal provocado pelas condições climatéricas ocorridos. -----

15. Ou seja, a movimentação da tampa de saneamento, fazendo fé na informação dos serviços, teve na sua origem, única e exclusivamente, nas condições climatéricas adversas e inesperadas. -----

16. Assim sendo, se por um lado é verdade que impende sobre a Câmara Municipal o dever de manutenção e vigilância das vias de trânsito sitas no domínio público municipal, também é verdade que os factos descritos pelo peticionário tiveram origem em circunstâncias extraordinárias e imprevisíveis, que não poderiam ser controladas pela Autarquia local, conforme decorre da Informação n.º 197/DAR/2018. ---

17. Logo, não se vislumbra que haja sido omitido qualquer dever de cuidado por parte deste Município que permita ao interessado fazer a imputação subjetiva do acidente. -----

18. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

IV - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo requerente, não decorrendo, dos factos evidenciados, qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos sofridos no seu veículo, com base na razões apontadas na Informação n.º 197/DAR/2018; -----

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

Chaves, 6 de novembro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo.

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 07/11/2018. -----

Visto. Concorde com a presente informação. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.08 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - EXECUTADO: MARCELINHO FERREIRA DO VALE. INF. 230/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Marcelinho Ferreira do Vale, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia

Local n.º 10589/18, datado do pretérito dia 15/10/2018, veio a ser solicitado, pelo requerente, a autorização de pagamento em prestações de uma dívida referente a taxas devidas pela ocupação de lugar na feira semanal de Chaves, conforme documento que junta em anexo. -----

2. O requerente pretende que lhe seja autorizado o faseamento da dívida em prestações de 50€ mensais. -----

3. A dívida do requerente que se encontra, na presente data, em execução fiscal, ascende à quantia de 392.00€, acrescida dos respetivos juros de mora e custas associadas ao processo de execução fiscal em curso, nesta autarquia local. -----

4. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte:

II - Enquadramento Legal -----

6. Atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no nº1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

7. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no nº 5, do art. 196º do CPPT, ou seja, **cada prestação não poderá ser inferior a 102 euros**. -----

8. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, da retrocitada disposição legal. -----

9. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo, a dívida exequenda ascende a 392,00€, acrescida de juros de mora e custas processuais associadas ao processo de execução fiscal. -----

10. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, o ora peticionário apenas **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 3 prestações mensais, em face do valor da dívida exequenda. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na autorização do pagamento do valor da dívida exequenda em **três prestações mensais** e sucessivas, não afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, do artigo 196º, do CPPT;

c) Sendo certo que a autorização de pagamento em prestações da dívida exequenda, não afasta o dever de pagamento do valor associado às custas processuais, o qual acresce ao valor da dívida exequenda;

d) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPTT, **o requerente está dispensado de prestar garantia**; -----

e) Sequencialmente, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

f) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

g) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 6 de novembro de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA, DO DIA 07.11.2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.08 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: CÁTIA SOFIA MARTINHO FERREIRA. INFORMAÇÃO 232/DAF/18. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local, n.º9054/18, Cátia Sofia Martinho Ferreira, veio em síntese, solicitar a reativação do plano de pagamento em prestações acordado entre a requerente e o Município de Chaves no valor de € 25 (vinte cinco euros). -----

2. Porém, analisado o correspondente processo, constatou-se que entre a requerente e o Município de Chaves, foram efetuados dois acordos de pagamento em prestações¹, referentes a dívidas de água e resíduos sólidos urbanos, sendo que a requerente não cumpriu nenhum dos referidos acordos voluntários de pagamento em prestações, tendo-lhe sido instaurados, consequentemente, os competentes processos executivos pelo órgão de execução fiscal; -----

3. Nesta medida, a pretensão da requerente - pedido de reativação do plano de pagamento em prestações de uma dívida de água no valor de 25 € (vinte e cinco euros) - veio a ser indeferida, conforme resulta

¹ - Acordo n.º. 079170400010 - 10 Prestações - cada prestação no valor de € 57.29 - aprovado em reunião do órgão executivo municipal de 30/11/2017 (INF.112/SHSDPC/N 36/2017); -----

- Acordo n.º 0791712000005 - 7 Prestações - cada prestação no valor de € 25.00 - aprovado em reunião da Câmara Municipal de 10/04/2017 (INF.267/DAR/2017). -----

do teor da deliberação tomada em reunião ordinária do executivo municipal, realizada no dia 06/09/2018. -----

4. Consequentemente, a requerente, veio tomar conhecimento do teor da respetiva deliberação, da intenção de indeferimento do pedido apresentado, que incidiu sobre o teor da Informação/proposta n.º170/DAF/18. -----

Neste sentido, a requerente, inclusivamente, foi notificada da possibilidade do pagamento em prestações mensais e sucessivas da dívida em execução fiscal, desde que nenhuma prestação seja inferior a uma unidade de conta €102 (cento e dois euros), devendo para o efeito, formular o correspondente requerimento. -----

5. Nesta sequência, Cátia Sofia Martinho Ferreira no dia 06/11/2018, através de e-mail, veio solicitar o pagamento em prestações da respetiva dívida em execução fiscal. -----

II - Do Enquadramento Legal -----

1. No caso individual e concreto em apreciação, encontrando-se a dívida em causa em processo executivo, de facto é possível requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal, de acordo com o disposto no n.º1, do art.196.º, do C.P.P.T.

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização (€ 102,00)**, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196º do CPPT. -----

3. Ora, de acordo com os documentos constantes do respetivo processo de execução fiscal, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, encontra-se, em fase de cobrança coerciva, o valor de € 708,03². ----

4. Neste valor - € 708,03 - não está incluída, a quantia relativa aos encargos do processo, nem os juros. O valor dos encargos será calculado e incluído na concretização e realização da primeira prestação. -----

Relativamente aos juros, estes continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento, conjuntamente, com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

5. Contudo, a requerente na sua pretensão, formulada através do respetivo e-mail dirigido a este Município, no dia 06/11/2018, e relativo ao pedido de pagamento em prestações, não apresentou qualquer plano de pagamento, isto é, não indica o número de prestações a que se propõe, para efetuar o pagamento da dívida exequenda. -----

6. No entanto, aqui chegados, devemos concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora peticionária **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 6 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta³. -----

²Valor da dívida, sem os encargos do processo e os juros. -----

³ Sendo certo que os valores em causa podem sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que a requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

7. Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPPT, a requerente, enquanto pessoa singular, está dispensada de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a 5.000 €. -----

8. Atenda-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal os seus termos, por força do disposto no n.º 4, do artigo 200º, do CPPT. -----

9. Por último, de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do art.198.º, do CPPT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificada o despacho. --

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa, consubstanciada no deferimento do pedido de pagamento do valor da dívida que se encontra em fase de cobrança coerciva, leia-se, execução fiscal, em prestações, de acordo com o quadro legal e regulamentar aplicável, com base nas razões anteriormente expostas; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente, com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196º, do CPPT; -----

c) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPPT, a requerente está dispensada de prestar garantia; -----

d) No cumprimento do disposto no art.121.º e ss. do Código de Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias úteis para permitir à ora interessada vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão entretanto exarado; -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

f) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----
Chaves, 8 de novembro de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista -----

Ana Tomaz -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2018/11/09 -----

Visto. Concorro com a presente informação. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.12 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL
ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º202/SHSDPC/N.º92/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.16-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REVISÃO DO VALOR DA RENDA RESPEITANTE À INQUILINA LÚCIA MARIA MARQUES MOREIRA. BAIRRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º207/SHSDPC/N.º96/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.23-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.10.29. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REVISÃO DO VALOR DAS RENDAS RESPEITANTE AOS INQUILINOS DO BAIRRO SOCIAL MARECHAL CARMONA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º211/SHSDPC/N.º100/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.11.05-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.11.09. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. PEDRO MIGUEL SILVA TEIXEIRA INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº212/SHSDPC/N.º101/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.30-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.11.09. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA DE RENDA (BAIRRO SOCIAL DOS AREGOS) .INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº213/SHSDPC/N.º102/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.11.05-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.11.09. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. MARLENE MARTINS CALISTO INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº215/SHSDPC/N.º103/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.11.05-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.11.09. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº217/SHSDPC/N.º105/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.11.06-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.11.09. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. REQUERENTE: MARIA OLGA SALVADOR PINTO TEIXEIRA. INFORMAÇÃO Nº 199/DRHAS/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Identificação da requerente: Maria Olga Salvador Pinto Teixeira, casada, portadora do B.I/Cartão de Cidadão nº 05822091, Contribuinte nº 110634756, a exercer funções de Auxiliar de Serviços Gerais, no Lar em Vidago, há mais de 29 anos, residente na Rua do Olmo nº 27, em Oura, freguesia de Oura, concelho de Chaves, coabita com o seu marido, José Joaquim Fernandes Teixeira, a exercer funções na Divisão de Controle - Ministério da Agricultura, em Chaves, e a sua filha, Maria João Salvador Teixeira, de 19 anos de idade, estudante, nascida a 25/06/1999, que, através de requerimento, anexo à presente informação, veio solicitar apoio no transporte escolar para a sua filha, esta a frequentar o CAO - Centro de Atividades Ocupacionais, em Vilarandelo, concelho de Valpaços, em virtude de no concelho de Chaves não haver oferta escolar nesta área, a fim de poder prosseguir os seus estudos.-

II - Fundamentação -----

No seguimento do requerimento, datado de 25 de setembro 2018, com o número de registo 9891, dos serviços do Município, remetido pela requerente acima identificada, e por despacho superior, datado a 3 do corrente mês, foi efetuada deslocação à localidade do local de residência da requerente, a fim de se proceder a uma visita domiciliária, para análise da situação socioeconómica e familiar. --- Na visita domiciliária, encontrava-se presente na habitação, a requerente e o seu marido. -----

Foi declarado pela requerente que o rendimento económico mensal, do agregado familiar, é no valor de 1 655 euros, já incluído o abano e o subsídio por deficiência da filha. Esta filha apresenta um grau de incapacidade de 73% (63% mental e 10% motora), conforme atestado médico, em anexo. -----

Através de entrevista realizada, o casal afirma ter dificuldades económicas para suprimirem as despesas inerentes à situação da filha (saúde, educação, transporte, e outros bens de necessidade), com a habitação (luz, água, telefone, etc.), com os próprios, pois ambos têm problemas de saúde (diabetes, hipertensão, problemas cardíacos, depressão). -----

Devido à situação clínica da filha, a progenitora tem necessidade de ter um horário de trabalho flexível, gerido com o seu marido, para a toma da medicação da jovem, pois esta não pode ficar sozinha em casa, sendo necessário uma vigia constante, pois sofre de epilepsia, dando origem a comportamentos desajustados e agressivos. -----

Assim, -----

Considerando que, a petição da requerente não tem enquadramento no Regulamento para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos; -----

Considerando que, o atual quadro legal de atribuições e competências das autarquias locais, consubstanciado na Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabelece a intervenção dos municípios no âmbito da ação social e habitação; ----

Considerando que, o Município de Chaves não tem, na presente data, em vigor, qualquer tipo de Regulamento que legitime a atribuição deste tipo de apoios, no cumprimento do disposto da alínea v), do artigo 33º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando que, a participação do Município de Chaves na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central e o apoio aos referidos estratos sociais, depende das condições constantes de regulamento municipal. -----

Considerando que, o agregado familiar auferir um rendimento mensal no valor de 1 655 euros, já incluídos o subsídio por deficiência da jovem (273 euros), conforme quadro abaixo; -----

Nome	Parentesco	Est. Civil	Profissão	Rendimento
Aria Olga S. Pinto Teixeira	Requerente	Casada	Aux. Serv. Gerais	650 €
José Joaquim Fernandes Teixeira	Cônjuge	Casado	Func. Público	732 €
Maria João Salvador Teixeira	Filha	Solteira	Estudante	a) 273 €
				b) 1655 €

a) Subsídio por Deficiência -----

b) Total dos rendimentos do agregado familiar -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao enquadramento das condições materiais no Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, o mesmo não tem enquadramento legal, no presente Regulamento, pelo que, tomamos a liberdade de submeter à apreciação superior a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que seja praticada decisão consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, de acordo com as razões anteriormente expostas; -----

b) Sequencialmente, dever-se-á notificar a interessada do conteúdo integral da presente informação, para que a mesma, dentro do prazo de 10 dias, dizer o que se oferecer, por escrito, sobre tal sentido de decisão, nos termos do disposto no art.º 121 e seguintes do CPA; ----

c) Ponderadas as sugestões que eventualmente venham a ser apresentadas, dever-se-á tomar decisão definitiva sobre o pedido. ---

2 - Apreciação pela Chefe da Unidade Flexível de 2º Grau de Recursos Humanos e Ação Social, Paula Cabugueira, em vista a sancionar, ou não, os fundamentos explanados que versam sobre esta matéria; -----

3 - Caso a presente informação venha a merecer de concordância superior, deverá a mesma ser remetida ao cuidado do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Marcelo Delgado, cujo parecer/decisão deverá, sequencialmente, ser enviada para o Gabinete da Vereadora da Ação Social, Paula Chaves, para a emissão da competente decisão; -----

4 - Por último, notifique-se a requerente da decisão que vier a ser tomada, nos termos do art.º 121º e seguintes, do Código do Procedimento Administrativo. -----

À consideração Superior, -----

Chaves, 12 de outubro de 2018 -----

As Técnicas Superiores de Psicologia -----

Dra. Germana Alinho -----

Dra. Cátia Rodrigues -----

Em anexo: Requerimento da petionária. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.15-----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.26 -----

Visto. À reunião do Executivo municipal para efeitos de apreciação e deliberação sobre a pretensão em questão. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

9. RETIFICAÇÃO DO VALOR DAS RENDAS RESPEITANTE AOS INQUILINOS DO BAIRRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº210/SHSDPC/N.º99/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 8. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.10.30-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

10. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ANABELA BLAU FERREIRA INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº218/SHSDPC/N.º97/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 9. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.11.07-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

11. PROPOSTA GERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS FESTIVIDADES DO NATAL EM CHAVES. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 232 - DDSC/SE Nº96/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

ENQUADRAMENTO -----

O natal é simbolismo, é religiosidade, é o aproximar da transição de ano, é uma quadra imbuída de um sentimento de alegria, diversão e bem-estar. É simultaneamente uma época frutífera para o turismo e por consequência para o comércio local e hotelaria em particular. -----
Em Chaves esta quadra, como em muitas cidades, é aproveitada para o desenvolvimento de atividades características da época quer sejam culturais, quer sejam de puro lazer. -----
Estamos em plena época festiva, em período de férias escolares, com o regresso de muitos estudantes flavienses que por essas cidades fora estudam e/ou trabalham o ano todo, e que nesta quadra natalícia de reunião de famílias regressam aos seus lares maternos. -----

FUNDAMENTAÇÃO -----

Considerando o período em causa, período de férias escolares, período de regresso a casa dos estudantes deslocados noutras cidades. -----
Considerando a necessidade de criar e arranjar alternativas de âmbito lúdico-culturais que captam, cativem e retenham população local e turistas. -----

Objetivando como principal referente a consolidação de Chaves como região cultural e turística por excelência. -----

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em face ao exposto somos a propor o seguinte: -----

☐ A realização de um programa de cariz festivo para a quadra natalícia e fim de ano englobando a festa de passagem de ano.-----

Para a concretização deste programa festivo propõe-se a seguinte **estimativa** orçamental:-----

CHAVES NATAL 2018 - PISTA DE GELO*		C/IVA
Pista de gelo 10*20m no Largo General Silveira	19.350,00€	23.800,50€
*a contratação da pista de gelo foi alvo da informação 242/DDSC/SPAC		
CHAVES NATAL 2018 - PISTA DE GELO		C/IVA
Manutenção da pista com funcionamento previsto entre 7 a 9 horas diárias	4.500,00€	5.535,00€
Serviço de limpeza da Tenda durante o decorrer do evento Chaves Natal 2018 (100 horas x 13,42€)	1.342,00€	1.650,60€
Serviço de bilheteira para a Pista de gelo entre os dias 14/dez 6/jan	1.400,00€	1.722,00€
SPA - direitos de autor	500,00€	500,00€
Luvas	900,00€	900,00€
	8.642,00€	10.307,60
CHAVES NATAL 2018 - TENDA E EQUIPAMENTO PARA PISTA DE GELO		C/IVA
Tenda (25mx30m)	6.750,00€	8.302,50€
Instalação Elétrica	750,00€	922,50€
Estrado Técnico (1x)	3.066,00€	3.771,18€
Ar Condicionado (2x)	2.625,00€	3.228,75€
Segurança para a Pista de gelo (772 horas)	5.712,80€	7.026,74€
	18.903,80€	23.251,67€
CHAVES NATAL 2018 NAS ESCOLAS		C/IVA
Natal das Escolas - Peça de Teatro "A Recruta dos Brinquedos"	3.150,00€	3.874,50€
Natal nas escolas oferta de 1500 lanches	2.795,00€	3.437,85€
Natal nas escolas- Transporte de crianças*		
*já contemplado no plano anual de transportes escolares		
	5.945,00€	7.312,35€
FIM DE ANO 2018 - GRUPO MUSICAL		C/IVA
Passagem de ano Grupo Musical	10.000,00€	12.300,00€

*a contratação do grupo musical foi alvo da informação 237/DDSC/SPAC

FIM DE ANO 2018		C/IVA
Passagem de ano fogo artifício	2.500,00€	3.075,00€
Segurança da Festa de passagem de ano e outros serviços pontuais se necessários (40 horas)	700,00€	861,00€
	3.200,00€	3.936,00€
DIVULGAÇÃO NATAL E FIM DE ANO 2018		C/IVA
Divulgação (4000 Flyers, 4 Muppis)	240,00€	295,20€
Divulgação (página em jornal local - Voz de Chaves, spots na rádio pista gelo fim de ano)	1.000,00€	1.230,00€
Outdoor Rotunda RX	700,00€	861,00€
Impressão de bilhetes	200,00€	246,00€
	2.140,00€	2.632,20€

Se for entendimento superior que este programa de cariz festivo para a quadra natalícia e fim de ano deve merecer aceitação, que o mesmo seja presente na próxima reunião de câmara para apreciação e aprovação. À consideração Superior. -----

Chaves 14 de novembro de 2018 -----

Paula Veloso -----

José Ribeiro -----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 02.11.2018. -----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.08-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.11.09. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

12. DETERMINAÇÃO DE ESCALÕES DE ENTRADA A UTILIZAR NA PISTA DE GELO E VENDA DE ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS - CHAVES NATAL 2018. INFORMAÇÃO / PROPOSTA N.º 244 / DDSC / SPAC. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

JUSTIFICAÇÃO -----

No seguimento da Informação/Proposta n.º232/DDSC, de 23 de outubro, cujo teor para conhecimento e aprovação, diz respeito ao programa Chaves natal 2018, acresce a necessidade de aprovação de escalões de ingresso para o recinto. -----

Considerando o período em causa, período de férias escolares, período de regresso a casa dos estudantes deslocados noutras cidades. -----

Considerando a necessidade de criar e arranjar alternativas de âmbito lúdico-culturais que captam, cativem e retenham população local e turistas. -----

Considerando que o ingresso para o recinto onde decorre a atividade Chaves Natal 2018 - Pista de Gelo se irá processar através da compra de um bilhete de ingresso, propõe-se a seguinte estratégia: -----

1 - Criação de dois escalões diferenciados de ingresso: -----

1.1. 5,00 € - Ingresso diário para o recinto onde decorre a atividade Chaves Natal 2018 - Pista de Gelo (com emissão de 500 bilhetes sequencialmente numerados de 001 a 500 impressos em papel de uma só cor); -----

1.2. 2,50 € - Ingresso diário para o recinto onde decorre a atividade Chaves Natal 2018 - Pista de Gelo com 50% de desconto em relação ao preço base (com emissão de 1000 bilhetes sequencialmente numerados de 0001 a 6000); -----

1.2.1. São consideradas para efeitos de desconto as seguintes condições: -----

1. Famílias, mínimo três elementos; -----
2. Estudantes residentes no concelho mediante apresentação do respetivo cartão de estudante; -----
3. Titulares de talão de compras em estabelecimentos de comércio tradicional, restauração e bebidas e hotelaria no valor mínimo de 10,00€. -----

2 - Venda de luvas para utilização obrigatória na pista de gelo a 0,90€ a unidade. -----

3 - Aprovação das condições de utilização da pista de gelo pelos usuários. -----

PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Se for entendimento superior que este Programa Chaves Natal 2018, deve merecer aceitação, que o mesmo seja presente na próxima reunião de câmara para apreciação e aprovação. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 24 de outubro de 2018 -----

Jorge MP Leite -----

Paula Veloso -----

José Ribeiro -----

Pedro Monteiro -----

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG.º CARLOS FRANÇA, DATADO DE 25.10.2018. -----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.11.09. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE VETERANOS DO DESPORTIVO DE CHAVES". PROPOSTA Nº 78/GAP/18-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

A Associação Núcleo de Veteranos do Desportivo de Chaves, NIPC 505 144 166, solicitou em reunião ocorrida nesta Câmara Municipal, o apoio da autarquia, para a concretização das ações que pretendem levar a efeito durante o corrente ano. -----

Considerando que os apoios financeiros solicitados têm em vista a concretização de atividades e ações de caráter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população;--

Considerando que este clube é promotor de atividades desportivas, recreativas e de convívio social, atuando positivamente na ocupação dos seus tempos livres, e por sua vez, imprimindo hábitos e motivações para a prática desportiva continuada; -----

Considerando que estas entidades desportivas em muito contribuem para o desenvolvimento físico e intelectual dos seus atletas;-----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015;-----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;-----

Considerando que o contrato programa de desenvolvimento desportivo, a celebrar com as associações, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

No cumprimento do Artigo 290º. A do CCP é designado gestor do contrato, o Adjunto do Presidente da Câmara, Dr. Júlio Alves, competindo-lhe em traços gerais, acompanhar permanentemente a boa execução do contrato programa.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que seja apoiada a "Associação Núcleo de Veteranos do Desportivo de Chaves", no valor de 2.000,00 € (Dois Mil Euros); -----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a Associação, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento;-----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;---

d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira.-----

Chaves, 12 de novembro de 2018-----

O Presidente da Câmara-----
(Nuno Vaz)-----

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO-----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, casado, natural da freguesia de Travancas, concelho de Chaves, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2018;-----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil), residente em....., titular do Cartão de Cidadão nº....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de -----

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2018, foi aprovada a **Proposta nº .../GAP/2018, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de caráter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2018;**-----

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes:-----

Cláusula 1ª-----

(Objeto)-----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2018, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª-----

(Período de execução do contrato)-----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2018.-----

Cláusula 3ª-----

(Comparticipação financeira)-----

1. A comparticipação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de € (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado.-----

2. O Município de Chaves concede, ainda, -----

Cláusula 4ª-----

(Disponibilização financeira)-----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o-----

Cláusula 5ª-----

(Obrigação de certificação das contas)ⁱ-----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no n° 1, do artigo 20°, do Decreto-Lei n° 273/2009, de 1 de outubro.

2. O, para efeitos do disposto no n°2, do artigo 20°, do Decreto-Lei n° 273/2009, de 1 outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa.-----

Cláusula 6ª-----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto)-----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da participação financeira.-----

Cláusula 7ª-----

(Gestão do Contrato)-----

Para efeitos do disposto no n° 1, do Artigo 290 - A, do CCP, foi designado como gestor do contrato o _____, _____, por deliberação de _____, com a função de proceder ao seu acompanhamento e monitorização.-----

Cláusula 8ª-----

(Produção de efeitos)-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2018.-----

Cláusula 9ª-----

(Entrada em vigor)-----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no n°1, do artigo 14°, do Decreto-Lei n° 273/2009, de 1 de outubro.-----

Cláusula 10ª-----

(Publicação)-----

Nos termos do n°1, do artigo 14°, do Decreto-Lei n° 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia.-----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

Chaves, ... de de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

Nuno Vaz -----

O Presidente do,-----

.....)-----

Em Anexo:-----

- Plano Anual de Atividades de 2018;-----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social;-----

- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;-----

- Cópia dos respetivos Estatutos;-----

- Documento comprovativo da sua legal constituição;-----

- Cópia do NIPC;-----

- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "PRO MONTES ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO ESPAÇO RURAL". PROPOSTA Nº 80/GAP/18.

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos-----

A Pro Montes Associação de Desenvolvimento e Promoção do Espaço Rural", NIPC 513 008 586, com sede na rua do Areal, nº 283, em Loivos, Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações, Concelho de Chaves, solicitou apoio financeiro para realizar o "V Encontro de Coros de Natal".---- De acordo com os estatutos esta associação visa, designadamente:-----

- Organização de eventos formativos, culturais e outros;-----
- Apoio a grupos de expressão artística e Workshops, abrangendo diversas áreas culturais como a música, o teatro, as artes plásticas, a dança, a literatura, etc.-----

Considerando a importância deste evento, calendarizado para o dia 22 de dezembro, com a presença confirmada de 5 grupos, cuja atuação vai ter lugar na Igreja Matriz;-----

Considerando que este espetáculo integra a oferta cultural do concelho há 4 anos;-----

Considerando que o apoio financeiro solicitado tem em vista a concretização da atividade recreativa e cultural, as quais são promotoras de convívio e bem-estar das populações;-----

Considerando que o Município de Chaves entende como sendo de interesse municipal o desenvolvimento destas iniciativas, contribuindo elas, de forma decisiva para a dinamização do Concelho nas diversas áreas de ação;-----

Considerando que o apoio às entidades em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

Considerando que a proposta está excluída do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que seja apoiada a instituição "Pro Montes Associação de Desenvolvimento e Promoção do Espaço Rural" com o valor de 1.000,00 €; -----

b) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei nº 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;---

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionados no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 12 de novembro de 2018-----

O Presidente da Câmara-----
(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 10. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 11. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IMT - INFORMAÇÃO Nº368/DSCH/18-TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A Sra. Maria de Fátima Teixeira Costa Félix, na qualidade de proprietária, veio através do requerimento nº1125/18, solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua de Santo António, nº 80, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana

e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

a) Isenção de IMI pelo período de três anos (alínea a) do n.º 2 do artigo 45º do Decreto-Lei nº215/89 de 1 de julho - Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF); -----

b) Isenção de IMT na aquisição de prédio urbano, na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente- (alínea c) do n.º 2 do artigo 45º do EBF). -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua de Santo António, nº 80, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº1024/20080807 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6875. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 A Sra. Maria de Fátima Teixeira Costa Félix e marido César Torres Félix, em 16 de março de 2011, adquiriram o imóvel em processo de execução, de acordo com o documento anexo - processo nº357/08.5TBCHV-2º juízo. -----

1.2.2. A requerente, em 16 de março de 2011, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 23 de março de 2015. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº83/16 foi emitido em 6 de outubro de 2016 com o termo para a conclusão da obra em 6 de setembro de 2017. -----

1.2.4. Em 5 de junho de 2018 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 26 de julho de 2018 com o nº 100/18. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de três anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 45º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO FACE AO IMT -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU beneficiam de isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas na primeira transmissão subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação própria e permanente ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro) ficando dependente do reconhecimento pela Câmara Municipal da área da situação do prédio após as respetivas obras de reabilitação, conforme o n.º 4 do mesmo artigo 45.º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 45.º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e IMT (artigo 45.º do EBF). -----

3.3. No âmbito da alínea b) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 45.º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. --

3.4. No dia 19 de dezembro de 2014 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de péssimo (nível 1), conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 26 de junho de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente (nível 5) para todos os pisos do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelos proprietários do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Relativamente à apresentação da certificação energética referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º do EBF, considera-se isenta dado que por razões de ordem arquitetónica e patrimonial, a reabilitação tornar-se-ia inviável, considerando-se apesar de tudo que as obras de reabilitação aumentaram significativamente o desempenho térmico em relação à situação do edifício antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.338%, a isenção por um período de 3 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (3 anos)
Artigo matricial 6875					
Fração A - R/Chão	Serviços	26/08/2017	16 070,00€	54,32€	162,96€
Fração B - 1.º Andar	Habitação	26/08/2017	14 120,00€	47.73€	143.19€
Fração C - 2.º Andar	Habitação	26/08/2017	15 140,00€	51.17€	153.51€
Fração D - 3.º Andar	Habitação	28/08/2017	11 400,00€	38.53€	115.59€

Assim, o município perderá receita anual no valor de 191,75€ e de 575,25€ durante os 3 anos da isenção de IMI, referentes ao imóvel objeto de apreciação. -----

3.9. No que diz respeito ao IMT os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU beneficiam de isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas na primeira transmissão subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação própria e permanente ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, em nome da requerente, Maria de Fátima Teixeira Costa Félix, contribuinte n.º 145 388 751, por um período de três anos, dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 45.º do EBF. -----

4.2. Considerando que o prédio foi reabilitado de acordo com o regime jurídico da Reabilitação Urbana, propõe-se ainda a emissão de certidão, em nome da requerente, Maria de Fátima Teixeira Costa Félix, contribuinte n.º 145 388 751, para efeitos de isenção, sobre a transmissão onerosa do imóvel na primeira transmissão, IMT, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação própria e permanente ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF (alteração introduzida pela Lei 114/2017 de 29 de dezembro). -----

4.3. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.4. Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI e IMT, deverá, posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, tendo em consideração que é da competência deste órgão conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos, de acordo com o disposto no ponto 2.º do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais). -----

4.5. Em caso de aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deverá comunicar, no prazo de 20 dias, ao Serviço de Finanças de Chaves o reconhecimento da situação do edifício. -----

4.6. Notificar os requerentes da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto no artigo 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE TRIBUTAÇÃO DE IRS - INFORMAÇÃO Nº369/ DSCH/18-TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL.-
Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A Sra. Maria de Fátima Teixeira Costa Félix, na qualidade de proprietária, veio através do requerimento nº2083/18, solicitar certidão comprovativa que o edifício que reconstruiu, na Rua de Santo António, nº 80, em Chaves, se localiza em área de reabilitação urbana e foi recuperado nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, para os seguintes efeitos: -----

- a) Dedução à coleta em sede de IRS, até ao limite de 500€, de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação (n.º 4 do artigo 71.º do EBF); -----
- b) Tributação à taxa autónoma de 5%, das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, decorrentes da alienação de imóveis (n.º 5 do artigo 71.º do EBF); -
- c) Tributação à taxa de 5%, dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento (n.º 7 do artigo 71.º do EBF). -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua de Santo António, nº 80, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e está descrito no registo da Conservatória com o nº1024/20080807 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº6875. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1 A Sra. Maria de Fátima Teixeira Costa Félix e marido César Torres Félix, em 16 de março de 2011, adquiriram o imóvel em processo de execução, de acordo com o documento anexo - processo nº357/08.5TBCHV-2º juízo. -----

1.2.2. A requerente, em 16 de março de 2011, apresentou o projeto de arquitetura da reconstrução do edifício referenciado, tendo sido aprovado por despacho favorável do vereador responsável em 23 de março de 2015. -----

1.2.3. O alvará de obras de construção com o nº83/16 foi emitido em 6 de outubro de 2016 com o termo para a conclusão da obra em 6 de setembro de 2017. -----

1.2.4. Em 5 de junho de 2018 veio a requerente solicitar o alvará de autorização de utilização, tendo sido emitido pelo Município em 26 de julho de 2018 com o nº 100/18. -----

2. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016,

com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPOSTADOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71º do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

2.1.2. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA AUTÓNOMA DE 5% SOBRE AS MAIS-VALIAS -----

As mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português decorrentes da primeira alienação de imóveis, após reabilitação, são tributadas à taxa autónoma de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do nº 5 do artigo 71º do EBF. -----

2.1.3. ENQUADRAMENTO RELATIVO À TAXA DE 5% SOBRE OS RENDIMENTOS PREDIAIS AUFERIDOS -----

Os rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português são tributados à taxa de 5%, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana, recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com a alínea a) do nº 7º do artigo 71º do EBF. -----

3. CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 71º do EBF são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após a publicação da ARU, isto é, dia 5 de abril de 2013, e promovidos nos termos do regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº307/2009, de 23 de outubro. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da dedução à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, tributação à taxa autónoma de 5% das mais-valias e tributação dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS à taxa de 5% (números 4, 5 e 7 do artigo 71º do EBF). -----

3.3. No âmbito do nº 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.4. No dia 19 de dezembro de 2014 a comissão municipal fez a vistoria inicial a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de péssimo (nível 1), conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.5. No dia 26 de junho de 2018 a comissão municipal fez a vistoria final a certificar o estado de conservação do imóvel, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente (nível 5) para todos os pisos do prédio, conforme consta das fichas de avaliação, anexas ao processo. -----

3.6. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.4 e 3.5, o estado de conservação cumpre o disposto na subalínea i) da alínea a) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelo proprietário do imóvel, neste caso, subiram mais de dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.7. Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite deduzir, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€. ---

3.8. Do mesmo modo, na primeira alienação, subsequente à intervenção do imóvel em Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, as mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS, residentes em território português, são tributadas à taxa autónoma de 5%. -----

3.8. No que respeita à certidão para tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por arrendamento, a mesma incide sobre as frações a seguir descritas: -----

Imóvel	Uso da unidade
Artigo matricial 6875	
Fração A - R/Chão	Serviços
Fração B - 1.º Andar	Habitação
Fração C - 2.º Andar	Habitação
Fração D - 3.º Andar	Habitação

4. DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IRS em 30% dos encargos suportados pela proprietária, Sra. Maria de Fátima Teixeira Costa Félix, contribuinte n.º 145 388 751, com as obras de reabilitação até ao limite de 500€, tributação das mais-valias à taxa autónoma de 5% e tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com os números 18 e 24 do artigo 71.º do EBF.

4.2. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.3. Notificar a requerente da decisão praticada pela Câmara Municipal de acordo com o disposto nos artigos 114.º do Código do Procedimento Administrativo, acompanhada da presente informação técnica. -----
À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. INSTALAÇÃO DE RESTAURANTE, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - PROCESSO N.º 295/17 - BEATRIZ COELHO MORAIS - LUGAR DE TRÁS DA SANTA, FREGUESIA

DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 29.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO -----

1.1. Foi deliberado pelo executivo municipal, em reunião realizada em 22/02/2018, emitir parecer desfavorável ao pedido de informação prévia para instalação de um restaurante, projetado no prédio abaixo identificado. Em audiência dos interessados, através do requerimento registado com o n.º 854/18, em 30 de abril de 2018, e subsequente junção de elementos, em 24/10/2018, a coberto do requerimento n.º2244/18, as requerentes citadas em epígrafe, vem requer junção de elementos, com vista a alterar o sentido desfavorável anteriormente proferido, isto é, a viabilizar a realização de obras de construção, em área abrangida pelo PDM de Chaves, nos termos do n.º 1, do artigo 14.º, do DL n.º555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, destinadas a um edifício para instalar um restaurante.-----

1.2. Mais se refere para a pretensão instalação de uma unidade de restauração, foi deliberado em reunião realizada em 29/09/2017, o reconhecimento do interesse público para o desenvolvimento local.----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO -----

De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, folha n.º24 constante do processo, a pretensão projeta-se no prédio rústico, situado em Trás-da-Santa, freguesia de Valdanta, com uma área total do terreno 11236m², inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º2223, composto de mato, confronta de norte com caminho de consortes, de nascente com Narciso Barrigas Alves, de Sul com Otília Pereira e poente com caminho público. -----

3. ANTECEDENTES-----

3.1 O empreendimento teve reconhecimento de interesse público para o desenvolvimento local, por deliberação camarária de realizada em 29/09/2017;-----

3.2. Apresentado em 04/05/2017, o pedido de informação prévia para a construção de um edifício para instalação de restaurante, no prédio com uma área 11236m², em Trás-da-Santa, freguesia de Valdanta, obteve um primeiro parecer desfavorável deliberada em reunião de camara realizada em 22/02/2018. Para fundamentar a recusa, estes serviços, alegaram que a pretensão não garantia a integração visual e paisagística do empreendimento, designadamente no que refere ao n.º de pisos e volumetria, a altura da edificação, ultrapassa a admitida na alínea e), do n.º2, do artigo 37.º por força do disposto na alínea b), do n.º2, do artigo 58.º do regulamento.-----

4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL -----

4.1. Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves (PDM), o prédio objeto do pedido localiza-se em Espaços da Classe 4 - espaços agrícolas e florestais, Categoria 4.3 - Espaços agroflorestais; subcategoria 4.3A - Espaços agroflorestais comuns; -----

4.2 O prédio não se encontra abrangida por quaisquer condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública. -----

5. CONSULTA A ENTIDADES (artigo 13.º e 13.º- A do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, regime jurídico da urbanização e edificação, RJUE).-----

Não se verifica nesta fase a necessidade de consulta a quaisquer entidades exteriores ao município. -----

6. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO-----

Propõe-se os seguintes parâmetros urbanísticos na área a intervir: -----

Área total de demolição - aproximadamente 64m²;-----

Área total de implantação - 372,00m²; -----

Área total de construção - 650,40m²; -----

Volume total de construção de 5205,00m³;-----

Número máximo de pisos acima da cota de soleira 1;-----

Cércea Máxima de 7,50m; -----

Número de pisos - 2, sendo que o piso, denominado -1, possui ainda uma parte em balanço sobre uma zona do terreno de menor cota altimétrica, criando um espaço exterior coberto;-----

Número de estacionamentos não cobertos -19 (área destinada a estacionamentos 275,80m²);-----

6.1 A área de intervenção, localiza-se em espaços agroflorestais comuns e que está dissociada de operação de loteamento, à pretensão aplicam-se os parâmetros urbanísticos plasmados no n.º 2, do artigo 58.º, da seção IX, do regulamento do PDM, por força do disposto no n.º 1, do artigo 54.º, do mesmo regulamento.-----

6.2 Quanto ao uso do edifício, destina-se à instalação de um estabelecimento de restauração.-----

6.3 Quanto às regras de edificabilidade, o prédio possui uma área total conservada de 11236,00m², é proposta uma edificação com 2 pisos com área útil construída, sendo que uma parte do piso -1 se encontra em balanço sobre uma parte do terreno de menor cota altimétrica, criando um espaço exterior coberto) com uma área bruta de construção de 650,40m², inferior à área bruta de construção resultante da aplicação do $I_c=0,15m^2/m^2$, à área da parcela, ou seja, 1685,04m², em conformidade com o n.º 3, do artigo 58.º que remete para a alínea b), do n.º 2 do mesmo artigo do regulamento do PDM. No que concerne à área total do solo impermeabilizado é proposta uma área 1685,40m², o que não excede a aplicação de 15% à área da parcela integrada em espaços agrícolas e florestais, ou seja 1685,40m², logo cumpre com o estabelecido na alínea b), do n.º2, do artigo 58.º, do regulamento do PDM.-----

6.4.A edificação, salvo melhor opinião, garante um afastamento de 200m a qualquer instalação agropecuária já existente, de acordo com a alínea c), do n.º 2, do artigo 37.º, por força do disposto na alínea b), do n.º 2 do art.º 58.º;-----

6.5. Com a proposta agora apresentada a edificação possui 2 pisos, (sendo que o piso, denominado -1, possui ainda uma parte em balanço sobre uma zona do terreno de menor cota altimétrica, criando um espaço exterior coberto), observados do caminho público que lhe dá serventia. Na sua fachada norte onde se localiza a receção que dá acesso ao empreendimento, que constitui a cota de soleira, possui apenas uma altura de 4,02m. Neste contexto, com o escalamento de pisos em harmonia com a topografia do terreno proposto, considera-se que o empreendimento possui uma volumetria adequada e compatível com o estatuto de ocupação e utilização admissível nos espaços da Classe 4 - espaços agrícolas e florestais, Categoria 4.3 - Espaços agroflorestais; subcategoria 4.3A - Espaços agroflorestais comuns, em concreto, com a disposição que limita a altura das edificações a 7,5m (alínea e), do n.º2. do artigo 37.º por força do disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 58.º, do regulamento do PDM) e a integração visual e paisagística do empreendimento no lugar em causa, de acordo com preceituado na alínea a), do n.º3, do artigo 49.º do referido Regulamento.-----

6.6 Mais se refere a pretensão teve reconhecimento de interesse público para o desenvolvimento local, por deliberação camarária de realizada em 29/09/2017.-----

7. SITUAÇÃO PERANTE AS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS -----

7.1 A operação urbanística assenta numa rede de infraestruturas projetadas no âmbito da mesma para a qual está a ser solicitada a informação prévia (processo nº 295/17), que obviamente nesta data não existem. Não obstante e dado que esta parcela tem acesso direto a via pública existente, contudo de forma, a permitir um adequado acesso ao empreendimento são propostos no logradouro, arruamentos, zonas de estacionamento automóvel e zonas pedonais, assim como zonas verdes.--

7.2 No referente às infraestruturas hidráulicas, pese embora o técnico referir que "não prevê que venham a provocar sobrecarga significativa", contudo a parcela de terreno é extensa pelo que a rede de abastecimento encontra-se a uma distancia considerável do empreendimento e atendendo à topografia do terreno, a rejeição dos efluentes, poderá ser dificultada, pelo que a responsabilidade e encargo para a realização dos projetos técnicos e licenças legalmente exigidas, assim como a realização das respetivas obras, são da responsabilidade das requerentes, conforme prevê a alínea b), do n.º2 do artigo 35.º, conjugado com o disposto no artigo 11.º, ambos do regulamento do PDM.-----

8. ANÁLISE -----

Analizado o presente pedido, presta-se parecer favorável, com as seguintes condicionantes, que deverá ser cumprida em sede do procedimento de licenciamento, constitua encargo das requerentes a execução da extensão da ligação ao esgoto e rede pública de abastecimento de água e das obras envolventes ao edifício, designadamente arruamentos e solução de drenagem de águas pluviais.--

9. CONCLUSÃO -----

9.1 Face ao referido no ponto anterior e com base no mesmo, relativamente ao pedido de informação prévia para construção um edifício para instalar um restaurante, apresentado pelas requerentes, propõem-se a viabilização da referida operação urbanística nas condições anteriormente mencionadas., pelo prazo de um ano, nos termos ao disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro na sua atual redação, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de Camara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.2 Mais se refere a realização da operação urbanística projetada ficará sujeita ao procedimento de controlo prévio de licença, ao abrigo da alínea c) do n.º2 do artigo 4.º do RJUE., deverá ainda cumprir com o previsto no Regulamento do PDM e restante legislação em vigor aplicável, nomeadamente Regulamento Geral das Edificações Urbanas e segurança contra incêndios, assim como a legislação aplicável para a utilização específica, nomeadamente estabelecimentos de restauração, bebidas.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.08-----

Visto. Concorro com o teor da presente informação, a qual merece o meu acolhimento. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SUPORTE DE ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES, PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO - PROCESSO N.º 70/17 - TELCABO, TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE, S.A. - RUA DIREITA, TRAVANCAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 18.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 168/17, a sociedade anónima TELCABO - Telecomunicações e Eletricidade S.A, devidamente autorizada pela Vodafone Portugal- Comunicações Pessoais, S.A, solicita a autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, no prédio rústico, inscrito na matriz predial da anteriormente designada freguesia de Travancas sob o artigo 3645º e descrito na Conservatória do registo predial de Chaves com o n.º 1610/20170109.-----

1.2-Medante o requerimento n.º 1004/17, a interessada apresenta os seguintes elementos instrutórios:-----

-Nova caderneta predial, com a inscrição do prédio rústico na União das freguesias de Travancas e Roriz, sob o artigo 3645º.-----

-Nova Planta de Implantação, à escala 1/200, na qual a implantação da antena está afastada do eixo do caminho público, pelo menos 4,50 m, respeitando o disposto no artigo 58º da Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961.-----

1.3-Sob o requerimento n.º 2051/18, a promotora apresenta CD, com georreferenciação aceitável.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20/7 e adota mecanismos para fixação dos níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos (0 Hz - 300 GHz)

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18/1.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido de autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

-Fotocópia do cartão de cidadão do Eng.º Pedro Miguel Cunha Gama;-----

-Fotocópia da procuração⁴ da Vodafone Portugal- Comunicações Pessoais, S.A, através da qual constitui sua mandatária a sociedade anónima TELCABO - Telecomunicações e Eletricidade S.A, para em nome e por conta da mandante exercer os poderes mencionados nas alíneas a) a d) da referida procuração, datada de 16-01-2017.-----

⁴ Autenticada pelo advogado, Nelson Saavedra, em 27-01-2017.-----

-Fotocópia de declaração⁵ da TELCABO - Telecomunicações e Eletricidade S.A, através da qual atribui a vários engenheiros, nomeadamente ao Engº Pedro Miguel Cunha Gama, individualmente e por si só, as competências mencionadas nas alíneas a) a d) da referida declaração, datada de 25-09-2014;-----

-Identificação da titular, Vodafone Portugal- Comunicações Pessoais, S.A, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 2424;-----

-Identificação das licenças de Rede Pública de Radiocomunicações, emitidas pelo ICP - ANACOM, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7;-----

-Certidão da Conservatória do Registo Predial do prédio rústico inscrito na matriz predial rústica da anteriormente designada freguesia de Travancas sob o artigo 3645º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 1610/2017010.-----

-Fotocópia da declaração dos proprietários do prédio rústico supra referido, em como autorizam a VODAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais, S.A a instalar uma infraestrutura de suporte de telecomunicações, na sua propriedade.-----

-Termo de responsabilidade do engenheiro civil, Pedro Miguel Cunha Gama, para efeito do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, que toma toda a responsabilidade pela execução dos trabalhos a nível de civil relativos à instalação das infraestruturas de suporte de estação de radiocomunicações, pertencente à Vodafone, S.A, denominada por " 27478 ANA TRAVANCAS", quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado da Declaração da Ordem dos Engenheiros e fotocópia do cartão de cidadão.-----

-Termo de responsabilidade do Engenheiro Técnico de Energia e Sistemas de Potência, Carlos Miguel Graça Marques da Maia, para efeito do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, que toma toda a responsabilidade pela execução da instalação das Infraestruturas de Suporte da Estação de Radiocomunicações pertencente à Vodafone, S.A, denominada por " 27478 ANA TRAVANCAS", quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado da Declaração da Ordem dos Engenheiros Técnicos e fotocópia do cartão de cidadão.-----

-Declaração de Conformidade, atestando que a estação 27478 ANA TRAVANCAS, localizada na rua Direita, 5400- 798 Travancas, foi projectada e será instalada garantindo a conformidade com os níveis de referência de Campo Electromagnético aplicáveis de acordo com a Portaria nº 1421/2004, de 23/11 e a Recomendação do Conselho 1999/519/CE, de 12/07/1999, no que se refere aos limites de exposição pública a Campos Electromagnéticos (0 Hz a 300 GHz), tendo em conta, nomeadamente, as orientações emanadas pelo CIPRNI "Comissão Internacional para a Proteção Contra Radiação Não Ionizante".-----

- Fotocópia de Procuração⁶ de Mário Jorge Soares Vaz e de João Pedro de Amaral e Silva, na qualidade de administradores da VODAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais, S.A, através da qual constituem bastante procurador da sua representada, Victor Miguel Teixeira Pena a quem, em nome e representação da sua representada, conferem os necessários poderes para, individualmente e por si só, subscreverem, nos termos e

⁵ Com reconhecimentos das assinaturas dos administradores da TELCABO - Telecomunicações e Eletricidade, S.A, pelo advogado, Nelson Saavedra, em 25-09-2014.-----

⁶ Certificada com a original.-----

condições que entenderem, as declarações de conformidade das infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e respectivos acessórios com os níveis de referência de radiação aplicáveis, a que alude a alínea e) do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18/1.-----

-Memória Descritiva e Justificativa.-----

-Termo de responsabilidade do arquitecto, Paulo Jorge Correia Pereira, para efeito do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2003, que o projecto de Instalação de uma Estação de Radiocomunicações de que é autor, a instalar no terreno, localizado na rua Direita, 5400 - 798 Travancas, União das freguesias de Travancas e Roriz, concelho de Chaves, observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado da Declaração da Ordem dos Arquitectos e fotocópia do cartão de cidadão.-----

-Planta de Localização à escala 1/25 000.-----

-Planta de Implantação à escala 1/200.-----

-Planta e Alçado, à escala 1/50;-----

-Planta à escala 1/20.-----

-Calendarização da obra.-----

-Elementos apresentados sob os requerimentos n.º 1004/17 e n.º 2051/18.

4-PARECERES INTERNOS-----

No presente processo registado com o n.º 70/17, constam os seguintes pareceres favoráveis, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-INFORMAÇÃO N.º 32/SPMOT/2017 da Sr.ª Arqt.ª Ana Isabel Augusto, a exercer funções no Sector de Planos Municipais de Ordenamento do Território desta unidade orgânica, emitida em 12-06-2017, a folhas n.º 69 à n.º 71.

-INFORMAÇÃO N.º 80/SEAAP/2016, do Sr.º Eng.º eletrotécnico Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projeto e de Mobilidade, emitida em 21-06-2017, a folhas n.º 79 à n.º 81. -----

5-PARECER-----

5.1-Pretende a requerente autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por "27478 ANA TRAVANCAS", a instalar, no prédio rústico, inscrito na União das freguesias de Travancas e Roriz, sob o artigo 3645.º. no concelho de Chaves.-----

5.2-Sob o requerimento registado com o n.º 1004/17, a interessada apresenta nova Planta de Implantação da infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, na qual é respeitado o disposto no artigo 58.º da Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961.-----

5.2-A estação base de telecomunicações, ocupa uma área aproximada de 7,30 m2, possuindo as seguintes características: -----

-Armário técnico;-----

-Pedestal de Energia;-----

-Armário de Energia Quadro Eléctrico (Q.E);-----

-Estrutura para Instalação de Antenas - Poste de betão auto-suportado com 12 m de altura e secção em I, conforme indicado nas respectivas peças desenhadas constantes no processo.-----

-Instalações Técnicas Especiais (Alimentação e Contagem de Energia e Rede de Telecomunicações).-----

6-TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

A taxa administrativa prevista na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de **€ 3 060,15 (três mil e sessenta euros e quinze cêntimos)**, conforme discriminado no Quadro I que se anexa à presente informação técnica.-----

Ao valor referido no Quadro I é deduzido o valor de 42,00 € (valor pago pelo Documento de Receita Nº DRI 00/389, constante no processo a folha nº 59).-----

7-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

Considerando os elementos instrutórios descritos, no capítulo 3 da presente informação técnica e apresentados sob os requerimentos nº 168/17, nº 1004/17 e nº 2051/18;-----

Considerando os pareceres favoráveis vertidos na INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 32/SPMOT/2017 da Sr^a Arqt^a Ana Isabel Augusto, e na INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 80/DPM/2017, do Sr^o Eng^o eletrotécnico Nuno Bento, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais;-----

Considerando que a interessada apresentou nova Planta de Implantação da infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, na qual a implantação da antena está afastada do eixo do caminho público, pelo menos 4,50 m, respeitando o disposto no artigo 58º da Lei nº 2110, de 19 de agosto de 1961.-----

Considerando que o pedido em causa não contraria restrições previstas no Plano Diretor Municipal, medidas preventivas, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.-----

Considerando ainda que, não se vislumbram razões objectivas e fundamentadas relacionadas com a protecção do ambiente, do património cultural e da paisagem rural que impeçam o deferimento da presente pretensão.-----

8-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7 e no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de autorização para a instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por "27478 ANA TRAVANCAS", solicitado sob os requerimentos nº168/17, nº 1004/17 e nº 2051/18, nos termos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, uma vez que não se verificam as razões de indeferimento expressas nas alíneas a), b) e c) do artigo 7º daquele dispositivo legal.-----

8.2-Após o pagamento das taxas devidas, propõe-se que seja emitido o respectivo alvará de autorização nos termos do disposto no nº 3 do artigo 74º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

8.3-Notifique-se a requerente da presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.10.2018:-----

Visto. Atenta a fundamentação de facto e de direito expressa nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de autorização para a instalação da infraestrutura de suporte de uma estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, nos termos e para os efeitos descritos nos item 5, 6, 7 e 8 deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 591/17 - CÂNDIDA MARIA GONÇALVES SALGADO - LUGAR DE BARREIRA, FREGUESIA DE OURA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 02.12.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução / Antecedentes-----

1.1A requerente acima referida na qualidade de proprietária apresentou, através de requerimento n.º 1805/18, elementos referentes à legalização de uma habitação, sita no Lugar da Berreira, em Oura;--

1.2O processo teve início em 30/08/2017, e sobre o mesmo recaiu parecer desfavorável sobre o pedido, por não dar cumprimento à questão da legitimidade para formular o pedido, por violar normas do PDM em vigor, e sugeriu-se ainda que fossem realizadas melhorias de ordem estética ao nível dos materiais empregues para diminuir a dissonância da mesma no aglomerado onde se insere;-----

2. Análise do pedido/ Parecer-----

2.1No que se refere à legitimidade da ora requerente, é apresentada cópia de Requisição de Certidão Negativada Conservatória do Registo Predial, para o nome da requerente;-----

2.2A habitação insere-se no aglomerado de Oura com núcleo tradicional a preservar, a que se refere o artigo 65.º do Regulamento do PDM, devendo dar cumprimento ao expresso nos n.ºs 1,2 e 5 do artigo 64.º do mesmo Regulamento; -----

2.3Considerando que, no que diz respeito ao índice de construção, à luz do novo Regulamento do PDM, na subalínea i), da alínea a), do n.º2, do artigo 19.º, que introduz a figura de "moda da cércea"⁷, a construção poderia vir a ser enquadrada na mesma, embora exceda largamente o previsto para o local;-----

⁷ "Artigo 19.º-----

Regras de edificabilidade-----

1 - A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes rege -se pela disciplina instituída por estes instrumentos.-----

2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras:-----

a) A edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio tal como é disposto no artigo 26.º, considerando -se como:-----

i) Moda da cércea - a cércea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana;"-----

2.4 Já no que diz respeito à área impermeabilizada, verifica-se que o solo está impermeabilizado a 100%, quer pela construção, quer pelo logradouro em lajetas de granito, não cumprindo o ponto ii) da alínea e), do n.º2, do artigo 19.º do Regulamento do PDM, que permite 75% de solo impermeabilizado;-----

2.5 Os elementos agora apresentados não dão resposta à melhoria de ordem estética ao nível dos materiais empregues e à sua falta de enquadramento no núcleo de Oura, e ainda em termos de cumprimento de normas de direito privado consagradas no Código Civil suscitados na anterior informação técnica. -----

O Técnico autor do projeto afirma veemente que a linguagem e os materiais aplicados se enquadram na envolvente;-----

2.6 Considerando que esta justificação continua ser pouco válida, não servindo de argumento para ultrapassar o que foi dito na anterior informação técnica;-----

2.7 Considerando que de acordo com o estabelecido no artigo 65.º em articulação com os n.ºs 1,2 e 5 do artigo 64.º, do Regulamento do PDM, o Município deve impor condicionamento de ordem estética ou formal, estes Serviços Técnicos continuam a entender a que a legalização da habitação estará sujeita ao cumprimento do descrito nos pontos **2.4, 2.5 e 2.6**;-----

3. Proposta de decisão-----

3.1 Face ao solicitado, reitera-se a emissão de parecer desfavorável, plasmada na anterior informação técnica, uma vez que se mantêm inalterados todos os pressupostos legais que levaram às anteriores razões de indeferimento proferidas agora nos pontos supra referidos, nos termos das disposições combinadas do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro 04 de junho de 2014, não sendo a mesma suscetível de modificar o conteúdo do ato administrativo já praticado e, oportunamente levado ao conhecimento do requerente.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.10.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito elencados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

Visto. Concordo. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 356/14 - ANICETO DA CRUZ ARAÚJO - BAIRRO DA CONCÓRDIA, FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DRA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 19.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Pretensão do requerente-----

Através de requerimento nº873/18 o Sr. Aniceto da Cruz Araújo na qualidade de proprietário vem dar continuidade ao processo n.356/14 solicitando nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a legalização da obra de reconstrução de edifício destinado a habitação no lugar de Santo António de Monforte. Dado a edificação ainda necessitar de obras para a sua conclusão o requerente solicita ainda licença especial de legalização pelo prazo de 12 meses.-----

1.2. Antecedentes (ao presente requerimento)-----

- Por requerimento n.º 1023/14, o interessado solicita, ao abrigo da alínea d) do ponto 2 do artigo 4 da Lei nº26/2010 (à data ultima alteração ao RJUE), o licenciamento da operação urbanística consubstanciada na obra de reconstrução de imóvel, de dois pisos preexistente apresentando para o efeito o respetivo projeto de arquitetura.-----

- Por requerimento n.º 1316/14 foram apresentados os projetos de especialidade, tendo sido deferido o pedido de licenciamento por despacho superior de 18 de agosto de 2014.-----

- Através de requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 2064/17, foi solicitada a reapreciação do proc.º 356/14 referente à obras de reconstrução de imóvel.-----

- Tendo em atenção o processo 136/FIS/2017 e a participação nº69/2017 do setor de fiscalização municipal de 9 de outubro ultimo verifica-se a obra de reconstrução de edifício com alteração de fachada já se encontra iniciada sem qualquer controlo prévio administrativo. Verifica-se ainda que existem alterações ao projeto existente nesta edilidade. -----

- Dado se verificar que o procedimento administrativo associado ao processo ser a legalização não foi atendido favoravelmente o pedido de reapreciação pretendida por requerimento n.º 2064/17, tendo ainda sido notificado o requerente, nos termos do nº1 do artigo 102-A do RJUE para que no prazo de 15 dias venha requerer a legalização da operação urbanística em causa.-----

1.3. Saneamento e apreciação liminar-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e nº16 do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização. -----

2. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**2.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE, salientando-se que a respetiva instrução tem enquadramento na Portaria 113/2015. -----

2.2. - No Regulamento Municipal de urbanização e edificação (RMUE)--

O pedido apresentado tem enquadramento legal no artigo 73.ºC - Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º 732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE). Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

2.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as

plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se que está na Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria U3- Outros aglomerados.-----

3. ANÁLISE -----

3.1. Instrução do pedido-----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e n.º16 do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril.-----

3.2. Características gerais da pretensão-----

Por leitura do processo e antecedentes acima identificados verifica-se que: -----

A legalização se refere a obra de reconstrução/remodelação de edifício de dois pisos As obras referenciadas visaram criar melhores condições de habitabilidade ao edifício promovendo para o efeito:-----

-elevação do pé direito de cada um dos pisos.-----

-alteração de toda a compartimentação no interior do edifício -----

-substituição das caixilharias passando as mesmas a ser de alumínio termolacado de cor bordeaux -----

-Alteração da forma de cobertura-----

- manutenção das paredes existentes em granito.-----

3.3. Análise da pretensão e no referente ao licenciamento especial de legalização -----

Da análise dos elementos apresentados, verifica-se que:-----

- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio a que se reporta o pedido em análise, insere-se em Espaço da Classe 1 (Espaços Urbanos e urbanizáveis) e na Categoria 1.3 (Outros aglomerados).-----

- Se trata da regularização da reconstrução de um prédio considerada pré-existência nos termos do artigo 5 do mesmo regulamento e com enquadramento legal no ponto 2 do artigo 60 do RJUE-----

- A área bruta de construção não sofreu alteração-----

- Por leitura dos elementos apensos ao processo encontra-se em conformidade com RGEU e demais legislação em vigor.-----

- Dado se tratar de uma **licença especial de legalização** o requerente apresenta uma calendarização de 12 meses.-----

3.4. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no n.º6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 12 de julho ultimo foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização tendo sido constatadas deficiências de acordo com o retratado no auto de vistoria n.º 67/2018.-----

Por requerimento n.º1862/18 e n.º 2177/18 o peticionário visa-as sanar, solicitando ainda e para o efeito, licença especial de legalização pelo prazo de doze mês de forma a concluir as obras referentes ao imóvel.-----

4. PARECER-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---

- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

- Por requerimento n.º1862/18 e n.º 2177/18 o peticionário apresentou elementos de forma a sanar as deficiências emanadas em auto de vistoria.-----

5. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Pelo exposto, no ponto 3 e 4 propõe-se o deferimento do pedido de **licença especial de legalização** no referente à obra de reconstrução de imóvel destinado a habitação pelo prazo de doze meses. -----
Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do n.º14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março. -----

- Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo n.º117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Taxas administrativas-TA

Áreas em m2			
PISO	habitação		
R/C	93.32		
ANDAR	98.82		
TOTAL	192.14 m2		

altura	7.0m
volume	499m3

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
a)	Até 250 m2	1	75,65 €	75,65€
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	12	11,85 €	142,20 €
	TOTAL			282,70 €

Taxas de infraestruturas-TI-nos termos do ponto 3.3 do artigo 19 do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves as obras de reconstrução em áreas pertencentes à categoria 1.3 da classe 1 de acordo com o PDM estão isentas de pagamento de taxas de infraestruturas urbanísticas-----

Cálculo das taxas de Vistorias TV

Vistorias -artigo 75º	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II			
EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV EDIFICAÇÕES			

Subsecção	V CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO				
Artigo	76º Vistoria para efeito de autorização				
n.º 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	1	54,00 €	54,00 €	
TOTAL				54.00 €	

taxas administrativas-TA	282.70 €
taxas de infraestruturas-TI	0.00€
taxas de vistorias TV	54.00 €
Valor total	336.70€

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 25.10.2018:-----
Visto. Atenta a fundamentação de facto e de direito consubstanciada na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa (reconstrução de uma habitação unifamiliar), o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pelo interessado, nos termos e para os efeitos expressos no item "5. Proposta de Decisão" deste documento.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----
Visto. Concorro À consideração superior. -----
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----
À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉM, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 548/18 - FERNANDO BATISTA BARBOSA - LUGAR DE EXTREMO, SANJURGE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 17.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1436/18, referente ao processo n.º 548/18, o Sr.º Fernando Batista Barbosa, apresenta, um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação⁸ de um armazém, com licença de construção inicial n.º 838/85, situado no lugar do Extremo - Sanjurge, União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio misto tem a área total 8.840,00 m², está inscrito

⁸ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

na matriz rústica com o n.º 2442 e urbana com o n.º 387 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1489/20180524, da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Alvará de obras de construção n.º 838/85, para "construção de um "armazém" de r/chão com a área de 300,00 m².-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no anexo I, ponto I, n.º 15 e 16 do ponto III da Portaria 113/2015 de 22 de Abril, designadamente:-----

- Certidões da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial; -----

- Procuração;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

- Ficha de áreas-----

- Ficha de medição;-----

-Termos de responsabilidade, subscritos pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-

- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Comprovativos de contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----

- Comprovativos da inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----

- Planta de consulta à escala 1:2.500;-----

- Extratos da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Levantamento topográfico/implantação à escala de 1:1.000;-----

- Planta de implantação à escala de 1:500;-----

- Plantas à escala de 1:100;-----

- Alçados à escala de 1:100;-----

- Corte longitudinal à escala de 1:200;-----

- Mapa de vãos;-----

- Desenho de alterações;-----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----

- Declaração do topógrafo;-----

- Fotografias;-----

- Ficha de elementos estatísticos;-----

- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----

- Projeto de águas pluviais;-----

- Projeto de estabilidade;-----

- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por reportar à legalização das obras de ampliação de um armazém.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1-De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio misto está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 2 - espaços industriais e em espaço de classe 4, espaços agrícolas e florestais, categoria 4.3 - espaços agroflorestais e na subcategoria 4.3.A - espaços Agroflorestais comuns.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O projeto apresentado, prevê a legalização da ampliação de um armazém, de r/chão e mezanino, com a área bruta de construção de 744,00 m². Existe um aumento de área de 444,00 m², relativamente à construção licenciada ao abrigo da lic.^a de construção n.º 838/55.-----

5.2- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao "armazém" em 2018-09-20, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 78/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.3- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no "armazém", objeto de pedido de legalização das obras de construção.--

5.4- De acordo com a planta de implantação apresentada, o armazém está implantado, dentro de uma faixa de terreno limitada pela via de acesso, e por uma linha traçada paralela a esta a uma distância de 100 m da respetiva berma, que corresponde à área situada em espaço de classe 2 - espaços industriais.-----

5.5- A edificação, têm uma área bruta de construção de 744,00 m², o que implica um índice de utilização (Iu) de 0,31 m²/m², que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno inserido em espaço industrial = 744,00 m²/ 2.400,00 m² = 0,31 m²/m².-----

5.6 - O imóvel destina-se a armazém, possui 2 pisos (r/chão e mezanino). Não existe alteração de uso relativamente à edificação preexistente.-----

5.7 - A implantação da área de construção a legalizar, do armazém cumpre as seguintes regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28.º, ou seja:-----

5.7.1- A parcela confronta numa extensão de 20 metros com a estrada que delimita o espaço industrial;-----

5.7.2- Tem uma forma em planta que permite a inscrição de um retângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado menor sobreposto à berma da referida via;-----

5.7.3 - Tem como alinhamento da fachada virada à via com que confronta a parcela o afastamento estabelecido para o local, o qual não é inferior a 30 m;-----

5.7.4- No interior da parcela existem espaços destinados ao movimento de cargas e descargas e ao estacionamento próprio com dimensão suficiente para que não seja prejudicada a normal fluência de tráfego na via pública;-----

5.7.5- Tem um afastamento mínimo de 5 metros às extremas da parcela e um afastamento de 30 m às linhas limite do espaço industrial, estabelecidas na planta de ordenamento;-----

5.8- Face à tipologia do imóvel previsto (armazém) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea e), do n.º 3, do art.º 12.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla, no interior do seu prédio, área suficiente para 8 lugares de estacionamento automóvel, previstos naquela norma regulamentar.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1-O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto e do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.---

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com o n.º 4, do art.º 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 364,08 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 1.525,35 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 1.889,43 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, em que foram levadas a efeito, obras de ampliação sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.-----

8.2- Considerando, que o imóvel a ampliar, mantém o uso preexistente, para "armazém", pelo que o uso, cumpre o disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

8.3- Considerando, que a parcela de terreno, a implantação do imóvel e a área bruta de construção proposta, cumprem o disposto no artigo 28.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

8.4- Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, com ligação á rede pública de água e as águas residuais são conduzidas á uma fossa séptica.-----

8.5- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir, o presente pedido de legalização das obras de ampliação do "armazém", o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) - aumento de área de 444,00 m²-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO III				
		s/n	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,27	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,16	0,16
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	1	0,20	0,20
	- Lancil (Granito)	0	0,39	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	1	0,19	0,19
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,29	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,27	0,27
REDE DE ESGOTOS		0	0,38	0,00
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,52	0,00
		C - custo das obras existentes na via pública		
		0,82		
		A - área bruta da obra a realizar (ampliação)		
		444 m ²		
		Ampliação de edifícios de habitação coletiva		
		- n.º 4 do artigo 25.º		
		T = C x A		
		T = 364,08 €		

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 e 76 da subsecção IV)

Descrição		Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m ² adicional	444,00m ² 3,20 €	1420,80 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1 11,85€	11,85 €
Art.º 76, n.º 6	Vistoria		54,00 €
TOTAL			1.525,35€

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 364,08 € + 1.525,35 € = 1.889,43 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 24.10.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se

encontram patenteadas na operação urbanística em presença (ampliação de uma armazém licenciado a coberto do alvará n.º 835/88) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que o imóvel a que respeita foi objecto de legalização.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, CONSTRUÇÃO DE ANEXOS E PISCINA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 614/18 - CÉSAR AUGUSTO ALVES MESQUITA - RUA PRINCIPAL, N.º 2, AGOSTÉM, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 17.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território n.º1625/18, datado de 02/08/2018, que deu origem ao processo de obras n.º 614/18, e subsequentes junção de elementos, o Sr. César Augusto Alves Mesquita, apresenta um pedido de **legalização de obras de ampliação**, já concluídas, levadas a efeito na moradia de R/C, andar e sótão, de que é proprietário, titulada pela Licença n.º 515, datada de 27 de junho de 1990, **cumulativamente na legalização de obras de construção** de um anexo destinado a arrumos e de uma piscina, também já concluídas, em área abrangida por operação de *loteamento*, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o *Regime Jurídico da Urbanização e Edificação*, adiante designado RJUE, na redação conferida pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e ulteriores alterações, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

1.2 O interessado através do requerimento n.º 1734/18, em 17/08/2018, requereu a junção de elementos necessários, indicados na sequência do atendimento ao público, realizado em 13/08/2018 e a seguir elencados:-

- CD;-----
- Pedido de dispensa de apresentação de projeto de Instalação Gás;-
- Levantamento topográfico, à escala de 1:200, cotado, com identificação do prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente, acompanhado de uma Declaração (documento escrito) na qual o autor do respetivo levantamento topográfico declara a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local e comprovativo de habilitação adequada;-----
- Memória descritiva e justificativa/adenda;-----
- TR do autor do projeto de arranjos exteriores;-----
- Pedido de dispensa de apresentação do projeto térmico/certificação energética e relatório de justificação;-----

- Pedido de dispensa do projeto acústico e relatório de justificação;-----
 - Pedido de dispensa de apresentação do plano de acessibilidades acompanhado de TR;-----
 - Ficha de segurança contra incêndios, acompanhado de TR, subscrito pelo técnico-----
 - Peça desenhada a retratar a piscina e o anexo e corte da habitação;-----
 - Comprovativo da validade da inscrição, do arquiteto, em associação pública de natureza profissional,-----
 - Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.-----
- 1.3 Pelo requerimento n.º 2088/18, datado de 03/10/2018, foram apresentados os seguintes documentos: -----
- CD, acompanhado de declaração subscrita pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação;-----
 - Pedido de dispensa de apresentação de projeto para instalação de rede de gás, uma vez que se subentende que o promotor optou pela exclusão da instalação de gás, "dado não ter no local rede pública de abastecimento", ao abrigo do n.º 2, do artigo 3.º, do DL 97/2017, de 10/08.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

2.1 O prédio urbano sobre o qual incide o presente pedido, corresponde ao lote n.º 3, do loteamento urbano titulado com o Alvará n.º 14/90, em nome de Francisco Rodrigues, no lugar de Agostém, freguesia de São Pedro de Agostém; -----

2.2 De acordo com Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves, apresentada, o prédio urbano sobre o qual recai a presente operação urbanística, denominado Lote n.º 3, situado em Batoca, encontra-se inscrito na matriz sob o artigo nº **1419**, da freguesia de São Pedro de Agostém, possuindo uma área total de 1.980m², uma área coberta de 200m² e uma área descoberta de 1780m², composto de casa de rés do chão, 1.º andar e sótão, com logradouro, confronta de norte, nascente e sul com caminho público e de poente com o lote n.º 2, desanexado do n.º 00382/281288;-----

2.3 Segundo a declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz (modelo 1), com data do facto 2014/12/31, onde consta que o prédio, em nome do ora requerente, com identificação matricial, artigo 1419, tipo urbano freguesia de São Pedro de Agostém, localizado na Rua Principal, n.º 2, Lugar de Agostém, com uma área total do terreno de 1.980,00 m², uma área de implantação de 227,65 m² e uma área bruta de construção 547,90 m², sendo a idade do prédio 23 anos.-----

3. ANTECEDENTES-----

Foram detetados os seguintes processos: -----

3.1 Processo n.º 14/89, que culminou com a emissão do alvará loteamento urbano nº 14/89, sito em Agostém, autorizado em reunião de camara, realizada em 05/12/1989, passado a Francisco Rodrigues, que apenas prescrevia a divisão cadastral dos lotes, manchas de implantação com as seguintes prescrições, Lote 1 com a área de 749,50m², lote 2 com a área de 715,00m² e **lote n.º 3 com a área de 1980,00m²**. Do exposto na memória descritiva extrai-se o seguinte "em cada lote será construída uma habitação de carácter unifamiliar, a levar a efeito em dois pisos, rés do chão e andar, podendo eventualmente ser-lhes adicionado cave e águas furtadas. No lote 1 já se encontra uma edificação construída, estando em construção outra no lote n.º 3". A profundidade máxima das

edificações não poderá exceder os 15,00m. O estacionamento de viaturas terá uma área mínima de 25% da zona de construção a ser integrada no edifício. Em 13/08/1991, foi deferido o aditamento ao lote n.º 2, do loteamento (aumento da área de implantação (de 100m² para 157m²) e aproveitando o desnível do terreno é possível construir uma cave, para garagem, passando a cêrcea de R/C e andar para cave, R/C e andar, sendo o índice de ocupação inferior a 0,4m²/m² e superfície de ocupação inferior a 0.8m²/m².-----

3.2 Processo n.º 346/1990 em nome de César Mesquita, para construção de uma moradia de R/C, andar e sótão, com a área 455,90m², sito em Agostém - Agostém, dando origem à licença 515, datada de 27 de junho de 1990-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A pretensão, consubstancia **legalização de obras de ampliação**, já concluídas, levadas a efeito na moradia de R/C, andar e sótão, de que é proprietário, titulada pela Licença n.º 515, datada de 27 de junho de 1990, **cumulativamente na legalização de obras de construção** de um anexo destinado a arrumos e de uma piscina, também já concluídas, em área inserida em loteamento, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE. em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, RMUE, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º 6 do mencionado artigo e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;---

4.2 Instrução do pedido e Responsabilidade-----

O pedido encontra se instruído com os elementos necessários ao procedimento em análise.-----

São apresentados os termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do plano de acessibilidades, dos projetos de especialidades, arranjos exteriores e ainda declaração do autor do levantamento topográfico atestando a conformidade com os elementos cadastrais.-----

4.3 Enquadramento em Loteamento-----

A construção em causa encontra-se erigida no lote n.º 3, constituído por força do Alvará de loteamento n. 14/90 e posterior aditamento----

Os parâmetros urbanísticos propostos são os seguintes:-----

Área do lote: 1980,00m².-----

Área de implantação: 251,65 m² (201,35m² + 26,30m²+ 24,00m²);-----

Área bruta de construção: 547,90 m²;-----

Ic= 547,90m²/1980,00m²=0,28m²/m²<0.4m²/m²; -----

Superfície de ocupação: 251,65 m²/1980,00m²=0,13<0.8m²/m²;-----

Volumetria: 1369,75 m³;-----

Nº de pisos acima da cota de soleira: 3 pisos (rés do chão, andar e sótão);-----

N.º de pisos abaixo da cota de soleira: 0;-----

Quanto ao estacionamento de acordo com o expresso no alvará de loteamento, deveria ser salvaguardada uma área mínima de 25% da zona de construção a ser integrada no edifício para "aparcamento de viaturas", no entanto, tendo em conta que no logradouro do prédio do requerente e cumulativamente face ao agregado familiar (filhos e netos) que implica a necessária a compartição agora proposta, para a habitação familiar e atendendo que a pretensão cumpre o Regulamento do PDM no referente aos estacionamentos em vigor, proponho que seja dispensado o previsto no alvará.-----

Pelo que exposto se verifica que cumpre os parâmetros indicados no Alvará. alvará loteamento urbano nº14/89 e posterior aditamento-----

4.4. Nos instrumentos de Gestão Territorial, no referente aos parâmetros não previstos no alvará de loteamento (designadamente anexo, piscina)-----

Pelo que exposto se verifica que cumpre os parâmetros indicados no Alvará de loteamento urbano nº14/89 e posterior aditamento.-----

4.4. Nos instrumentos de Gestão Territorial, no referente aos parâmetros não previstos no alvará de loteamento (designadamente anexo, piscina)-----

De acordo com extrato da planta nº 47A do Plano Diretor Municipal, o lote em análise localiza-se em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - outros aglomerados.-----

Por leitura da memória descrita e justificativa /Adenda, página 134 do processo, onde aparece expresso que "os três lotes do loteamento n.º14/88, possuem anexos e que nesse capítulo o regulamento do loteamento é omissivo", mais se refere quanto à cerca e n.º de pisos são os da pré existência, no referente à área total de implantação das edificações propostas e área do solo impermeabilizado é de aproximadamente 13%, pelo que a pretensão cumpre as alíneas a) e d), ambas do n.º 2, do artigo 19º, do Regulamento do PDM de Chaves, em vigor⁹). Neste contexto, verifica-se a adequação do projeto aos parâmetros e índices do PDM para o local. -----

Da análise comparativa dos anteriores parágrafos, verifica-se a adequação do projeto aos parâmetros e índices do PDM para o local.---

5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1 Caracterização-----

A operação urbanística, objeto do procedimento de legalização, consubstanciada na reposição da legalidade urbanística, resultado de obras de ampliação, de uma habitação unifamiliar existente, licenciada ao abrigo da licença n.º 515, datada de 27 de junho de 1990, bem como, de legalização de obras de construção, de um anexo, complementar da ora habitação unifamiliar e piscina, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, para efeitos de aplicação do disposto no artigo 102.º-A do RJUE, bem como, mudança de uso da edificação principal para habitação. -----

5.2 Análise-----

As edificações, nos termos em que se encontram representadas no projeto apresentado, cumprem na generalidade as especificações do alvará de loteamento e não consubstanciam violação dos parâmetros urbanísticos estabelecidos para o local pelo Plano Diretor Municipal de Chaves. -- Por leitura do auto de vistoria produzido no âmbito do preceituado no n.º 6, do artigo 73.º-C, do RMUE, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido, as construções existentes, mais concretamente a que se destina a habitação, reúne as condições para que possa ser utilizada, não carecendo de quaisquer obras de correção. Assim sendo, podemos afirmar a possibilidade das edificações existentes poderem vir a ser legalizadas e a consequentemente poder vir a ser emitido o alvará de licença de utilização.-----

5.3 Quanto às infraestruturas-----

O prédio confronta com via pública-----

O prédio está satisfatoriamente servido de infraestruturas, nomeadamente existe rede pública de abastecimento de água;-----

5.4 Quanto às acessibilidades - DL n.º 163/06, de 8 de agosto-----

⁹ Regulamento do PDM em vigor, alterado e republicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 76 em 18 de abril de 2018, através do aviso n.º 5233/2018;-----

O autor do projeto solicita a dispensa do cumprimento dos requisitos de acessibilidade não tendo por esse facto apresentado o respetivo plano de acessibilidades, com enquadramento no n.º 1 do artigo 10.º do DL n.º 163/06, de 8 de agosto.-----

Relativamente à verificação do Decreto-Lei n.º 163/06, de 8 de agosto, no que respeita à garantia das acessibilidades de pessoas com mobilidade condicionada em edificações destinadas a habitação, considera-se que o referido diploma não deverá aplicar-se, dado tratar-se de uma edificação existente, licenciada ao abrigo do direito anterior, não sendo por isso afetada por normas legais e regulamentares supervenientes, conforme prevê o artigo 60.º do RJUE.-----

5.5 Quanto aos espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis-----

A pretensão possui áreas para estacionamento de veículos, conforme prevê, a alínea b), do n.º 3, do Artigo 12.º, do Regulamento do PDM em vigor, cumulativamente com os artigos 39.º e 40.º do RMUE, -----

5.6 Verificação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)--

O projeto está instruído com termo de responsabilidade pelo que nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 20º do RJUE, está dispensada a verificação do interior da edificação.-----

6. CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N.º 314/2010-----

Habitação unifamiliar, anexo e piscina (áreas em m²)-----

	licença inicial	áreas efetivamente construídas	áreas ampliadas (a legalizar)	anexo (a legalizar)	piscina (a legalizar)	TOTAL	Unid.
PISO	515,90						
Piso 0		201,35					
Piso 1		201,35					
Sótão		118,90					
	495,90	521,60	25,70	26,30	24,00		m2
Cércea						7,50	m
Volume						1369,75	m3

6.1 Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Pese embora estarmos perante a legalização de obras inseridas em loteamento, contudo dado tratar-se de um loteamento antigo sem especificações, as regras de edificabilidade aplicadas foram pelo PDM, cumulativamente no alvará não estavam previstos anexos nem piscinas, se houvesse alteração ao alvará de loteamento teriam que ser calculadas taxas pelas obras de urbanização, a piscina implica acréscimo e agravamento nas infraestruturas.-----

Neste contexto e uma vez que há aumento de área bruta de construção, superior a 20 m², há lugar ao cálculo de taxas corresponde às infraestruturas urbanísticas, conforme previsto no n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização das operações urbanísticas, publicado em diário da república, 2ª Série - N.º 63, em 31/03/2010, regulamento n.º 314/2010.-

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)				
QUADRO II					
		s/n	C/m ²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem				
	- Semipenetração betuminosa	0	0,24	0,00	
	- Betão betuminoso	1	0,14	0,14	
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,20	0,00	
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,06	0,00	
	- Betão	0	0,20	0,00	
	Passeios				
	- Lancil (Betão)	0	0,18	0,00	
	- Lancil (Granito)	0	0,35	0,00	
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,17	0,00	
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,35	0,00	
REDE DE ÁGUA		1	0,24	0,24	
REDE DE ESGOTOS		0	0,34	0,00	
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,36	0,00	
	C - custo das obras existentes na via pública			0,38	
	A - área bruta da obra a realizar (ampliação)			76,00	m ²
	Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m ²				
	- n.º 3 do artigo 25.º				
	T = C x A		T =	28,88	€

6.2 Cálculo das taxas administrativas de licenciamento-----

As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento n.º 314/2010, (art.º 66 da subseção IV), referentes ao licenciamento, objeto de análise corresponde ao valor de 483,93 € (quatrocentos e oitenta e três Euros e noventa e três cêntimos), conforme discriminado na tabela com o cálculo das taxas administrativas que se anexa à presente informação.-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	0	64,85 €	0,00 €
n.º 9	Para equipamentos privados de lazer, acresce ao valor referido em 1:			
a)	Piscinas por metro quadrado de construção	24,00	10,80 €	259,20 €
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1., por m ²	26,30	1,00 €	26,30 €
n.º 14	Alteração das fachadas dos edifícios licenciados com a abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de e janelas portas ou janelas por m2, acresce ao valor referido em 1., por m2	4,35	5,40 €	23,49 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	0	11,85 €	0,00 €
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará	1	38,70 €	38,70 €
n.º 18	No caso do aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por cada m ² adicional	25,70	3,20 €	82,24 €
Secção V	VISTORIAS			
Artigo 75.º	Outras vistorias			
n.º 6	Para a realização de outras vistorias não especificamente previstas	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL			483,93 €

TOTAL A PAGAR..... $\Sigma 28,88 \text{ €} + 483,93 \text{ €} = 512,81 \text{ €}$

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como, o estabelecido nos diplomas aplicáveis, (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º-C do RMUE, propõe-se a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

7.1. Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste para uma próxima reunião de. Camara ordinária do aludido órgão administrativo;-----

7.3 Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se faz referencia e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

7.4 Caso a Câmara municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras **de ampliação**, já concluídas, levadas a efeito na moradia de R/C, andar e sótão, titulada pela Licença n.º 515, datada de 27 de junho de 1990, **cumulativamente na legalização de obras de construção** de um anexo destinado a arrumos e de uma piscina, também já concluídas, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º14, do artigo 73.º-C, do RMUE, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 24.10.2018:-----

Visto. Concordo. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Ampliação de uma habitação unifamiliar licenciada a coberto do alvará n.º 515/90 e construção de um anexo destinado a arrumos e de uma piscina de apoio à mesma) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa. No alvará de autorização de utilização a emitir deverá constar a menção expressa de que os imóveis a que respeita foram objecto de legalização.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

Visto. Concordo. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. ALTERAÇÃO A HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 643/17 - AMÉLIA JESUS PAIVA FONSECA - LOTEAMENTO DO PEDRETE, LOTE 46, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 16.10.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Pretensão do requerente -----

1.1. Introdução-----

Veio a Sr^a Amélia de Jesus Paiva Fonseca na qualidade de proprietária, através do requerimento n. 1637/17 dar início ao processo n.º 643/17 com vista à legalização de uma operação urbanística de alteração a edificação com LO n.º 520/89 e n.º 817/94 que carece ainda de obras de construção nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), bem como pelo artigo 73 º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação (RMUE). Por requerimento n.º 1922/18 e n.º 2129/18 são apresentados elementos instrutórios ao processo.-----

1.2. Antecedentes-----

Por compulsa em arquivo da divisão verifica-se que:-----

Em 1989 foi emitida a LO n.º 520/89 referente à construção de moradia de cave, R/C e andar com a área de 395m².-----

A 16 de Maio de 1994 o Sr. Laurindo Oliveira Fonseca (marido da ora peticionária) apresenta projeto de alteração no qual se previa aumento da área de cave, a criação **de um novo piso** e outras alterações na distribuição interior e abertura e fecho de vãos propondo que a moradia passasse a ser constituída por cave, R/C, 1 andar e águas furtadas.--- Por informação técnica que recaiu a 11 de julho de 1994 sobre o requerimento citado, e tendo em consideração a memória descritiva do loteamento (onde se definia que as moradias poderiam ser de cave, R/C, 1º andar e águas furtadas) foi emitido parecer desfavorável. Foi comunicado à data que deveria ser eliminado um piso.-----

A 16 de Agosto de 1994 o peticionário apresenta novo projeto indo ao encontro do mencionado no loteamento onde a construção se insere bem como ao mencionado na informação técnica acima identificada. O projeto apresentado contempla a construção de uma moradia de cave, R/C e andar. A alteração à obra foi licenciada através de alvará n.º 817/94 numa área de 103m².-----

Através do requerimento n.º 605/12 vem de novo a requerente solicitar o licenciamento de uma operação urbanística, consubstanciada, na obra de alteração do imóvel com um aumento de área de 103m². O mesmo foi rejeitado liminarmente por e no essencial:-----

- Em peças desenhadas ora apresentadas nomeadamente plantas dos pisos foram afetadas de uma redução de $r=0,9$ em relação ao projeto licenciado. Advém desta redução que existem compartimentos **que não vão ao encontro do estipulado no artigo 66 do RGEU**. Não é especificado as razões de fato que levaram o requerente a apresentar um projeto em todo semelhante ao apresentado em 16 de maio de 1994 e sobre o qual recaiu informação técnica desfavorável de 11 de julho de 1994 e despacho superior de proposta de **indeferimento** de 11 de julho de 1994.

- Não é mencionado as alterações em relação ao projeto aprovado nomeadamente a elevação de mais um piso (e respetiva área), aumento da cércea, alterações das áreas por piso e de implantação.----- Através do requerimento n.º 349/16 vem a requerente solicitar a legalização da ampliação às licenças de obras supra citadas.----- Na informação técnica praticada foi ainda proposto o indeferimento por se considerar que o pedido ora formulado era idêntico ao praticado em 1994 e pelas razões que levaram à data ao indeferimento. -----

2. Saneamento e apreciação liminar-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º 4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico

da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma licença especial de legalização.-----

3. Características e análise da pretensão -----

3.1. Caracterização-----

Por leitura do projeto de arquitetura agora apresentado verifica-se que a requerente pretende legalizar obras levadas a efeito sem o respetivo controlo prévio, bem como demolir e executar obras (licença especial de legalização) de forma a irem ao encontro dos pareceres técnicos emanados por estes serviços camarários. Para o efeito pretende proceder às obras de eliminação dos dois volumes salientes no sótão e diminuir o pé direito do sótão. De forma a concluir as obras a requerente apresenta uma calendarização de 12 meses.-----

A proposta apresenta as seguintes áreas os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

Área do terreno (toda integrada em U1) -478.00m2-----

Área bruta de construção -566.92m2-----

Ic=1.19m2/m2-----

Cércea-8.70m-----

Área de implantação- 182.00m2-----

Nº de pisos-1 abaixo da cota de soleira e 2 mais piso assotado acima da cota de soleira-----

Volume da construção -1474m3-----

Em relação ao processo licenciado a presente operação urbanística levará a um aumento de área de construção de 566.92m2-(395m2+103m2)=**68.92m2**.-----

3.2. Análise da pretensão-----

É pretensão do requerente a legalização de alteração de um imóvel destinado a habitação, de três pisos com sótão numa área bruta total de 566.92m2 com a caracterização acima identificada.-----

A edificabilidade, cumpre o nº2 do artigo 19 do regulamento do PDM a saber:-----

A edificação do imóvel, cumpre a moda existente em função do cumprimento (2pisos acima da cota de soleira) e alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio.-----

Refira-se ainda que cumprindo a moda da envolvente, o mesmo ainda cumpre o índice previsto para o local dado que é $Ic < 1.2$. -----

A área total de implantação de 182.00m2 é inferior a 65% de 478m2 cumprindo assim a alínea d) do mesmo articulado.-----

A implantação da construção encontra-se toda em espaço urbano e a uma distancia do caminho publico inferior a 30m.-----

3.3. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no nº6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 24 de maio ultimo foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização tendo sido constatadas deficiências de acordo com o retratado no auto de vistoria n.º 39/2018, que posteriormente foram corrigidas.-----

4. Parecer/conclusão-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---

- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Por vistoria realizada a 24 de maio e elementos posteriormente apresentados foi constatado não haver objeções à legalização da operação urbanística em causa.-----
- As alterações acima referenciadas que darão origem à licença especial de legalização (demolição dos mirantes, e aproveitamento de sótão levarão a uma melhor integração do edifício com a envolvente imediata. -----

5. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 3 da presente informação e conclusão descrita no ponto 4, sou a propor o deferimento do pedido de legalização da operação urbanística correspondente a obras de alteração à LO nº 520/89 e nº817/94.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do respetivo alvará de licenciamento especial de legalização, nos termos do nº14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216-E/2008, de 3 de Março. -----

Nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações de legalização de alteração às licenças de obra supra referenciadas e é de 414,80 € de acordo com mapa de medição em anexo:

Anexo :Calculo do valor das taxas municipais-----

Cálculo das taxas administrativas-(TA)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
nº15	Reconstrução ou alteração acresce ao valor referido em 1 por m2	69	2,10 €	144,90 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	12	11,60 €	139,20 €
	TOTAL			348,95 €

Calculo das taxas de vistoria-TV

.	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II			
Secção IV			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO		
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização		
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria 1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação		0,00 €

2a°)	habitação unifamiliar	1	11,85 €	11,85 €
TOTAL				65,85 €

taxas administrativista -TA	348,95 €
taxas de vistorias- TV	65,85 €
Valor total	414,80 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.10.2018:-----
Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito expressos na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização da operação urbanística descrita nesta peça escrita, o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização, nos termos e para os efeitos preconizados nos itens 3, 4 e 5 deste documento.----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----
Visto. Concorde. À consideração superior. -----
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----
À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. OBRAS DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 445/16 - ANTÓNIO DOS ANJOS ANTUNES - BAIRRO DOS AREGOS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 12.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através dos requerimentos n.º 625/17, 1652/17 e 477/18, referente ao processo n.º 445/16, o Sr.º António dos Anjos Antunes, apresenta elementos, relativos ao pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de ampliação¹⁰ e alteração¹¹ de um "conjunto habitacional", com lic.ª inicial n.º 156/86, situado no bairro dos Aregos, freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 705,32 m², está inscrito

¹⁰ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

¹¹ «Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cerca;-----

na matriz com o n.º 4656 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3190/20091215, da freguesia de Santa Maria Maior.-----

2 - ANTECEDENTES-----

O imóvel possui os seguintes antecedentes:-----

2.1- Licença n.º 156/86, para construção de um edifício de habitação coletiva e comércio, de r/chão e andar, com a área de 474,40 m²;----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-

- Comprovativo de inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----

- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----

- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----

- Alçados à escala de 1:100;-----

- Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100;-----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----

- Fotografias;-----

- Declaração do topógrafo;-----

- Ficha estatística;-----

- Desenho de alterações;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Projeto de estabilidade;-----

- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----

- Projeto de águas pluviais;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar à legalização das obras de alteração e ampliação de um conjunto habitacional.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende, a legalização das obras de alteração e ampliação, de um conjunto habitacional, formado por dois blocos: ----

- 5.1.1- O bloco 1 é um edifício de habitação coletiva, constituído por seis fogos, 2 de tipologia T3 e 4 de tipologia T1.-----
- 5.1.2- O bloco 2 é um edifício constituído por 3 garagens e uma habitação unifamiliar.-----
- 5.2- O bloco 1 (edifício de habitação coletiva), é uma preexistência, pelo facto de estarem devidamente licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º¹² do Regulamento do Plano Diretor Municipal. As alterações são ao nível do aumento do número de fogos, mudança de uso do r/chão de comércio para habitação e uma ampliação de 20,47 m².-----
- 5.3 - O bloco 2 (edifício constituído por 3 garagens e uma habitação unifamiliar) é uma construção sem os necessários atos administrativos de controlo prévio e possui uma área bruta de construção de 200,30 m².-----
- 5.4- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao "conjunto habitacional" em 2018-09-13, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 76/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----
- 5.5- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no "conjunto habitacional", objeto de pedido de legalização das obras de construção.-----
- 5.6- O "conjunto habitacional", situa-se no denominado bairro dos Aregos, tendo resultado da vistoria realizada, para efeitos de legalizações de operações urbanísticas, que a intervenção se integra no meio envolvente, onde a moda da cércea na frente urbana em que se insere é de r/chão e andar.-----
- 5.7- A edificação, segue os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----
- 5.8- O "conjunto habitacional" destina-se a habitação, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----
- 5.9- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de

¹² Artigo 5º - Preexistências-----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições:-----

- a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei;-----
- b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas.-----

Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 5 lugares de estacionamento automóvel, o qual, é igual ao valor mínimo previsto naquela norma regulamentar.---

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 4, do artigo 25.º e alínea a) do n.º1 do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 2.030,53 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 678,35 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 2.708,88 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1 - Considerando, que a operação urbanística em apreciação, compagina-se com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cércea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-

8.2- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de ampliação e construção acima enunciadas, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação.-----

8.3 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.4- Considerando, que o uso pretendido, para habitação, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos e acústicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido construído legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo

73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação e construção de um "conjunto habitacional", o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar;-----
À consideração superior-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) -----

Bloco 1: aumento de área de 20,47 m²-----

Bloco 2:-----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos/garagens	Armazém	TOTAL
Piso 0	70,00				70,00
Piso 1	70,00				70,00
Garagens			60,30		60,30
TOTAL	140,00	0,00	60,30	0,00	200,30

QUADRO I

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,27	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,16	0,16
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,27	0,27
REDE DE ESGOTOS		1	0,38	0,38
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	0,52	0,52

C - custo das obras existentes na via pública	1,33
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)	20,47 m²

Ampliação de edifícios de habitação coletiva

- n.º 4 do artigo 25.º

T = C x A	T = 27,23 €
-----------	-------------

				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	1		19,33	19,33 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00 €/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	1	/	17,63		17,63 €/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	1		15,92	15,92 €/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	/	45,49		45,49 €/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						154,10 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						52
Moradia unifamiliar - alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x 0,25				T = 2.003,30 €		

QUADRO II**- Cálculo das taxas administrativas**

(art.º 66 da subsecção IV)

	Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por 160,47m² m² adicional	3,20 €	513,50 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€
n.º 11	Anexo de apoio/Garagens	60,30 m²	1,00€
Art.76,n.º 6	Vistoria		54,00€
TOTAL			678,35 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 2.003,30 € + 27,23 € + 678,35 € = 2.708,88 €
 À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,
 SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.10.2018:-----**

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito elencados nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na

operação urbanística em causa (ampliação a alteração do uso previsto para o rés-do-chão de um edifício de habitação colectiva e construção de um anexo de apoio ao mesmo destinado a 3 garagens e um fogo) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do alvará de utilização dos imóveis em causa.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E MURO DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 319/18 - MARIA LUZIA ANTUNES FERNANDES BATISTA - RUA DA ESCOLA, N.º 4, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 15.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Pretensão do requerente -----

1.1. Introdução-----

Veio a Srª Maria Luzia Antunes Batista na qualidade de proprietária, através do requerimento n.º 911/18, n.º1706/18 e n.º2087/18 referente ao processo n.º319/18 solicitar nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a legalização de uma operação urbanística de edificação destinado a habitação e respetivo muro de vedação nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), bem como pelo artigo 73 º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação (RMUE), situada na rua da escola n.º 4 Vila nova de Veiga freguesia de São Pedro de Agostem.-----

1.2. Antecedentes-----

Não se vislumbram antecedentes ao processo-----

2. Saneamento e apreciação liminar-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização.-

3. Características e análise da pretensão -----

3.1. Caracterização-----

O projeto de arquitetura apresentado refere-se a uma construção a legalizar composta de dois pisos acima da cota de soleira destinada a habitação unifamiliar enquadrando-se com a envolvente e ainda dos respetivos muros de vedação.-----

A proposta apresenta as seguintes áreas os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

Área do terreno (toda integrada em U3) -1360m2 -----

Área bruta de construção -301.44m2-----

Ic=301.44m2/1360m2 =0.22m2/m2-----

Cércea-7.45m-----

Área de implantação- 157.00m2-----

Nº de pisos-2 acima da cota de soleira-----
 Volume da construção -863.15m3-----
 Toda a construção se encontra na faixa de 30m do caminho público.----
 Pretende-se ainda legalizar os muros de vedação sendo o frontal numa
 extensão de 10.57 metros e o posterior numa extensão de 2 metros.----

3.2. Análise da pretensão-----

É pretensão do requerente a legalização de um imóvel destinado a
 habitação, de dois pisos numa área bruta total de 301.44m2 com a
 caracterização acima identificada.-----

A edificabilidade, inserida em parcelas não submetidas à disciplina
 dos instrumentos urbanísticos (projetos de loteamentos ou planos de
 urbanização) cumpre o nº2 do artigo 19 do regulamento do PDM a saber:
 A edificação do imóvel, cumpre a moda existente em função do
 cumprimento (2 pisos) e alinhamentos e recuos dominantes existentes e
 a manter na frente urbana em que se insere o prédio.-----

Refira-se ainda que cumprindo a moda da envolvente, o mesmo ainda
 cumpre o índice previsto para o local dado que é $I_c < 0,80$. -----

A área total de implantação de 157.00m2 é inferior a 65%de
 1360m2cumprindo assim a alínea d) do mesmo articulado.-----

A implantação da construção encontra-se toda em espaço urbano e a uma
 distancia do caminho publico inferior a 30m.-----

O muro de vedação segue os alinhamentos existentes-----

-O projeto de arquitetura está de acordo com o estipulado no nº1 e 2
 do art. 20º do RJUE.-----

3.3. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em
 conformidade com o disposto no nº6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem
 como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem
 como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que,
 sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal
 diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham
 instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 14 de junho ultimo foi realizada vistoria previa ao procedimento de
 legalização tendo sido constatadas deficiências de acordo com o
 retratadas no auto de vistoria n.º48/2018.As deficiências ai descritas
 foram sanadas por requerimento nº1706/18 e nº2087/18.-----

4. Parecer/conclusão-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano
 diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Por vistoria realizada a 14 de junho e elementos posteriormente
 apresentados foi constatado não haver objeções à legalização da
 operação urbanística em causa.-----

5. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 3 da presente informação e
 conclusão descrita no ponto 4, sou a propor o deferimento do pedido
 de legalização da operação urbanística correspondente a obras de
 edificação de imóvel destinado a habitação unifamiliar e muros de
 vedação.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada
 ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado
 no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos
 legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste

assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de edificação de imóvel destinado a habitação unifamiliar e muros de vedação o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que a emissão do título-autorização de utilização com menção expressa que o edifício foi sujeita ao procedimento de legalização.-----

Nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações **1271,82€** de acordo com mapa de medição em anexo:-----

Anexo :Cálculo do valor das taxas municipais-----
Cálculo das taxas administrativas-(TA)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
n.º 10	Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos ou não em processos referentes a edifícios13 identificados nos n.ºs anteriores, acresce ao valor referido em 1	13	1,00 €	13,00 €
	TOTAL			164,30 €

- Cálculo das taxas de infraestruturas

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)				
QUADRO I				<i>custos (C)</i>	Ci/m
		s/n	larg.	C/m	C/m2
	Faixa de rodagem				Ci/m-€ /m
REDE VIÁRIA	- Semipenetração betuminosa		6.5	14.21	92.37
REDE DE ÁGUA		1		21.61	21.61
REDE DE ESGOTOS		1		34.12	34.12
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1		45.49	45.49
	C - custo das obras existentes na via pública / m- €/m				193.59
	m - frente do terreno que confronta com a via pública				20.72
	Moradia unifamiliar - alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º				
	T = C x m x 0,25			T =	1,002.77€

6. - Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU

	Autorização de utilização	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			

Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no numero 1	1	10.805€	10.80€
TOTAL				38, 90 €

Cálculo das taxas de Vistorias TV

	Vistorias -artigo 75º	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	54,00 €	54.00 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			
2ªa)	habitação unifamiliar	1	11,85 €	11,85 €
TOTAL				65.85 €

taxas administrativas-TA	164,30€
taxas de infraestruturas-TI	1002,77€
taxas autorização utilização-TAU	38, 90 €
taxas de vistorias TV	65.85 €
Valor total	1271,82€

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 26.10.2018:-----
Visto. Atentas as razões de facto e de direito expressas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido d a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa (construção de uma habitação unifamiliar e respectivos muros de vedação) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão da autorização de utilização do imóvel antes referido.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----
Visto. Concordo. À consideração superior. -----
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----
À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. LICENÇA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO N.º 2/2002, PEDIDO DE ALTERAÇÃO – PROCESSO N.º 19/99 – PESSOA & FILHO, LDA. – LUGAR DE VALONGO, FONTE DO LEITE, FREGUESIA DE VALE DE ANTA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ. SUSANA FERNANDES DATADA DE 30.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A Pessoa & Filho Lda, através do requerimento nº 1510/18 e complementado pelo requerimento nº 1575/18, referente ao processo nº 19/99, vem solicitar uma "alteração à licença de operação de loteamento", mais concretamente das especificações do lote nº 14 do loteamento com alvará nº 02/2002, localizado no lugar de Valongo, Fonte do Leite, freguesia de Vale de Anta, na qualidade de proprietária.-----

2. INSTRUÇÃO-----

2.1. O processo está instruído de acordo com o disposto no ponto 13.º, do Anexo I, da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, conjugado com o art.º 13.º, do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação (RMUE), Regulamento n.º 732/15, de 22 de Outubro, sendo composto pelos elementos elencados já na informação técnica nº 1307/DGOT/2018.-----

3. ANTECEDENTES-----

3.1. Consultado os antecedentes constata-se que o pedido em questão está inserido no loteamento com alvará nº 2/2002 em nome de António S. Couto - Construções e Obras Públicas, Lda.-----

3.2. Sobre o referido loteamento verificaram-se 3 aditamentos, sendo o terceiro de 11 de janeiro de 2008.-----

3.3. Estão previstos um total de 15 lotes destinados a habitação coletiva e a habitação coletiva e comércio.-----

4. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

4.1. Nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)-----

4.1.1. Segundo a planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, o loteamento com alvará nº 2/2002, localiza-se em *Espaços Classe 1- Espaços urbanos e urbanizáveis*, da categoria 1.1 - *Cidade de Chaves*.-----

4.1.2. O loteamento em questão está ainda inserido no Plano de Pormenor da Fonte do Leite (PP FL) (Aviso nº 22929/2009, de 21 de dezembro, D.R. 2ª Série nº 245), da qual se afere, pela planta de implantação, que a área do loteamento que esta enquadrada no limite da "área consolidada", sendo os edifícios ou lotes considerados "edifícios existentes" e com usos compatíveis com o plano. -----

4.1.3. De acordo com as plantas de condicionantes dos referidos IGT's, sobre o prédio não impende nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública.-----

4.2. No regime jurídico-----

O processo apresentado é referente a uma alteração à licença, de acordo com o artigo 27º, do Regime de Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e subseqüentes alterações.-----

5. DESCRIÇÃO DO PEDIDO-----

5.1. Segundo o descrito nos documentos entregues, o pedido em questão consiste na alteração de uso das três frações comerciais previstas no lote nº 14 para habitação, totalizando assim para este lote 15 fogos.

5.2. No cômputo do loteamento será aumentado de 191 para 194 o nº de fogos previstos e diminuído o nº de lojas previsto de 28 para 25.-----

5.3. As restantes especificações do loteamento com alvará nº 2/2002 e do lote nº 14 permanecem inalteradas.-----

5.4. Refere ainda que não altera as infraestruturas já existentes e não haverá lugar a cedências.-----

6. ANÁLISE DO PEDIDO-----

6.1. Considerando que a alteração de usos preconizada de edifício de habitação coletiva e comércio para edifício de habitação coletiva, se

mantém nos usos previstos para os restantes lotes do loteamento nº2/2002.-----

6.2. Considerando que, salvo melhor opinião, a alteração prevista se enquadra na filosofia de manutenção de usos existentes, como descrito no nº 1 e nº 2, do Artigoº 10, do regulamento do plano de pormenor (Aviso nº 22929/2009, de 21 de dezembro, D.R. 2ª Série nº 245) – sendo os usos existentes edifícios de habitação coletiva e comércio e ainda edifícios de habitação coletiva.-----

6.3. A mudança de uso preconizada não acarreta aumento dos lugares de estacionamento previstos, conforme artigoº 12, do regulamento do PDM.

6.4. Considerando que não se vê inconveniente e incompatibilidade na alteração proposta e ainda que não contraria o estatuído no Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

6.5. Uma vez que estamos perante um aumento do número de fogos de 191 para 194, ultrapassando o previsto na alínea b), do nº 2, do artigo 22º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, e no nº 2, do artigo 7º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi promovida a consulta pública através de Edital nº 90/2018 pelo prazo de 15 dias, conforme certidões de afixação constantes do processo. -----

6.6. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto acima referido, em articulação com o n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a alteração à licença de operação de loteamento não pode ser aprovada se ocorrer se ocorrer oposição escrita dos titulares da maioria da área dos lotes constantes do alvará, nesse sentido, na sequência da informação nº 1307/DGOT/2018, com despacho de 13/08/2018, foi afixado Edital nº 81/18 pelo prazo de 10 dias, conforme certidões de afixação juntas ao processo.-----

6.7. Decorrido o prazo estabelecido para os proprietários de todos os lotes se pronunciarem sobre o presente pedido de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º loteamento nº 2/2002, não ocorreu qualquer tipo de oposição escrita por parte dos mesmos¹³, nem foi recebida nenhuma participação em sede de consulta pública.-----

6.8. Refere-se ainda que, salvo melhor opinião, não se aplica o nº 8, do artigo 27º, do RJUE, que prevê a alteração simplificada ao loteamento, aprovada por simples deliberação da câmara municipal, com dispensa de qualquer outras formalidades, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, por se considerar que a pretensão ultrapassa o limite de 3% para o lote nº 14 (altera o uso de 3 do total de 15 fogos/frações previstas).-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1. Face ao exposto, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir** o pedido de alterações à licença, solicitado nos termos do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 e posteriores alterações.-----

7.2. Neste contexto, de acordo com o disposto no nº 1, do artigo 76º, do DL nº 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, deve ser comunicado à requerente que dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 4.º aditamento ao Alvará de Loteamento nº 2/2002, sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do citado diploma legal, devendo para o efeito instruir o

¹³ A proprietária tem 9 (do lote nº 7 ao lote nº 15) do total dos 15 lotes do loteamento, sendo que entrega Certidão da conservatória dos restantes lotes.-----

seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:-----

7.2.1. Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares) e em base digital;-----

7.2.2. Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;-----

7.2.3. Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de estas não se encontrarem válidas. -----

7.3. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do DL n.º 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, as quais se encontram estabelecidas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.15. CADUCIDADE DE ALVARÁS DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. COORDENADORA TÉCNICA ISABEL PRESA DATADA DE 08.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

A- Da eventual caducidade da licença para a realização da operação urbanística pretendida-----

1. O D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, o qual consagra o regime jurídico da urbanização e da edificação, fixa o lapso de tempo que os particulares dispõem para exercerem os seus direitos, sob pena de extinção dos mesmos.-----

2. Nesta conformidade, a licença ou comunicação prévia para a realização das operações urbanísticas previstas no n.º 2 e n.º 4, respetivamente, do artigo 4.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e demais alterações, caduca se as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, de acordo com o disposto na alínea d), do n.º 3, do artigo 71.º do mesmo diploma.-----

3. No caso individual e concreto ora em apreciação, a validade das licenças de construção já tiveram o seu termo, conforme decorre, inequivocamente, das informações constantes nos processos administrativos correspondentes.-----

4. Nesta perspetiva, no caso sub-judice, as validades dos alvarás de licença abaixo identificados, os quais titulam as operações urbanísticas de edificação pretendidas pelos ora requerentes já terminaram, o que determina o incumprimento do prazo estipulado para a conclusão das respetivas obras de edificação, enquadrando-se, nessa justa medida, numa das causas de caducidade previstas no art.º 71.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e ulteriores alterações, muito concretamente, na alínea d), do seu n.º 3.-----

5. Nesta conformidade, a eventual causa de caducidade dessas licenças, com fundamento na alínea d), do n.º 3, do art.º 71.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e ulteriores alterações, têm de ser declaradas pela Câmara Municipal, após audiência prévia dos interessados, de acordo com o disposto no n.º 5, da mesma disposição legal.-----

B- Proposta -----

Assim, na sequência das informações produzidas pelo Setor de Fiscalização Municipal - Processo n.º 155/FIS/2015, 157/FIS/2015, 158/FIS/2015, 159/FIS/2015, 167/FIS/2015 e 168/FIS/2015, cumpre-me informar o seguinte:-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

1. Que numa próxima reunião do Executivo Camarário, seja praticada decisão administrativa traduzida na intenção de declarar a caducidade dos seguintes alvarás de obras, com fundamento no incumprimento do prazo estipulado para a conclusão das respetivas obras, dentro do prazo concedido nos alvarás emitidos, a saber:-----

- Alvará de obras de construção n.º 700/92, emitido a favor de E. Reis Imobiliária SA ¹;-----
- Alvará de obras de construção n.º 701/92, emitido a favor de E. Reis Imobiliária SA ²;-----
- Alvará de obras de construção n.º 385/91, emitido a favor de E. Reis Imobiliária SA;-----
- Alvará de obras de construção n.º 147/91, emitido a favor de E. Reis Imobiliária SA;-----
- Alvará de obras de construção n.º 704/90, emitido a favor de E. Reis Imobiliária SA;-----
- Alvará de obras de construção n.º 386/91, emitido a favor de E. Reis Imobiliária SA;-----
- Alvará de obras de construção n.º 365/92, emitido a favor de E. Reis Imobiliária SA.-----

2. Caso seja tomada tal decisão, por parte da Câmara Municipal, deverá o sentido da decisão administrativa acima proposto ser, no cumprimento das disposições combinadas previstas no n.º 5, do art.º 71º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e ulteriores alterações e no art.º 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, sujeito a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à requerente vir a procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto;-----

3. Deverão a interessada ser notificada, nos termos do artigo 110º e seguintes do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

4. Se a decisão da entidade administrativa se tornar, entretanto definitiva - ato declaratório de caducidade - deverá proceder-se à apreensão e ou cassação dos respetivos Alvará de obras de construção n.º 700/92, emitido em 28/09/1992; Alvará de obras de construção n.º 701/92, emitido em 28/09/1992; Alvará de obras de construção n.º 385/91, emitido em 24/06/1991; Alvará de obras de construção n.º 147/91, emitido em 06/03/1991; Alvará de obras de construção n.º 704/90, emitido em 14/09/1990; Alvará de obras de construção n.º 386/91, emitido em 24/06/1991; e do Alvará de obras de construção n.º 365/92, emitido em 04/06/1992, sendo tal medida devidamente operacionalizada pelo Setor de Fiscalização Municipal, nos termos do

disposto no art.º 79º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro e ulteriores alterações.-----

5. De imediato, e caso se concretize o ponto anterior, dever-se-á comunicar à Conservatória do Registo Predial competente, para efeitos de anotação em cada descrição ou cancelamento do registo, à luz do disposto n.º n.º 2, do artigo 79.º, do RJUE.-----

É tudo, de momento, que me cumpre informar sobre este assunto.-----

1 e 2-----

Para o bloco A e B, do Lote 1 do S. Bernardino III - Alto da Forca, a que corresponde o P.º 770/16, foi emitido em nome de Templo Primário Unipessoal Lda., o Alvará de Licença Especial para Conclusão de Obras Inacabadas n.º 46/17, destinado a Habitação Coletiva emitido em 22/05/2017, válido até 22/05/2019, nos termos do artigo 88º, do RJUE.- À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.16. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA, PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS - PROCESSO N.º 12/10 - MANUEL GOMES DE CASTRO E FILHOS, LDA. - QUINTA DA PÓPULO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª. VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 29.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO -----

1.1 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 2233/18, em 24 de outubro de 2018, a empresa Manuel Gomes de Castro & filhos, Lda., contribuinte n.º 502657367, com sede no loteamento da Bandeira, na qualidade de proprietária, do edifício de habitação coletiva, sito na Quinta do Pópulo, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, a que se refere o Alvará de obras de construção n.º154/10, emitido por esta Câmara Municipal em 28/09/2010 e válida até 27/09/2014 e posteriores prorrogações ⁽¹⁴⁾ e não tendo a obra no entanto sido concluída dentro do prazo estabelecido, vem requerer nos termos do artigo 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro e ulteriores alterações, doravante referido de RJUE, Licença especial para a conclusão das obras em estado avançado de execução.-----

1.2 A instruir o pedido, para além do requerimento apresenta tão somente os seguintes elementos:-----

- Cópia do Alvará de empreiteiro de obras públicas N.º 19956 - PUB, emitido em nome de Manuel Gomes de Castro & Filhos, Lda.;-----
- Declaração da Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A, em como a sociedade por quotas, Manuel Gomes de Castro & Filhos, Lda., detém

¹⁴ 1.ª prorrogação por 2 anos, até 22/10/2016, 2.ª prorrogação por mais 1 ano, isto é, até 20/10/2017 e extensão do prazo por mais um ano, ao abrigo do regime excecional de extensão de prazos Decreto-Lei n.º 120/2013, até 22/10/2018-----

naquela seguradora um seguro de acidentes de trabalho - conta outrem, para todos os colaboradores identificados nas folhas de vencimento que o tomador de segura envia mensalmente, titulado pela apólice nº 0010.10269451.-----

2. ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

Uma vez que as obras não foram concluídas no prazo fixado na licença e posteriores prorrogações, primeiramente deverá ser declarada a sua caducidade da licença, em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 3, do artigo 71.º do RJUE.-----

3. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, sou a propor que o presente processo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para que o executivo delibere no sentido de declarar a caducidade da licença, nos termos do nº5, do artigo 71.º do RJUE.----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.11. ----

Visto. Concordo. Em coerência agenda-se para a próxima reunião do Executivo Municipal para efeitos de apreciação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.17. CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS APTAS AO ALOJAMENTO DE REDES DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - PROCESSO N.º 714/18 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - RAMPA DO MATADOURO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª. CONCEIÇÃO REI DATADA DE 07.11.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 1872/18, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, para realização dos seguintes trabalhos:-----

-Abertura de vala numa extensão de 175,0 m (30,0 m na Rampa do Matadouro e de 145 m na rua transversal à mesma)-----

-Instalação subterrânea de tubo de diâmetro de 110 mm, na extensão de 350,0 m;-----

-Construção de quatro caixas de visita permanentes (CVP) do tipo NR1, com as dimensões 60x75x150 (Larg X Comp x Prof) cm.-----

1.2-No dia 7 de novembro do corrente ano, a requerente envia, via email, a declaração a que se refere o Anexo III do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (Diário da República, 2ª Série - Nº 207 - 22 de Outubro de 2015), bem como novo termo de responsabilidade pela direção técnica técnica da obra do Engº electrotécnico, José Filipe Abreu da Costa.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º¹⁵, do RJUE corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 108.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1.-----

2.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 3.º¹⁶ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º¹⁷ e 9.º do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

3.1-Declaração a que se refere o Anexo III do Regulamento n.º 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (Diário da República, 2.ª Série - N.º 207 - 22 de Outubro de 2015).-----

3.2-Memória Descritiva;-----

3.3-Termos de responsabilidade do autor do projecto e coordenador, do Eng.º electrotécnico, José Filipe Abreu da Costa, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhados pelo elemento a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e fotocópia do cartão de cidadão; -----

3.4-Novo termo de responsabilidade pela direcção técnica da obra, do Eng.º electrotécnico, José Filipe Abreu da Costa.-----

3.5-Quadro Resumo de Intervenções;-----

3.6-Planta de Localização;-----

3.7-Estimativa orçamental;-----

3.8-Declaração emitida pela sociedade anónima, Seguradoras Unidas, S.A, declarando que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A,

¹⁵ **Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

¹⁶ **Artigo 3.º - Licença Municipal-----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

¹⁷ **Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----**

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

subscreveu com aquele segurador, para o período de 01-01-2018 a 31-12-2018, uma apólice de seguro de acidentes de Trabalho por Conta de Outrem.-----

3.9-Declaração emitida pela AIG Europe Limited, Pessoa Coletiva, registada em Inglaterra e país de Gales, declarando que a sociedade anónima MMCI MULTIMEDIA, S.A, detém ao abrigo da apólice N° PA18CP0005, um seguro de responsabilidade civil, para o período de 01-01-2018, a 31-12-2018.-----

3.10-Comprovativo do registo do alvará de construção N° 64501, emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, em nome da firma MMCI MULTIMEDIA, S.A;-----

3.11-Plano de Segurança e Saúde;-----

3.12-Livro de obra;-----

3.13-CD -----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dado a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Sr.^a Eng^a Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 10-10-2018, no qual se propõe a prestação de caução no valor de 4 520,90 € (incluindo o IVA);-----

-Parecer favorável do Sr^o Eng^o eletrotécnico Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, emitido em 25-10-2018.

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a construção de novas infraestruturas a construir na Rampa do Matadouro e no arruamento transversal à mesma, conforme previsto na Planta de Ampliação da Rede e no quadro Resumo de Intervenções, peças gráficas constantes no processo a folhas n° 389 e n° 395.-----

4.2-As peças gráficas referidas no anterior parágrafo **devem ser parte integrante do alvará de ocupação de domínio público**, a ser emitido nos termos do disposto no artigo 7° do Regulamento de Obras e trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4.3-De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 10-10-2018, o valor da caução é de € 4 520,90 (quatro mil quinhentos e vinte euros e noventa cêntimos), com Iva incluído.-----

4.4-Pese embora o prazo efectivamente necessário para a realização dos trabalhos seja de 5 dias, conforme proposto pela requerente, o prazo concedido no alvará será de 30 dias, para a requerente poder programar os mesmos e comunicar a esta autarquia o seu início.-----

4.5-O pedido de ocupação do espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

- Prazo para a conclusão das obras - 30 dias.-----
- Prestação de caução no valor de **€ 4 520,90 (quatro mil quinhentos e vinte euros e noventa cêntimos), com Iva incluído).**-----
- Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos, de acordo com o disposto no n° 1 do artigo 80°-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----
- O empreiteiro deverá proceder à sinalização dos trabalhos/locais onde se encontra a decorrer a intervenção, de acordo com o artigo 24° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----
- A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.6-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-TAXAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

As taxas administrativas previstas na Secção III da Tabela de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais), ascendem ao montante de **€ 418 (quatrocentos e dezoito euros)**.-----

6-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo aa liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

6.1-Agendamento deste assunto par a aproxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

a) Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação do serviço de televisão, internet e telefone nas infraestruturas existentes e a construir nos arruamentos supra referidos, nas condições mencionadas no item 4.5 da presente informação técnica.-----

6.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público, o alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas e à prestação da caução supra referida. -----

6.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõe-se o envio de um exemplar do processo nº 714/18, à Divisão de Obras Públicas (DOP), para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-

6.4-**Após a emissão¹⁸ do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer à unidade orgânica acima referida, Divisão de Obras Públicas tal ocorrência para efeito de fiscalização.

6.5-De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, até cinco dias antes do início dos trabalhos, a requerente informa a câmara municipal dessa intenção.---

6.6-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior-----

ANEXO-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NA TABELA DE TAXAS DE "SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS" (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais).-----

Cálculo das Taxas administrativas:-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações - **350 ml**-----

-Período da licença - **30 dias**-----

¹⁸ **Artigo 80º - Início dos trabalhos-----**

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

-Tipo de obra - Instalação da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone.-----

QUADRO I-----

	Descrição	Un	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DE ATIVIDADES DIVERSAS			
Secção III	OCUPAÇÃO DO Espaço Aéreo, Solo e Sub-solo de Domínio Público e Privado Municipal			
Artigo 17º	Pela apreciação de pedidos de ocupação de espaço público		54,00 €	54,00 €
Artigo 18º	Pela Emissão de licença de ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo de Domínio Municipal		10,80 €	10,80 €
Artigo 20º	Ocupação de solo ou subsolo			
nº 8	Com tubos, condutas, cabos, condutores e semelhantes por ml ou fracção e por ano	350	1 €	350 €
Artigo 21º	Ocupação da via pública por motivo de obras			
nº 1.a)	Por cada período de 30 dias ou fracção		3,20 €	3,20 €
	TOTAL			418,00 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.18. ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2018 EMITIDO OFICIOSAMENTE PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES EM 01.08.2018, PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE SUPRIMENTO DE ERROS MATERIAIS REGISTRADOS NO REFERIDO TÍTULO - PROCESSO N.º 11/94 - JOSÉ DA SILVA E SÁ, LDA. - QUINTA DO CALVÁRIO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª. ANA ISABEL AUGUSTO DATADA DE 07.11.2018.-

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES-----

1.1. Em resposta ao pedido verbal formulado pelo Chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, Sr. Eng.º João Gerales em 24 de outubro do ano corrente, foi efetuada a consulta e análise do processo administrativo n.º 11/94 relacionado com a operação de loteamento da Quinta do Calvário, inicialmente titulada pelo Alvará n.º 28/86, entretanto caducado, e cujo 4.º aditamento foi aprovado em reunião da Câmara Municipal realizada em 29 de dezembro de 1992.-----

1.2. Para efeitos de cumprimento do acordo celebrado sob a forma de "TRANSAÇÃO" entre o Município de Chaves e o Sr. José da Silva e Sá (na qualidade de representante da sociedade por quotas José da Silva e Sá, Lda. - titular do alvará de loteamento mencionado), documento que continha as obrigações assumidas pelas partes e indispensáveis para a conclusão do Processo n.º 295/05.3BEMDL, em curso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, foi emitido oficiosamente o

Alvará de Loteamento n.º 1/2018, de 1 de agosto, por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal realizada em 16 de novembro de 2017.--

1.3. Acontece que, na sequência da emissão do referido título, foram detetados erros materiais e de cálculo no quadro sinótico (QUADRO I), os quais motivaram a sua retificação, nos termos preconizados na deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal realizada no pretérito dia 20 de setembro, tendo por base a Informação n.º 1423/SCOU/2018, de 10 de setembro.-----

1.4. A retificação em causa, apoiada numa discrepância detetada no QUADRO I entre os valores da cércea e do número total de pisos dos lotes 27 e 28 do conjunto E1 (que passou de 4 para 5 pisos) e no lote 30 (que passou de 3 para 4 pisos), acabou por salientar outros erros adicionais na interpretação da edificabilidade máxima admissível destinada a habitação nos lotes 27 e 28, por não ter a devida correspondência com o número de pisos então retificado.-----

1.5. Acresce o facto de a eventual correção da edificabilidade máxima admissível na sequência da retificação do número de pisos (com a previsão de mais um piso) significar um aumento daquela, o que não poderá acontecer, pois excederia a edificabilidade máxima aprovada em reunião da Câmara Municipal realizada em 29 de dezembro de 1992, correspondente ao 4.º aditamento apresentado pela empresa.-----

1.6. Assim, procedeu-se à análise de todos os antecedentes do processo administrativo em causa e, relativamente às especificações indicadas no QUADRO I do alvará emitido a título oficioso, constatou-se o seguinte:-----

a) O erro material revelado nos lotes 27 e 28 do conjunto E1 consistia numa incoerência entre a cércea e o número de pisos indicados no quadro sinótico do primeiro alvará emitido a título oficioso¹⁹, entretanto corrigido com base na Informação n.º 1423/SCOU/2018, de 10 de setembro, situação que originou uma inconsistência adicional na correspondente área de construção máxima admissível para cada um desses lotes/edifícios, situação que ainda carece de correção pelas razões que se expõem seguidamente e se estendem ao lote n.º 29;-----

b) Na informação da DOTDU elaborada em 15-10-2004²⁰, em concreto no que respeita ao 4.º aditamento apresentado pela empresa promotora (e sintetizado no ANEXO 5 identificado no processo administrativo em causa na folha n.º 653), foram indicadas áreas de construção destinadas a habitação que tiveram por base um erro de perceção na interpretação da planta de síntese e do respetivo quadro sinótico, uma vez tal planta não ter sido complementada por cortes e alçados do conjunto E1, não conter qualquer dimensionamento, nem informação discriminada sobre as áreas de construção de cada piso destinado a habitação dos edifícios deste conjunto, exceto as áreas destinadas a comércio que se encontravam indicadas no quadro sinótico então apresentado;-----

¹⁹ O quadro sinótico que foi extraído a partir do ANEXO 5 da informação da DOTDU elaborada em 15-10-2004.-----

²⁰ Salienta-se o facto de a informação da DOTDU produzida em 15-10-2004, apesar de ter sido objeto de apreciação em reunião da Câmara Municipal realizada em 02-11-2004, não chegou a ser aprovada, uma vez este órgão ter deliberado, por unanimidade, fazer baixar o respetivo processo ao Departamento de Administração Geral / Divisão Administrativa e de Serviços Jurídicos, com vista à emissão de Parecer Jurídico tendente ao esclarecimento do ponto 4.2.2.1 da informação em causa. O extrato da ata da reunião mencionada e a respetiva deliberação constam do processo administrativo nas folhas 670 a 684. -----

c) Assim, optou-se, naquela data, por efetuar medições sobre a planta de síntese e adotar o polígono de implantação então calculado como referência para a área de construção por piso, mas no pressuposto que os edifícios do conjunto E1 não tivessem mais de 4 pisos (R/C+3); como os diversos aditamentos apresentados pela firma interessada nunca alcançaram eficácia mediante a emissão do correspondente alvará e a informação citada na alínea anterior não ter chegado a ser aprovada em reunião da Câmara Municipal, a questão da edificabilidade máxima admissível nos lotes deste conjunto não chegou a ser resolvida;-----

d) No entanto, na sequência da celebração do acordo de TRANSAÇÃO entre o Município de Chaves e a Firma José da Silva e Sá, Lda. em 13-06-2016, ficou estabelecido na sua cláusula 5.^a que no alvará a emitir a título oficioso deveria constar «o mesmo potencial construtivo - implantação - áreas - tipologia e volume de construção - no que tange ao conjunto E - lotes 27 - 28 - 29 -, que integra a última versão do loteamento objeto daquele alvará de loteamento n.º 26/86, a qual contempla um piso destinado a garagens, um piso de rés-do-chão destinado a comércio e três/quatro pisos destinados a habitação.»-----

e) Na presente data, realizado o exercício de interpretação daquela planta e do quadro sinótico anexo (documento existente em papel e identificado na folha n.º 332 do processo administrativo, referente ao 4.º aditamento), foi possível compreender e apurar as áreas de implantação de cada piso destinado a habitação e a correspondente área de construção total, pelo que se considerou indispensável a introdução de mais uma coluna no quadro sinótico para o conjunto E1, tendo em vista a compreensão das diferenças entre as áreas de implantação e as áreas de construção de cada um dos pisos que integram os 3 edifícios/lotes deste conjunto;-----

Extrato do quadro sinótico com as correções propostas assinaladas a negrito e sombreadas-----

N.º LOT E	CONJUNTO	CÉRCEA	PISOS COTAS	ÁREA IMPLANTAÇÃO EDIFÍCIO	ÁREA CONSTRUÇÃO PISOS HABITAÇÃO	ÁREA TOTAL HABITAÇÃO	N.º FOGOS	ÁREA COMÉRCIO	LUGARES GARAGEM	ÁREA GARAGENS
27	E1	R/C+4	G+C+4H	264,0	240,0	960,0	8	216,0		216,0
28	E1	R/C+4	G+C+4H	384,0	240,0	960,0	8	336,0		336,0
29	E1	R/C+3	G+C+3H	400,0	320,0	960,0	6	400,0		400,0

f) Ou seja, a título de exemplo, para se atingir a área máxima destinada a habitação prevista no lote n.º 27, que é de 960,0m² e, tendo em consideração o número de 4 pisos com esta finalidade associados ao número total de fogos previstos, então cada piso terá 240,0m² de área máxima de construção (960,0m²/4=240,0m²) distribuída em 2 fogos;-----

g) Ora, aquele valor de 240,0m² por piso não consta do quadro sinótico mencionado na alínea e) precedente, estando apenas indicada a área de implantação do edifício com 264,0m², a área total de habitação com 960,0m² e a área de comércio com 216,0m²; Acresce o facto de, por medição dos polígonos contantes da planta de síntese mencionada, não se consegue chegar a estes valores, facto que motivou uma interpretação diferente na informação da DOTDU elaborada em 15-10-2004, tendo por base os parâmetros de edificabilidade calculados naquela data e patenteados no quadro sinótico designado por ANEXO 5 constante na folha n.º 653 do processo administrativo;-----

h) Neste sentido e esclarecidos os parâmetros de edificabilidade aplicáveis aos 3 lotes do conjunto E1 (os quais não se encontram ocupados/edificados), considera-se que qualquer operação urbanística a levar a efeito nos mesmos deverá ter em consideração, de forma conjugada, quer a configuração dos polígonos representados na planta

de síntese, quer os respectivos valores/áreas máximas constantes no quadro sinótico (QUADRO I-A), que se apresenta mais à frente;-----

i) Entretanto, o número de pisos do lote n.º 30 já foi corretamente corrigido sob proposta sugerida na Informação n.º 1423/2018, de 10 de setembro, presente em reunião da Câmara Municipal realizada no pretérito dia 20 de setembro, passando de 3 para 4 pisos (sendo um piso destinado a comércio e 3 pisos destinados a habitação), em coerência com a cêrcea de R/C+3 e com as áreas de implantação e de habitação indicadas para este lote, respetivamente de 484,0m² e de 1.452,0m² (484,0m²x3pisos)²¹;-----

j) Encontrou-se, entretanto, um erro semelhante na indicação do número de pisos do lote n.º 6, que também deverá passar de 3 para 4 pisos (sendo um piso destinado a comércio e 3 pisos destinados a habitação), em coerência com a cêrcea de R/C+3 e com as áreas de implantação e de habitação indicadas para este lote, respetivamente de 286,0m², 858,0m² (286,0m²x3 pisos)²²;-----

k) Nos lotes do conjunto B1 e B2 (já ocupados/contruídos) também se optou por manter os valores das áreas de implantação e de habitação indicados na planta mencionada na alínea e) antecedente e que diferem do quadro sinótico constante do alvará emitido a título oficioso;----

1.7. Em conclusão, foi elaborado um novo quadro sinótico a anexar ao Alvará de Loteamento, designado por QUADRO I-A, onde constam todas as correções a levar a efeito e destinadas ao suprimento de erros materiais registados no referido título, de acordo com o previsto sobre a matéria no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, bem como as restantes especificações relevantes e na cláusula 5.ª do acordo de TRANSAÇÃO mencionado.-----

1.8. Ou seja, em síntese, as correções patenteadas no QUADRO I-A (destacadas a negrito e sombreadas) incidem nos lotes n.º 6, 9 a 15, 27 a 29 e 30, optando-se, ainda, por reproduzir as áreas e a nomenclatura usadas na planta de síntese aprovada em reunião da Câmara Municipal realizada em 29-12-1992 (identificada na folha n.º 332 do processo administrativo e correspondente ao 4.º aditamento apresentado), nos seguintes termos:-----

a) Nos lotes n.º 6 e n.º 30 apenas se propõe a correção do número de pisos em coerência com a cêrcea de R/C+3 e com as áreas de implantação e as destinadas a habitação, passando de 3 para 4 pisos em ambos os lotes, sendo que no lote n.º 30 tal incorreção já tinha sido retificada;-----

b) Nos lotes n.º 27 e 28 propõe-se a correção da área total destinada a habitação, salientando-se que a correção do número de pisos, passando de 4 para 5 pisos em ambos os lotes, tendo em vista assegurar a coerência com a cêrcea de R/C+4 e com o número de fogos previstos já tinha sido efetuada;-----

c) No lote n.º 29 também se propõe a correção da área total destinada a habitação;-----

d) Nos lotes n.º 9 a 15 que integram os conjuntos B1 e B2 também se propõe a reprodução das áreas de implantação e das garagens em conformidade com o quadro incluído na planta de síntese mencionada;--

e) No lote n.º 16 (conjunto C) propõe-se a correção da área de garagens, de acordo com a metodologia prosseguida;-----

f) O número de pisos também passa a ter a mesma nomenclatura «Pisos/Cotas» usada na planta referida, para evitar quaisquer dúvidas

²¹ O lote n.º 30 já se encontra ocupado/edificado.-----

²² O lote n.º 6 também já se encontra ocupado/edificado.-----

de interpretação entre esta e o quadro sinótico incorporado no alvará de loteamento, em que «G» se refere a garagem, «C» a comércio e «H» a habitação, nesta coluna em concreto;-----

g) Finalmente, esclarece-se que o número de fogos e o número de lugares de garagem são desagregados em colunas autónomas, mas em coerência com o quadro incluído na planta de síntese a que se tem feito referência e são retiradas as linhas referentes aos subtotais e totais.-----

QUADRO I-A

ÁREA TERRENO	N.º LOT E	CONJUNTO	CÉRCULO	PISOS COTAS	ÁREA IMPLANTAÇÃO LOTE	ÁREA CONSTRUÇÃO POR PISO HABITAÇÃO	ÁREA CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO	N.º FOGOS	ÁREA CONSTRUÇÃO COMÉRCIO	ÁREA GARAGENS	N.º LUGARES GARAGEM
21 770,0	1	A1	R/C+3	G/C+3H	234,0		936,0	6	220,00	234,0	11
	2	A1	R/C+3	G/C+3H	234,0		936,0	6	220,00	234,0	11
	3	A1	R/C+3	G+4H	234,0		936,0	8		234,0	11
	4	A1	R/C+3	G+4H	234,0		936,0	8		234,0	11
	5	A1	R/C+3	G+4H	234,0		936,0	8		234,0	11
	6	A1	R/C+3	C+3H	286,0		858,0	6	220,0		
	7	A2	R/C+2	C+2H/3	390,0		1 002,0	10	270,0		
	8	A2	R/C	C	500,0				300,0		
	9	B1	R/C+4	G+5H	265,0		1 325,0	10		265,0	10
	10	B1	R/C+4	G+5H	234,0		1 170,0	10		234,0	11
	11	B1	R/C+4	G+5H	234,0		1 170,0	10		234,0	11
	12	B1	R/C+4	G+5H	273,0		1 365,0	10		273,0	12
	13	B1	R/C+4	G+5H	195,0		975,0	10		195,0	8
	14	B2	R/C+3	G+4H	195,0		780,0	6		195,0	8
	15	B2	R/C+3	G+4H	195,0		780,0	6		195,0	8
	16	C*		1G						225,0	10
	17	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	18	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	19	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	20	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	21	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	22	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	23	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	24	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	25	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	26	D	R/C+1	2H	80-160,0		160,0	1			1
	27	E1	R/C+4	G+C+4H	264,0	240,0	960,0	8	216,0	216,0	
	28	E1	R/C+4	G+C+4H	384,0	240,0	960,0	8	336,0	336,0	
	29	E1	R/C+3	G+C+3H	400,0	320,0	960,0	6	400,0	400,0	
	30		S/C	G/C	484,0	484,0	1 452,0	15		484,0	23
			R/C+3	C/3H							

C* - Espaço de Garagens em cave cuja cobertura se destina a uso público

2. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo ao exposto na presente informação, bem como o estabelecido no acordo de TRANSAÇÃO celebrado entre o município e a firma José da Silva e Sá, Lda., sou a propor que superiormente seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião da Câmara Municipal, propondo-se ao órgão executivo que delibere autorizar a formalização das correções imprescindíveis nos termos previstos no n.º 1 do artigo 174.º do CPA, para efeitos de retificação das incorreções/erros materiais detetados no Alvará n.º 1/2018, emitido oficiosamente em 1 de agosto de 2018, sendo que tais erros se encontram assinalados a negrito e sombreados no quadro sinótico designado por QUADRO I-A;-----

b) Caso haja concordância com a retificação oficiosa do ato administrativo em causa, a mesma produzirá efeitos retroativos e

deverá ser feita sob a forma e com a publicidade usadas para a prática do ato retificado, de acordo com o preconizado no n.º 2 do artigo 174.º do CPA;-----

c) Tratando-se da emissão oficiosa de um alvará de loteamento, a deliberação adotada deverá ser levada ao conhecimento da Direção-Geral do Território, para efeitos cadastrais e à Conservatória do Registo Predial, de acordo com o preconizado no n.º 4 do artigo 84.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, na redação conferida pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro;-----

d) Finalmente, a emissão do alvará de licença do loteamento deverá ser publicitada pela Câmara Municipal, nos termos previstos no artigo 78.º do diploma retro citado.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.11.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.19. ALTERAÇÕES DE INTERIORES DE HOTEL, PEDIDO DE REEMBOLSO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS - PROCESSO N.º 615/13 - HOTEL PREMIUM CHAVES, LDA./GREATLABOUR, LDA. (LOCATÁRIA) - PRAÇA DO BRASIL, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª. DORA VIDEIRA DATADA DE 30.10.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução / Antecedentes-----

1.1 A empresa requerente acima referida, na qualidade de "locatária", solicitou através de requerimento n.º 905/18, o reembolso de €9.835,20 referente às taxas administrativas liquidadas no âmbito da emissão do Alvará de Obras de alteração das fachadas, uma vez que o investimento foi considerando de Interesse Municipal, conforme deliberação de Câmara de 22 de fevereiro de 2018 mediante proposta, Ata, e relatório de Avaliação de Candidatura por parte da Comissão Técnica de Análise de 05 de fevereiro de 2018;-----

1.2 De acordo com os pontos **3** e **4** da Informação/Proposta N.º17/DSC/2018 do Senhor Chefe de Divisão, Arq. Rodrigo Moreira, tendo por base a informação da referida Comissão, o investimento deverá cumprir os seguintes requisitos:-----

" (...) 3. Considerando o exposto, a CTAAF-PIM, entende que o citado projeto de investimento, reúne todas as condições para ser classificado como PIM, e ver aprovados os benefícios tributários municipais discriminados no n.º 5 do referido relatório, ou seja, redução de 75% nas taxas municipais, devidas pela emissão de título administrativo, relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, a conceder mediante outorga de contrato de concessão entre o Município de Chaves e a entidade beneficiária. ---- 4. Neste sentido, a Comissão propõe, em conformidade com o definido na alínea i) do n.º 2 do art.º 5º do RPIM, que seja submetido à apreciação do executivo camarário o resultado da avaliação da candidatura em causa, com vista à tomada de decisão no sentido de aprovar a atribuição da Classificação PIM, através da

emissão da respetiva Declaração de Projeto de Interesse Municipal, bem como aprovar a concessão dos benefícios tributários municipais, traduzidos na redução de 75% das taxas municipais.-----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com o supra exposto, e face ao conteúdo do relatório de avaliação da presente, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que acolha e submeta à consideração do Senhor Presidente e posterior deliberação do Executivo a seguinte proposta:-
(...) -----

2.2. Notificar a sociedade requerente, nos termos do artigo 110.º e seguintes do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito comunicado que, conforme n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, o contrato de concessão de benefícios fiscais e taxas municipais, deverá ser outorgado no prazo de 180 dias, a contar da data da notificação;

2.3. Encaminhar o processo para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para que promova as diligências necessárias à formalização do contrato de concessão de benefícios tributários outorgados; -----

2.4. Celebrado o contrato de concessão de benefícios tributários outorgados, este deverá ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal em vista à fiscalização do cumprimento do presente regulamento, na primeira sessão daquele órgão deliberativo.-----

1.3 Como não se encontrava ainda outorgado o contrato de concessão de benefícios fiscais e taxas municipais, estes Serviços aguardaram que o mesmo se realizasse nos precisos termos do descrito no ponto 2.4 do ponto anterior;-----

2. Análise do pedido-----

2.1 Face aos elementos agora apresentados através de requerimento n.º 2243/18 de 24 de outubro de 2018, o Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais já se encontra outorgado por ambas as partes, datado de 07 de setembro de 2018;-----

2.2 De acordo com o Clausula 3ª do referido contrato, o benefício a conceder pelo Município de Chaves ao promotor Hotel Premium Chaves, Lda., corresponde à percentagem de 75%;-----

2.3 De acordo com o ponto 2. da mesma cláusula, a redução de 75% das taxas urbanísticas, foi quantificada em €7.376,40;-----

3. Proposta de decisão-----

3.1 Face ao solicitado pelo requerente, entende-se propor o deferimento do pedido formulado;-----

3.2 No entanto, tal decisão deverá ser prestada pela Câmara Municipal à luz do contrato celebrado.-----

3.3 Em caso afirmativo, tal decisão deverá ser dado ao conhecimento do interessado e ainda, para os devidos efeitos à Divisão de Gestão Financeira - DAF - e à Comissão Municipal responsável.

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.11. ----

Visto. À reunião de Câmara para efeitos de apreciação e deliberação.-

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI
OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO**1.1. BALNEÁRIO PEDAGÓGICO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRATICAS TERMAIS DE VIDAGO. PROPOSTA PARA ACIONAMENTO DAS GARANTIAS BANCÁRIAS. -----**

Foi presente a informação nº 353/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 241 de 13 de dezembro de 2012, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "BALNEÁRIO PEDAGÓGICO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRATICAS TERMAIS DE VIDAGO". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 18 de junho de 2013, o Município de Chaves adjudicou à firma "NORCEP - CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS, LDA.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 13 de novembro de 2013. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 2 654 776,57 € (dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: --

- Prazo de execução da obra: 365 dias. -----
- Data da consignação da obra: 6 de dezembro de 2013. -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 20 de dezembro de 2013.

6. Foi deliberado em reunião de Câmara de 09 de maio de 2014, a aprovação do plano de trabalhos ajustado. -----

7. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 19/06/2014, foi aprovada a proposta de Trabalhos a Mais e Trabalhos a Menos, sendo 23.633,43€ o valor correspondente aos trabalhos a mais e 8.437,64€ o valor dos trabalhos a menos. -----

8. Foi deliberado em reunião de camara de 19/12/2015 conceder uma prorrogação ao prazo de execução, a título graciosa por 43 dias, passando a data para a conclusão da obra a ser 5/02/2015. -----

9. Foi deliberado em reunião de Camara de 13 de fevereiro de 2015, a aprovação de uma reprogramação de trabalhos, tendo como objetivo concluir os trabalhos até 28/02/2015. -----

10. Foi deliberado em reunião de Camara de 13 de março de 2015, a aprovação de uma reprogramação de trabalhos, tendo como objetivo concluir os trabalhos até 31/03/2015. -----

11. Para cumprimento das obrigações contratuais, a entidade executante apresentou a garantia bancária N00386294 emitida pelo Banco Espirito Santo, S.A. em 9 de julho de 2013, no valor de 265.477,66€ (duzentos e sessenta e cinco euros quatrocentos e setenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), correspondendo a 10% do valor contratado e ainda, para reforço de caução apresentou a garantia bancária N° 055-43.010073-9 da caixa económica MONTEPIO GERAL, datada de 20/02/2015, no valor de 132.738,83€ (cento e trinta e dois mil setecentos e trinta

e oito euros e oitenta e três cêntimos), correspondendo a 5% do valor contratado. -----

12.No respeitante ao 1º adicional ao contrato, como garantia de execução dos trabalhos, a entidade executante apresentou a Garantia Bancária N00393976, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A. em 2/07/2014, no valor de 2.363,34€ (dois mil trezentos e sessenta e três euros e trinta e quatro cêntimos), correspondendo a 10% do valor deste contrato. -----

13.A Receção provisória da obra foi elaborada no dia 30 de junho de 2015, ficando, no entanto, salvaguardado no auto de vistoria, a existência de anomalias, que, não sendo as mesmas impeditivas de se poder realizar a receção provisória, careciam de retificação urgente, comprometendo-se a entidade executante a proceder às suas reparações, num prazo de 15 dias, após a data do respetivo auto. -----

II - Fundamentação -----

1. Na sequência das várias visitas efetuadas ao edifício Balneário Pedagógico de Vidago, constata-se, que, passados três anos da data do auto de receção provisória, prevalecem várias anomalias, que resultam de defeitos de construção e materiais mal aplicados, devendo, a responsabilidade da sua reparação, ser imputada à entidade executante (Norcep). Tais situações, por várias vezes retratadas à entidade executante, não foram até à data, resolvidas de forma definitiva e como tal, não dignificam a pretensão de tal empreendimento. -----

2. As anomalias mais relevantes, são resultantes de deficiente execução dos trabalhos e defeitos nos equipamentos instalados, não tendo sido possível detetar aquando da receção provisória visto só terem surgido posteriormente. Contudo algumas situações a corrigir, resultam de defeitos detetados na fase de execução e como tal transmitidos atempadamente à entidade executante, que sempre argumentou como sendo seu compromisso assumir e cumprir as responsabilidades contratuais, nunca comprometendo a correta execução e qualidade da obra, pelo que todas as deficiências seriam corrigidas em tempo oportuno. Neste pressuposto, foram apresentadas pela entidade executante, propostas e alternativas corretivas que superariam as deficiências detetadas. Porém, as propostas apresentadas não passaram de propostas, os prazos concedidos para as necessárias reparações foram em muito ultrapassados e as incorreções e defeitos nos remates finais da obra mantêm-se, contrariando assim o compromisso contratualmente assumido. -----

3. Foi solicitado à entidade executante que procedesse em conformidade, no sentido de reparar e solucionar as ocorrências anómalas e imprevistas, através de vários telefonemas, correio eletrónico e ofícios, dos quais se destacam os seguintes: ref.ª88/DOP/2015 de 20/04/2015; ref.ª107/DOP/2015 de 19/05/2015; ref.ª128/DOP/2015 de 11/06/2015; ref.ª163/DOP/2015 de 10/08/2015; ref.ª206/DOP/2015 de 28/09/2015; ref.ª246/DOP/2015 de 9/11/2015; ref.ª05/DOP/2016 de 18/01/2016; refª34/DOP/2016 de 10/03/2016; ref.ª90/DOP/2016 de 21/06/2016; ref.ª123/DOP/2016 de 19/10/2016; refª135/DOP/2016 de 25/11/2016; ref.ª140/DOP/2016 de 16/12/2016; ref.ª14/DOP/2017 de 22/02/2017; ref.ª 23/DOP/2018 de 24/01/2018. ----

4. Na sequência da falta de resposta, às várias solicitações do dono de obra, no sentido de procederem às reparações das deficiências existentes na obra, foi agendada através de ofício ref.ª288/DOP/2015 de 16/12/2015, uma reunião para o dia 12 de janeiro de 2016, a qual não compareceu nenhum representante nem foi prestado qualquer esclarecimento por parte da entidade executante. -----

5. Posteriormente, o Sr. Eng. Tiago Ribeiro, solicitou uma reunião, que foi realizada na DOP, no dia 12/01/2017, informando que a Norcep, iria dar início às necessárias reparações, sendo as mesmas acompanhadas pelo Sr. Eng. Joaquim Carneiro, pretendendo assim, concluir os trabalhos de reparação, antes da abertura do novo ano balnear (abril de 2017). -----

6. O Sr. Eng. Joaquim Carneiro, após ter efetuado algumas visitas ao Balneário Pedagógico de Vidago, informou, que o seu contributo profissional na Norcep se encontrava terminado, pelo que foi substituído pelo Sr. Eng. Pedro Baptista. -----

7. Com o novo técnico, a Norcep procedeu à reparação de algumas anomalias, ficando, contudo, por concluir, todas as anomalias identificadas até à data. Contactado por diversas vezes, o Sr. Eng. Pedro Baptista, não obtivemos qualquer informação, sobre as pretensões da Norcep, em resolver os problemas ainda existentes, no edifício do Balneário Pedagógico de Vidago. -----

8. No ofício ref.ª14/DOP/2017 de 22/02/2017, foi solicitado novamente, o cumprimento contratual, nomeadamente, no respeitante à reparação de anomalias, tendo sido dado como prazo limite para a conclusão das retificações necessárias, o dia 15/03/2017, esclarecendo que caso não fosse cumprido o solicitado, o Dono de Obra acionaria de imediato as garantias estabelecidas no contrato da empreitada. Contudo, não foram retificadas as anomalias existentes. -----

9. Foi, mais uma vez, solicitado, através de ofício ref.ª 23/DOP/2018 de 24/01/2018, a intervenção imediata na resolução das anomalias existentes, solicitando à entidade executante, a apresentação de um plano de trabalhos exequível, capaz de permitir a conclusão dos trabalhos, antes do início da respetiva época balnear. Neste contexto, foi efetuada, nova visita ao balneário de Vidago, no dia 1/03/2018, com novo técnico da Norcep, Eng. Nuno Salomé, de modo a se clarificar, no local, das anomalias existentes. Aguardando resposta, da data de início dos trabalhos, situação que não ocorreu, efetuou-se uma reunião na CMC, no dia 2/05/2018, na presença do Dr. Marcelo Delgado, Eng. Amélia Rodrigues, Eng.ª Madalena Branco, representantes do dono de obra e Eng. Tiago Ribeiro, representante da entidade executante (Norcep), onde se determinou: -----

- que, numa 1ª fase, a entidade executante iria apresentar, um plano de trabalhos, com a descrição dos trabalhos e respetivos prazos, para as reparações prioritárias, relevantes e necessárias à abertura do balneário, tais como, infiltrações, pinturas nos pavimentos e fugas nos radiadores, sendo condição, as mesmas ficarem concluídas antes da abertura ao público do balneário; -----

- simultaneamente, deveria a entidade executante, apresentar (no prazo de uma semana), para análise do dono de obra e projetista, Sr. Arq. João Paulo Loureiro, uma proposta para a resolução das infiltrações de água, que ocorrem através das caixilharias e cobertura; -----

- posteriormente deveriam ser sanadas todas as situações anómalas resultantes de defeitos de construção. -----

10. O Sr. Eng. Tiago Ribeiro, através de correio eletrónico, de 8/05/2018, enviou uma proposta para a solução das infiltrações através das caixilharias, a qual não mereceu aprovação por parte do dono de obra e projetista, por não ser devidamente explícita e como tal, não garantir a resolução do problema. -----

11. Perante a dilatação persistente dos prazos para a resolução de todos os problemas e com vista ao pleno esclarecimento das ações corretivas e sua concretização, foi realizada nova reunião, no

Balneário Pedagógico de Vidago, no dia 17/07/2018, com a presença da Eng.^a Madalena Branco, Eng. Vitor Pereira, como representantes do dono de obra, Arq. João Paulo Loureiro, projetista e Eng. Tiago Ribeiro, representante da entidade executante. Ficou acordado, que o Eng. Tiago Ribeiro, iria enviar ao dono de obra e projetista, com a maior brevidade, um plano de trabalhos, faseado, pela ordem de importância das intervenções necessárias, juntamente com as propostas das soluções para resolução eficaz e garantida, das correções das anomalias existentes, devendo os trabalhos iniciarem, logo após a aprovação de tais propostas. Tal como procedimentos anteriores, não se verificou evolução, na resolução de tão relevante assunto. -----

12. Na presente data, esgotadas todas as diligências possíveis, no sentido de se fazer cumprir os acordos contratuais, conclui-se que os compromissos não foram cumpridos, as deficiências não foram todas sanadas e consequentemente agravaram-se, outros defeitos foram surgindo e o Balneário Pedagógico de Vidago, corre o risco de não estar conforme, para permitir a sua abertura, na nova época balnear, dentro do calendário pré-estabelecido. -----

13. Pela análise dos acontecimentos não se vislumbram indícios de que a entidade executante revele quaisquer intenções de resolver definitivamente todas as irregularidades existentes na obra e cuja responsabilidade lhe é imputada. -----

14. Até à presente data, para resolução das anomalias e defeitos existentes na obra, foi elaborado um mapa de medições, com a descrição dos trabalhos a executar e respetiva estimativa orçamental, no valor de 294.000,00€ (duzentos e noventa e quatro mil euros), não incluindo o IVA. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Atendendo às razões de facto e direito acima expostas e salvo melhor opinião, no sentido de solucionar as deficiências e deteriorações detetadas que condicionam o correto funcionamento das respetivas instalações do Balneário Pedagógico de Vidago, dado que a entidade executante não se apresenta para as reparar e estando ainda a empreitada sujeita às respetivas garantias contratuais, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião do órgão executivo municipal, com vista à aprovação da seguinte proposta: -----

b) Que sejam acionadas as garantias bancárias do contrato da empreitada, de acordo com o estipulado no art.º 296º e art.º 397º do Código dos Contratos Públicos e se mande efetuar, as reparações necessárias. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de obras públicas, 8 de novembro de 2018 -----

A técnica superior -----

(Madalena Branco) -----

Em Anexo: Mapa de medições -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.11.09. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.12. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS DE CHAVES, AUDITÓRIO, MUSEU FERROVIÁRIO E RESTAURANTE – PROPOSTA PARA ACIONAMENTO DAS GARANTIAS BANCÁRIAS -----

Foi presente a informação nº 356/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I – Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, III Série, nº 111 de 12 de maio de 2004, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada “CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS DE CHAVES, AUDITÓRIO, MUSEU FERROVIÁRIO E RESTAURANTE”. -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 02 de novembro de 2004, o Município de Chaves adjudicou ao consórcio “José Moreira & Filhos, Lda. e Anteros Empreitadas, S.A.” a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 20 de dezembro de 2004. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 3.590.950,00€ (três milhões quinhentos e noventa mil, novecentos e cinquenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Tipo de Empreitada: preço global; -----
- Prazo de execução da obra: 460 dias a contarem da consignação dos trabalhos. -----

5. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 11 de janeiro de 2005. -----

6. Foi efetuado o 1º adicional de trabalhos a mais, presente em reunião de Câmara de 14 de setembro de 2005, no valor de 180.474,56€ (IVA não incluído). -----

7. Foi efetuado o 2º adicional de trabalhos a mais, presente em reunião de Câmara de 21 de agosto de 2008, no valor de 97.406,60€ (IVA não incluído). -----

8. Para cumprimento das obrigações contratuais e garantia da execução dos trabalhos, foram prestadas cauções, por cada uma das empresas que constituem o consórcio, na proporção dos trabalhos a realizar por cada uma delas. Deste modo, foram apresentadas, pelo Líder do consórcio adjudicatário, “José Moreira & Filhos, Lda.”, as seguintes garantias:

-Garantia bancária nº 125-02-0700485, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A, Sociedade aberta, em 10 de dezembro de 2004, no valor de 102.342,00€ (cento e dois mil trezentos e quarenta e dois euros);

-Garantia bancária nº 67/05/00023, emitida pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., em 4 de novembro de 2005, no valor de 9.023,73€ (nove mil, vinte e três euros e setenta e três cêntimos), correspondente a 5% do valor do 1º Adicional ao contrato; -----

-Seguro Caução Apólice nº 0080.10.002109, emitido pela Axa Portugal, em 4 de setembro de 2008, no valor de 4.870,33€ (quatro mil, oitocentos e setenta euros e trinta e três cêntimos), correspondente a 5% do valor do 2º Adicional ao contrato. -----

-Garantia bancária nº 00352510000374993, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, em 18/06/2007, no valor de 50.551,60€ (cinquenta mil quinhentos e cinquenta e um euros e sessenta cêntimos); -----

-Garantia bancária nº 00352510000437193, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, em 31/10/2007, no valor de 73.245,51€ (setenta e três mil duzentos e cinco euros e cinquenta cêntimos). -----

9. Foi efetuado o Auto de Receção Provisória dos trabalhos do contrato inicial aos 27 dias de setembro de 2007 e o prazo de garantia da obra é de cinco anos a contar da receção provisória. -----

10. Foi efetuado o auto de Receção Provisória dos trabalhos do 1º Adicional da empreitada aos 22 dias do mês de junho de 2009. -----

11. Após solicitação de "Anteros Empreitadas, S.A.", foi efetuada uma vistoria aos trabalhos do Corpo B e arranjos exteriores, (no dia 9/10/2012) para efeitos de receção definitiva e libertação das garantias de execução dos trabalhos que lhes correspondem. Dessa vistoria, foram detetadas algumas anomalias, resultantes de deficiente execução dos trabalhos e cuja responsabilidade de mandar reparar coube ao empreiteiro. As anomalias ficaram registadas no respetivo auto de vistoria e comunicadas ao empreiteiro através de ofício 7270/196/DOP/2012. A firma do consórcio adjudicatário "Anteros Empreitadas, S.A", concluiu os trabalhos de reparação das anomalias.

12. Foi efetuado o auto de Receção Definitiva Parcial - Corpo B, da parte correspondente à firma Anteros Empreitadas, S.A., aos 11 dias do mês de dezembro de 2014 -----

13. Foi aprovado em reunião de câmara realizada no dia 05 de dezembro de 2014, o cancelamento das garantias bancárias, da parte correspondente à firma Anteros Empreitadas, S.A. -----

II - Fundamentação -----

1. Na sequência das visitas de manutenção efetuadas à parte do edifício constituído pelo corpo A, C e Auditório, constata-se a permanência, na existência de várias anomalias no funcionamento de determinados equipamentos, nomeadamente no sistema de AVAC, nas instalações elétricas, nas instalações do aquecimento (tubagem e radiadores) e na estação elevatória de águas residuais. Igualmente verificam-se comportamentos irregulares na construção do edifício, particularmente no aparecimento de fendas e fissuras na estrutura de betão armado, permitindo assim o excesso de humidade no interior do edifício e consequentemente a sua degradação. -----

2. Pela observação das situações anómalas, conclui-se que as anomalias encontradas são resultantes de deficiente execução dos trabalhos e defeitos nos equipamentos instalados, não tendo sido possível detetar aquando da receção provisória visto só terem surgido posteriormente.

3. No sentido de solucionar as ocorrências anómalas e imprevistas, foi solicitado ao consórcio adjudicatário, através de vários ofícios, dos quais se destacam, ref.ª2983/88/DE/2010, ref.ª6740/166/DE/10, para procederem à sua regularização. Contudo, não foram efetuadas as reparações necessárias. -----

4. De acordo com o processo nº 147/12.0TBCHV, no Tribunal de Chaves, 2º Juízo de Chaves, no dia 12/10/2012, foi proferida sentença de declaração de insolvência, da firma José Moreira & Filhos, Lda. -----

5. Pela análise dos acontecimentos, visto que a firma, "José Moreira & Filhos, Lda.", se encontra em processo de insolvência, não serão efetuados quaisquer tipos de reparações pela mesma. -----

6. Até à presente data, para resolução dos problemas existentes e identificáveis, foi efetuado um mapa de quantidades, com a descrição dos trabalhos e respetiva estimativa orçamental, no valor de

212.550,00€ (duzentos e doze mil quinhentos e cinquenta euros), não incluindo o IVA. -----

III - Da Proposta -----

Atendendo às razões de facto e direito acima mencionadas, salvo melhor opinião, no sentido de solucionar as deficiências e deteriorações detetadas, nos corpos A, C e Auditório, que condicionam o correto funcionamento das respetivas instalações, dado que o adjudicatário não se apresenta para as reparar e estando ainda a empreitada sujeita às respetivas garantias contratuais, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento da presente informação, para a próxima reunião do órgão executivo municipal, com vista à aprovação da presente proposta: ----

b) Que sejam acionadas as garantias do contrato da empreitada, apresentadas pela empresa "José Moreira & Filhos, Lda.", de acordo com o estipulado no artigo nº 296º e artigo nº397º do Código dos Contratos Públicos e se mande efetuar, as reparações necessárias. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de obras públicas, 9 de novembro de 2018 -----

A técnica superior -----

(Madalena Branco) -----

Em Anexo: Mapa de medições com estimativa orçamental -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.11.09. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR.

MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.12. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. MUSEALIZAÇÃO DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES - SUSPENSÃO DOS TRABALHOS. -----

Foi presente a informação nº 357/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 88, de 8 de Maio de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Musealização das Termas Romanas de Chaves". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 18 de Agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Costa & Carreira, Lda.", a execução da referida empreitada.

3. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 995.027,03€ (Novecentos e noventa e cinco mil, vinte sete euros e três cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

4. Prazo de execução da obra, 365 dias. -----

5. O adjudicatário apresentou Plano de Segurança e Saúde da empreitada em epígrafe, que deu entrada nos serviços do Município com o n.º 3372, no dia 19 de Abril de 2018. -----

6. O adjudicatário apresentou Plano de Segurança e Saúde da empreitada, que foi aprovado por deliberação camarária tomada em

reunião ordinária, do dia 6 de Setembro de 2018, tendo o empreiteiro tomado conhecimento em 12 de Setembro de 2018. -----
 7. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 17 de Setembro de 2018. -----

II - Fundamentação -----

1. Na sequência da alteração ao projeto de avac e ventilação do edifício, verifica-se a necessidade de suspender os trabalhos até que seja apresentado novo projeto, que se encontra em fase de conclusão.
 2. A indefinição da solução de avac condiciona a execução de vários trabalhos, como por exemplo conservação e restauro, museologia, eletricidade, revestimentos e mobiliário. -----
 3. Pretende-se que o novo projeto venha a suprimir a humidade, vapor de água provocadas pelas nascentes de água termal. -----
 4. Considerando o referido, torna-se necessário efetuar uma suspensão dos trabalhos até que seja apresentado o projeto definitivo de avac, estimando-se que o mesmo seja entregue entre dia 19 e 23 de Novembro de 2018. -----
 5. Caso seja aprovada, a suspensão parcial dos trabalhos reproduzirá efeitos a partir de 30 de Outubro de 2018. -----
 6. Durante o prazo de suspensão dos trabalhos, será da responsabilidade do adjudicatário efetuar todas as manutenções necessárias, de modo a manter e conservar os trabalhos já executados, não acarretando para o Dono de Obra quaisquer encargos adicionais. --
 7. Com a aprovação da presente suspensão de trabalhos, não haverá direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado. -----

III - Da Proposta -----

Face ao exposto, nos termos do disposto no Artigo 297.º do Código dos Contratos Públicos, propõe-se a suspensão dos trabalhos, até que se encontrem reunidas as condições necessárias para conclusão dos trabalhos. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 9 de Novembro de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.11.09. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.12. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO LOCAL DE PRODUTORES - CONCURSO PÚBLICO.-----

Foi presente a informação nº 358/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra, "Requalificação do Mercado Local de Produtores". -----

A aprovação do projeto de execução é com base na informação técnica n.º 331/DPM/2018, do técnico superior Arq.º Paulo Roxo, da Divisão de Projetos e de Mobilidade, aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, em 22 de outubro de 2018, que junto se anexa. -----

Foi ainda submetido a aprovação condicionada do projeto, para efeitos de apresentação da candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020), integrando na ação 10.2 (Implementação das Estratégias) e na medida n.º 10 (Desenvolvimento Local), por despacho do Senhor Presidente no dia 15 de março de 2017, sob proposta n.º 331/2018 da Divisão de Projetos e de Mobilidade. -----

O presente projeto, contempla as obras de ampliação da cobertura existente e encerramento da fachada nordeste, de modo a abrigar da chuva e dos ventos os produtores e consumidores, requalificação das fachadas sudeste e noroeste, implantação de instalações sanitárias e melhoria das condições de carga e descarga através da substituição dos portões existentes. -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Seja autorizado pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Requalificação do Mercado Local de Produtores", -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em 155.710,00 Euros (Cento e cinquenta e cinco mil setecentos e dez euros), acrescido do respetivo valor do IVA. -----

A fixação do preço base do concurso foi elaborada pelo projetista - Marco Lívio Fernandes Pimparel - Arquiponto, Arquitetura e Engenharia, que faz parte integrante e que anexamos; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 120 dias. -----

6. Para a realização da presente empreitada, foram solicitados os seguintes pareceres prévios: -----

- Parecer favorável da Direção das Infraestruturas do Exército em 02/11/2017 (Ofício Referencia: DIERGP-2017-009030. -----

7. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

a) Projeto de execução (Com base na informação n.º 331/DPM/2018); --

b) Anúncio conforme modelo estipulado no Anexo I, da Portaria n.º 371/2017 de 14/12; -----

c) Programa de Procedimento; -----

d) Caderno de Encargos; -----

e) Plano de Segurança e Saúde; -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

8. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efetivo: Vítor Pereira -----

2º Vogal efetivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Fernanda Serra -----

2º Vogal suplente: Abel Peixoto -----

9. Que de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção no disposto no n.º 2 do artigo 69.º do C.C.P. -----

10. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, foi na elaboração do presente projeto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

Dado tratar-se de uma obra que não se encontra classificada na categoria III (ou superior) e o valor do preço base é inferior à classe 3, não foi efetuada a revisão do projeto, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n.º 5 do artigo 43.º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamentos E análises de campo - As peças do procedimento encontram-se dotadas de levantamento e caracterização do existente; -
- Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração a natureza e características dos trabalhos, não são necessários estudos geológico-geotécnicos; -----
- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro; -----
- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não aplicável, dada a natureza da obra; -----
- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

11. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 155.710,00 euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 4.4.1. 0102/07010303/0105/2018 I 4, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2242/2018. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 08 de NOVEMBRO de 2018 -----

A Chefe de Divisão -----

(Amélia Rodrigues) -----

Em anexo: -----

- Projeto de Execução, -----
- Informação n.º 331/DPM/2018, -----
- Modelo de Anúncio de Concurso Público; -----
- Programa de Procedimento, -----
- Caderno de Encargos, -----
- Plano de Segurança e Saúde; -----
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.12. ----

À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.5. MUSEALIZAÇÃO DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES - AUTO DE MEDIÇÃO N° 01/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 01/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, COSTA & CARREIRA, LDA., no valor de 5.357,35 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.12. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €5.357,35 (cinco mil, trezentos e cinquenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO N° 9/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 9/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 61.500,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.12. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €61.500,00 (Sessenta e um mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO N° 10/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 10/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 32.857,89 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.12. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.12. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €32.857,89 (Trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. FERNANDO MAIA DE CARVALHO. INFORMAÇÃO Nº208/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº208/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.---

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 24 de outubro de 2018, um pedido em nome de Fernando Maia de Carvalho, contribuinte n.º142736759, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na rua Alves Cardoso, Bl.C, R/C D.-----

A 24 de outubro de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
Apresentou o requerente declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social informando da situação financeira;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à

presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 154,98€ + juros;-----
 Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----
 Considerando que o valor da dívida é inferior a 250€ e o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal até esse valor ser de 25€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 7 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----
 Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 154,98€ + juros, por parte da peticionária, em 7 prestações mensais; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 26 de outubro de 2018.-----
 O Chefe de Divisão-----
 no uso de competências subdelegadas-----
 (Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.30. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.30 -----
 À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. SANDRA MARIA DIAS GUEDES SILVA MAGALHÃES. INFORMAÇÃO Nº209/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº209/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-

1. INTRODUÇÃO: -----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 23 de outubro de 2018, um pedido em nome de Sandra Maria Dias Guedes Silva Magalhães, contribuinte n.º207283214, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na rua São Tiago, Bl.12, 2Esq.-
 A 23 de outubro de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----

Apresentou o requerente declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social informando da situação financeira;-----

2.DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----

Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 294,38€ + juros;-----

Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----

Considerando que o valor da dívida está compreendido entre os 251€ e os 500€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 50€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 6 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 294,38€ + juros, por parte da peticionária, em 6 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 26 de outubro de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.10.30. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.10.30 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**IX
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

**X
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

**XI
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. ANÁLISE DO 9º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "PREPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTAS POR OUTROS PROCESSOS" CLASSIFICADO COMO PIM" - REQUERENTE: ISABEL GRILO UNIPESSOAL, LDA. - MORADA: RUA DAS NOVAS TECNOLOGIAS, PARQUE EMPRESARIAL DE OUTEIRO SECO, 5400-885 OUTEIRO SECO - CHV - INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA, DE 08-11-2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ENQUADRAMENTO DA INFORMAÇÃO -----

1. A requerente acima referida, na qualidade de promotora do projeto de investimento "Preparação e Conservação de Frutas por outros processos" classificado como Projeto de Interesse Municipal (PIM), veio, através de correio eletrónico datado de 08/10/2018, apresentar informação semestral relativa à execução do referido projeto de investimento em conformidade com o disposto na alínea c) da Cláusula 5.ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais (CCBTM), outorgado em 18/02/2014. -----

2. Após receção dos elementos instrutórios que se encontravam em falta, a referida informação semestral foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM) ocorrida no dia 25/10/2018. -----

3. Com esta informação pretende-se: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o 9º relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de interesse municipal, o qual se anexa; -----

(ii) Propor que seja acolhida a proposta de deliberação que o mesmo relatório preconiza. -----

II - PROPOSTA -----

Na qualidade de gestor do processo cumpre-me propor ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista a ser adotada deliberação,

nos termos preconizados no Relatório produzido pela CTAAF-PIM, que segue em anexo; -----

b) Caso haja deliberação nos termos preconizados, para cumprimento do estabelecido no artigo 12º (Monitorização das condições de celebração e execução do contrato) do RPIM, recomenda-se que a presente informação, o relatório elaborado pela CTAAF-PIM, bem como a deliberação de Câmara referida na alínea anterior sejam submetidos a apreciação da Assembleia Municipal, na próxima sessão daquele órgão deliberativo, dando-se cumprimento ao estabelecido no nº 3 do artigo 13º do mencionado RPIM. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral Em Anexo: 9º Relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de investimento "Preparação e Conservação de Frutas por outros processos" e respetivos anexos. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.11.09. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.11.12 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE "DERRAMA" REFERENTE A 2018 E A COBRAR EM 2019. PROPOSTA Nº 75/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento Legal: -----

a) Considerando que, de acordo com o previsto no nº 1, do artº18 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, podem, os Municípios, deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao **limite máximo de 1,5%** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território; -----

b) Considerando que, de acordo com o disposto na alínea d), do nº1, do artº25, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar o lançamento de derrama; -----

c) Considerando que, no âmbito do nº12 do referido artigo 18º da LFL, pode, a Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama, para os sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse **150.000,00€**; -----

d) Considerando que, nos termos do artº17º, da mencionada lei, tal deliberação, tomada pela Assembleia Municipal, deve ser comunicada, por via eletrónica, pela Câmara municipal à Autoridade Tributária, até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado, sendo que o produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela AT. -----

e) Caso a comunicação a que se refere o número anterior seja remetida para além do prazo nele estabelecido não há lugar à liquidação e cobrança da derrama. -----

f) Considerando que, no cumprimento dos nº2 e 3 do artigo 16º da Lei das Finanças Locais pode a Assembleia Municipal, sob proposta fundamentada da Câmara Municipal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios por um período máximo de 5 anos, renovável uma única vez, com igual limite temporal.

II - Fundamentação: -----

a) Considerando que as prerrogativas legais podem e devem ser encaradas não apenas como instrumento da política financeira, mas, sobretudo, como instrumento das suas políticas económicas e sociais.

b) Considerando a persistente verificação de um cenário financeiro nacional que condiciona o desempenho financeiro dos órgãos de poder local e, em consequência, determinam o reforço de políticas de contenção e estabilidade orçamental, afetando as receitas municipais e a continuidade do planeamento e conclusão de projetos estruturantes para o Concelho e Região; -----

c) Considerando que o Município tem a obrigação de não desprezar a arrecadação das receitas necessárias à promoção dos investimentos necessários à satisfação das necessidades coletivas da população, no cumprimento das suas atribuições e competências; -----

d) Considerando, por outro lado, que a localização geográfica do Concelho, de acentuada interioridade, cuja fixação do tecido empresarial deverá ser promovida, também através de medidas de abrandamento de carga fiscal, designadamente isenções totais ou parciais de impostos ou tributos próprios do Município, por forma a dinamizar as respetivas áreas de negócios empresariais, bem como a geração de emprego e a inversão da recessão económica. -----

e) Considerando que, face à aplicabilidade da regra previsional prevista no POCAL para "Impostos e taxas - Derrama", foi estimado um montante previsional, face ao arrecadado nos últimos 3 exercícios, de **141.022,81€**, a contemplar, previsivelmente no orçamento da receita para o exercício económico de 2019, na rubrica orçamental "010205 - derrama". -----

III - Proposta: -----

1. Face ao exposto, ao abrigo das disposições combinadas e previstas nos artigos 16º e 18º da Lei 73/2013, de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais, e na alínea d), do nº1, do art.º 25, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeto ao órgão executivo municipal, a ponderação da seguinte proposta: -----

a) Lançamento de Imposto Municipal de "Derrama", de acordo com a seguinte taxa e isenção: -----

Taxa geral	Âmbito da isenção
1,5%	Entidades com sede social ou domicílio fiscal no Concelho de Chaves

b) Caso a presente proposta seja autorizada pelo órgão Executivo Municipal, deverá a mesma ser, posteriormente, submetida à próxima sessão da Assembleia Municipal para sancionamento. -----

c) Em caso de aprovação da presente proposta, dever-se-á comunicar, por via eletrónica à ATA, até **31 de dezembro de 2018**, a taxa aprovada e respetiva isenção. -----

d) Ainda que a receita da derrama não seja considerada como receita consignada, o produto da sua cobrança deverá ser afeta à realização de despesas relacionadas com investimentos no âmbito da "Proteção civil" e "Requalificação do centro histórico", em igual proporção. --

Chaves, 06 de novembro de 2018 -----
O Presidente da Câmara -----
(Nuno Vaz) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2019. PROPOSTA Nº 77/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento: -----

a) Nos termos do disposto na alínea a), do artº14º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e do artº 1º do Código do Imposto municipal sobre imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro e respetivas alterações, o IMI - imposto municipal sobre imóveis, incide sobre o valor tributável dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se encontram localizados; -----

b) Considerando que, o referido Diploma legal - CIMI, tem vindo a sofrer algumas alterações, promovidas pela Leis de Orçamento de Estado, em cada ano, resultou da LOE de 2016, alteração de alguns dos seus artigos, bem como, na sequência da utilização pelo Governo da autorização legislativa conferida pela assembleia da república, a publicação do Decreto-lei nº 41/2016, de 1 de agosto, tendo sido produzidas alterações de natureza tributária ao CIMI, bem como a outros impostos; -----

c) Considerando que, nos termos do referido CIMI, cabe ao município, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano, nos termos do nº 5, do artº112º e dentro dos limites previstos na alínea c) do nº 1 do mesmo artigo 112º, de acordo com as alterações produzidas pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro - LOE 2015; -----

d) Considerando que, na sequência da publicação da Lei de Orçamento de Estado para 2016 -, Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), passou, o nº 1, do artº112º do CIMI a fixar as seguintes taxas:

a) Prédios rústicos: 0,8%; -----

b) (Revogada.) (Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro) ---

c) Prédios urbanos - de 0,3 % a 0,45 %. (Redação da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março) -----

e) Tendo em conta que o CIMI permite, de acordo com o disposto no artigo 112º, promover a discriminação positiva ou negativa dos contribuintes sujeitos à tributação definida no código supra; -----

f) Tendo em vista a determinação da taxa IMI a vigorar e **liquidar e cobrar em 2019**, propõe-se a aplicação da seguinte taxa de IMI, para os prédios urbanos: -----

• **Prédios urbanos - 0,325%; -----**

Considerando que, o novo artº112-A, do CIMI, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março,- LOE 2016, podem os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa
-------------------------------	--------------

1	20,00€
2	40,00€
3 ou mais	70,00€

a) Considerando, ainda, que o município pretende também promover políticas de incentivo à reabilitação urbana, não só premiando os proprietários que façam obras de reabilitação do seu património (discriminação positiva), mas também penalizando os proprietários que descurem a manutenção do seu património edificado, entende-se que os proprietários de edifícios ou frações no centro histórico sejam abarcados por um conjunto **de majorações e minorações** em sede de IMI previstas no CIMI, muito concretamente: -----

- Redução de 15% da taxa de IMI, em prédios urbanos localizados na Área de Reabilitação Urbana - ARU, nos termos do n.º 6.º, do art.º 112 do CIMI, mas que não se encontrem em estado de ruína, degradados ou devolutos; -----

- Redução de 15% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados localizados na ARU do centro histórico, que pode ser cumulativa com a anterior, de acordo com o previsto no n.º 7 do art.º 112.º do CIMI; -----

- Majoração em 20% da taxa de IMI a aplicar a prédios urbanos degradados, que, independentemente da sua localização, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do art.º 8.º, do art.º 112 do CIMI; -----

- Elevar, anualmente, ao triplo, a taxa de IMI prevista para prédios urbanos que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de um ano, nos termos do n.º 3, do art.º 112.º, do CIMI, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal, definidos em diploma próprio; ----

b) Considerando que, como se tem vindo a verificar, as discriminações descritas podem consubstanciar um fator de forte impacto na criação de condições de atratividade para novos investimentos, tão necessários em zonas do interior como aquela em que se insere o município; -----

II - Proposta: -----

Assim em coerência com as razões de fato acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo, a aprovação da seguinte Proposta: -----

- Que se delibere fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, para prédios Urbanos, em **0,325%**, sujeita às minorações e majorações acima expostas; -----

- Que se delibere fixar, nos termos do art.º 112 - A, do CIMI, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março,- LOE 2016, para imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, uma redução da taxa a vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o quadro seguinte: ----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa
1	20,00€
2	40,00€
3 ou mais	70,00€

- Que se delibere fixar as seguintes minorações e majorações, nos termos do CIMI: (1) -----

- **Redução de 15% da taxa de IMI**, em prédios urbanos localizados na Área de Reabilitação Urbana - ARU, nos termos do n.º 6.º, do art.º 112 do CIMI, mas que não se encontrem em estado de ruína, degradados ou devolutos; -----

- **Redução de 15% da taxa de IMI** a aplicar aos prédios urbanos arrendados localizados na ARU do centro histórico, que pode ser cumulativa com a anterior, de acordo com o previsto no n.º 7 do art.º 112 do CIMI; -----

- **Majoração em 20% da taxa de IMI** a aplicar a prédios urbanos degradados, que, independentemente da sua localização, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do art.º 8.º, do art.º 112 do CIMI; -----

- **Elevar, anualmente, ao triplo**, a taxa de IMI prevista para prédios urbanos que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de um ano, nos termos do n.º 3, do art.º 112, do CIMI, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio; -----

- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, dever-se-á remeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação. -----

- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão deliberativo, dever-se-á promover a respetiva comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao dia **31 de dezembro de 2018**, no cumprimento do n.º 14, do referido art.º 112, do CIMI, com as alterações introduzidas pela LOE para 2017. -----

- Tal comunicação deverá ser **efetuada obrigatoriamente por transmissão eletrónica de dados, através da aplicação disponibilizada no site do "Portal das Finanças" da AT (www.portaldasfinancas.gov.pt), opção Entidades Públicas/Serviços/Entregar /Registrar Taxas**, salientando-se que, as taxas de majoração ou minoração, fixadas e aprovadas, deverão ser também inseridas através da aplicação, mediante a identificação dos respetivos prédios, cabendo aos serviços municipais competentes - UFSCH- promover a sua discriminação. -----

- Através da circular n.º 9/2015, de 28 de agosto e 2015, veio a ATA informar, que a mesma promoverá, de forma automática e com base nos elementos que dispõe, a execução da deliberação da assembleia municipal no prazo legal, tendo em conta o **n.º de dependentes** que integram o agregado familiar na declaração modelo 3 de IRS, cuja obrigação de entrega ocorre no ano a que respeita o IMI, desobrigando os municípios de tal formalidade. -----

Chaves, 05 de novembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

(1) De registar que, as minorações e majorações ora fixadas, já resultam da ARU aprovada pela Assembleia Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/ DEFINIÇÃO DA TAXA DE IRS A FIXAR PARA 2019. PROPOSTA N.º 79/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Fundamentação: -----

1) Considerando que, nos termos do disposto na alínea c), do art.º 25º, da lei 73/2013, de 3 de setembro, a repartição dos recursos

públicos entre o Estado e os municípios, tendo em vista atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, é obtida também sob a forma de participação, entre outras, através de uma participação variável de 5% no IRS, determinada nos termos do artº26, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sob a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº1 do artº78º do Código de IRS; -----

2) Considerando que, nos termos do disposto no nº 1, do artº26, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, podem os municípios, em cada ano, determinar a fixação de uma taxa variável até **5%** no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº1 do artº78º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de desenvolvimento Social, nos termos do nº 2, do artº69º;

3) Considerando que, caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima **de 5%**, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que a participação variável respeita, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes;

4) Considerando que, mediante deliberação da Assembleia Municipal, deverá ser fixada a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deverá ser comunicada por via eletrónica pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira, **até 31 de dezembro do ano anterior àquele** que respeitam os rendimentos, sendo que, nos termos do nº 2, do artº26, da referida lei 73/2013, de 3 de setembro, a ausência da comunicação à ATA, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios; -----

5) Considerando que, pretende o Município, manter uma situação financeira equilibrada, devendo, por conseguinte, acautelar todas as medidas que possam cooperar no alcance de tal desiderato não podendo abdicar de tais montantes, em cada exercício económico; -----

6) Considerando que é obrigação do município pautar-se, face à conjuntura económica atual, bem como aos compromissos assumidos atinentes ao processo de recuperação financeira do município, por medidas que garantam, pelo menos, o nível de receita obtido nos exercícios anteriores e cuja aplicabilidade não consubstancia acréscimo de penalização para os seus munícipes, no caso em concreto, contribuintes; -----

II - Proposta em sentido estrito: -----

1 - Face ao exposto, determino que, seja submetido ao órgão executivo municipal, a aprovação de proposta para fixação de uma **participação de 5% no IRS** dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, a vigorar para **2019**; -----

2 - Em caso de aprovação da presente proposta pelo órgão executivo, dever-se-á submeter a mesma, ao órgão deliberativo, para sancionamento; -----

3 - Na sequência de aprovação da presente proposta, pelos órgãos municipais competentes, dever-se-á comunicar a referida taxa, por via eletrónica, à ATA, **até 31 de dezembro de 2018**, no cumprimento do disposto no nº 2, do artº26º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. --
Chaves, 07 de novembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara -----
(Nuno Vaz) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII
DIVERSOS

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

ⁱ Aplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009.---